

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	8
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	21
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	24
Demonstração do Resultado Abrangente	26
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	29
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	30
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	42
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	184
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	185

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	187
--	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	189
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	190

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	212.841.732
Preferenciais	186.202.385
Total	399.044.117
Em Tesouraria	
Ordinárias	568.882
Preferenciais	517.166
Total	1.086.048

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2012	Ordinária		0,00096
Reunião do Conselho de Administração	22/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2012	Preferencial		0,00106
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2011	Dividendo	28/02/2012	Ordinária		0,00186
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2011	Dividendo	28/02/2012	Preferencial		0,00204
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2012	Ordinária		0,00096
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2012	Preferencial		0,00106
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2012	Dividendo	29/08/2012	Ordinária		0,00118
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2012	Dividendo	29/08/2012	Preferencial		0,00129
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2012	Ordinária		0,00041
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2012	Preferencial		0,00045
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2012	Dividendo	29/08/2012	Ordinária		0,00098
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2012	Dividendo	29/08/2012	Preferencial		0,00108
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00084
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00092
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00036
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00040
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2013	Ordinária		0,00108

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2013	Preferencial		0,00119
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00060
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00066

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	473.448.707	465.225.117	396.371.859
1.01	Ativo Circulante	250.715.643	245.996.451	195.243.147
1.01.01	Disponibilidades	4.653.214	4.458.365	4.375.077
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	51.106.876	47.442.765	31.655.506
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	21.353.662	18.966.086	13.229.837
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.458.741	25.524.342	14.147.122
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.294.473	2.952.337	4.278.547
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	37.326.162	36.552.965	26.158.635
1.01.03.01	Carteira Própria	14.145.665	12.631.582	13.563.844
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	18.957.131	20.968.002	9.642.805
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.041.124	1.681.081	1.808.719
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	1.118.510	361.714	777.707
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	2.063.732	910.586	365.560
1.01.04	Relações Interfinanceiras	34.121.412	44.814.618	38.998.435
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.979	2.445	8.395
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	34.082.514	44.784.542	38.966.991
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	1.159	304	2.059
1.01.04.05	Correspondentes	35.760	27.327	20.990
1.01.05	Relações Interdependências	1.509	856	1.751
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	0	0	1.751
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	1.509	856	0
1.01.06	Operações de Crédito	54.349.968	56.501.363	56.639.642
1.01.06.01	Setor Público	65.928	50.992	73.472
1.01.06.02	Setor Privado	56.697.207	57.901.637	57.880.579
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Créditos Liquidação Duvidosa)	-2.413.167	-1.451.266	-1.314.409
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	46.338	100.055	159.530
1.01.07.01	Setor Privado	49.904	106.344	175.067
1.01.07.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-3.566	-6.289	-15.537

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.01.08	Outros Créditos	68.581.922	55.725.216	36.905.962
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	2.541	0	1.264
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	38.349.206	34.851.804	20.055.172
1.01.08.03	Rendas a Receber	568.937	428.318	832.179
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	904.278	694.563	645.952
1.01.08.05	Créditos Tributários	6.020.627	5.980.796	4.925.931
1.01.08.06	Diversos	22.820.862	13.865.062	10.558.752
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-84.529	-95.327	-113.288
1.01.09	Outros Valores e Bens	528.242	400.248	348.609
1.01.09.01	Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	112.322	103.104	0
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	190.278	97.592	108.495
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-146.956	-87.435	-98.811
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	372.598	286.987	338.925
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	182.761.544	179.254.338	155.227.016
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.431.441	14.219.658	9.703.277
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.431.441	13.848.311	9.373.447
1.02.01.02	Aplicações em Moedas Estrangeiras	0	371.547	330.030
1.02.01.03	(Provisões para Perdas)	0	-200	-200
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	64.249.415	68.593.921	70.025.053
1.02.02.01	Carteira Própria	8.704.872	11.569.804	7.195.826
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	43.407.334	43.790.339	48.079.904
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.691.872	2.567.924	3.208.409
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	368.673	1.859.544	6.481.649
1.02.02.05	Moedas de Privatização	2.762	2.145	1.943
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	8.073.902	8.804.165	5.057.322
1.02.03	Relações Interfinanceiras	167.663	198.439	185.069
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	167.663	198.439	185.069
1.02.05	Operações de Crédito	86.013.060	79.499.007	60.650.568

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.05.01	Setor Público	80.028	129.644	144.225
1.02.05.02	Setor Privado	96.449.751	88.127.428	66.443.788
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-10.516.719	-8.758.065	-5.937.445
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	6.226	59.880	173.546
1.02.06.01	Setor Privado	9.912	67.633	206.465
1.02.06.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil Liquidação Duvidosa)	-3.686	-7.753	-32.919
1.02.07	Outros Créditos	17.554.338	16.582.092	14.461.069
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	6.651	1.823	8.854
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	204.928	293.913	134.569
1.02.07.03	Rendas a Receber	117.101	55.466	56.785
1.02.07.04	Créditos Tributários	8.077.783	6.580.968	6.404.427
1.02.07.05	Diversos	9.425.978	9.994.016	8.083.732
1.02.07.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-278.103	-344.094	-227.298
1.02.08	Outros Valores e Bens	339.401	101.341	28.434
1.02.08.01	Investimentos Temporários	8.061	8.061	8.061
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.765	-1.765	-1.765
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	333.105	95.045	22.138
1.03	Ativo Permanente	39.971.520	39.974.328	45.901.696
1.03.01	Investimentos	17.403.923	15.209.932	19.068.672
1.03.01.02	Participações em Controladas	17.387.119	15.166.376	19.022.918
1.03.01.02.01	No País	15.368.790	15.166.376	18.931.334
1.03.01.02.02	No Exterior	2.018.329	0	91.584
1.03.01.04	Outros Investimentos	48.655	75.407	86.763
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-31.851	-31.851	-41.009
1.03.02	Imobilizado de Uso	5.566.140	4.902.891	4.406.494
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.065.276	2.137.681	2.140.716
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	7.878.484	6.601.722	5.577.194
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-4.377.620	-3.836.512	-3.311.416

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.03.04	Intangível	17.001.457	19.861.505	22.426.530
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	26.868.346	26.810.539
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	6.996.274	6.111.869	5.562.684
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-16.006.907	-13.118.710	-9.946.693

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	473.448.707	465.225.117	396.371.859
2.01	Passivo Circulante	278.920.887	271.290.416	220.371.078
2.01.01	Depósitos	104.628.175	113.464.541	100.474.701
2.01.01.01	Depósitos à Vista	13.680.737	13.684.773	16.540.171
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	26.856.910	23.293.434	30.303.463
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	31.557.484	42.653.353	28.203.487
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	32.533.044	33.832.981	25.427.580
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	52.185.328	59.231.381	52.982.982
2.01.02.01	Carteira Própria	34.508.852	42.894.806	42.331.029
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	9.146.494	8.424.898	4.064.067
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	8.529.982	7.911.677	6.587.886
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	29.557.231	17.426.772	8.655.929
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	25.766.893	17.027.739	8.387.450
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.790.338	399.033	268.479
2.01.04	Relações Interfinanceiras	18.525	8.467	9.253
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	0	3	2.180
2.01.04.02	Correspondentes	18.525	8.464	7.073
2.01.05	Relações Interdependências	2.002.049	2.012.600	2.373.409
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.000.676	2.004.753	2.292.924
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	1.373	7.847	80.485
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	14.748.478	13.161.053	11.327.455
2.01.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	48.934	0	290.665
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	14.699.544	13.161.053	11.036.790
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	3.793.910	4.189.752	3.030.168
2.01.07.01	Tesouro Nacional	247	21.188	80.638
2.01.07.02	BNDES	2.124.206	1.899.635	928.818
2.01.07.03	CEF	2.581	33.660	10.335
2.01.07.04	FINAME	1.483.052	2.099.952	1.915.308

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.07.05	Outras Instituições	183.824	135.317	95.069
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	20.548	914.798	259.104
2.01.09	Outras Obrigações	71.966.643	60.881.052	41.258.077
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.763.114	2.138.328	1.228.835
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	81.082	122.575	120.822
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	36.246.517	32.393.881	18.138.328
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.427.504	1.509.752	2.457.072
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	9.093.831	7.306.192	6.100.124
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	564.848	694.242	247.484
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	3.727.745	0	0
2.01.09.08	Diversas	19.062.002	16.716.082	12.965.412
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	128.401.281	128.113.710	110.945.646
2.02.01	Depósitos	51.339.151	55.913.362	52.044.649
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	999.882	7.743.600	8.634.770
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	50.339.269	48.169.762	43.409.879
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	27.468.352	21.664.735	15.131.866
2.02.02.01	Carteira Própria	27.468.352	21.664.735	15.131.866
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	24.306.708	21.087.243	11.142.045
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	12.798.608	12.789.632	6.770.877
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	11.508.100	8.297.611	4.371.168
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.252.900	1.660.631	2.201.219
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	73.350	0	0
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.179.550	1.660.631	2.201.219
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	5.590.711	6.031.862	8.811.543
2.02.07.01	Tesouro Nacional	836	0	1.254
2.02.07.02	BNDES	3.065.388	3.542.793	5.301.000
2.02.07.03	CEF	60.219	1.316	1.528
2.02.07.04	FINAME	2.456.539	2.478.974	3.459.206

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.07.05	Outras Instituições	7.729	8.779	48.555
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	20.216	161.827	812.754
2.02.09	Outras Obrigações	18.423.243	21.594.050	20.801.570
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.347.425	2.544.524	3.522.498
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	152.049	399.973	86.417
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	3.306.392	3.010.670	3.004.374
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	0	28	22
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	8.191.406	10.908.344	9.695.105
2.02.09.06	Diversas	3.425.971	4.730.511	4.493.154
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	222.095	207.291	178.150
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	222.095	207.291	178.150
2.05	Patrimônio Líquido	65.904.444	65.613.700	64.876.985
2.05.01	Capital Social Realizado	62.828.201	62.828.201	62.828.201
2.05.01.01	De Domiciliados no País	6.251.291	6.251.291	6.251.291
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	56.576.910	56.576.910	56.576.910
2.05.02	Reservas de Capital	610.215	529.149	529.136
2.05.04	Reservas de Lucro	1.978.713	1.519.129	1.236.150
2.05.04.01	Legal	1.300.216	1.140.847	962.310
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	678.497	378.282	273.840
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	849.059	491.050	273.840
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	-170.562	-112.768	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	487.315	737.221	283.498
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	487.315	737.221	283.498

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	55.829.354	55.788.210	39.698.085
3.01.01	Operações de Crédito	35.018.499	33.820.355	24.037.790
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	17.744	36.369	23.948
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17.967.836	17.729.508	12.387.485
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-584.316	-607.075	471.787
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	400.911	778.886	1.012.116
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.962.432	4.030.167	1.764.959
3.01.07	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	46.248	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-39.834.816	-41.881.297	-25.711.572
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-25.321.870	-29.128.587	-17.563.408
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-1.440.627	-2.775.981	-498.607
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.072.319	-9.976.729	-7.649.557
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	15.994.538	13.906.913	13.986.513
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-13.268.083	-11.752.295	-9.374.896
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	8.866.267	8.003.548	6.887.519
3.04.02	Despesas de Pessoal	-5.960.065	-5.233.401	-4.784.514
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-11.779.441	-10.456.704	-9.739.410
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.604.366	-2.376.266	-2.084.281
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.707.267	1.351.777	1.671.698
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-5.068.768	-5.420.843	-3.140.035
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.571.023	2.379.594	1.814.127
3.05	Resultado Operacional	2.726.455	2.154.618	4.611.617
3.06	Resultado Não Operacional	201.489	852.731	400.899
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	2.927.944	3.007.349	5.012.516
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-166.412	11.950	-384.436
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-95.878	-135	-207.113
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-70.534	12.085	-177.323
3.09	IR Diferido	1.333.823	1.719.798	301.784

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-907.977	-1.168.350	-1.073.181
3.10.01	Participações	-907.977	-1.168.350	-1.073.181
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	3.187.378	3.570.747	3.856.683
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,00799	0,00895	0,00966

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	3.187.378	3.570.747	3.856.683
4.02	Outros Resultados Abrangentes	487.315	737.221	283.498
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.284.732	1.297.429	785.922
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa	-452.732	15.312	-261.440
4.02.03	Imposto de Renda	-344.685	-575.520	-240.984
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.674.693	4.307.968	4.140.181

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.412.394	-15.317.845	-11.128.727
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.021.467	17.428.260	16.084.594
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.187.378	3.570.747	3.856.683
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.072.319	9.976.729	7.649.557
6.01.01.03	Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	3.672.128	4.231.317	2.707.464
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.129.358	-1.650.547	-105.421
6.01.01.05	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-1.571.023	-2.379.594	-1.814.127
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	5.308.091	4.423.590	4.203.274
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	59.507	-11.538	-23.620
6.01.01.08	Resultado na Alienação de Valores e Bens	-354.772	-5.435	-176.005
6.01.01.09	Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	-592	4.744	-3.213
6.01.01.10	Resultado de Investimentos	-13.744	-711.015	-177.804
6.01.01.11	Outros	-208.467	-20.738	-32.194
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.609.073	-32.746.105	-27.213.321
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Inferfinanceiras de Liquidez	4.328.016	-19.983.245	-3.362.532
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.777.465	-8.263.623	-8.039.564
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-17.652.428	-28.509.981	-27.096.677
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	10.702.028	-5.817.551	-30.428.389
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-11.408.373	-20.013.896	8.227.841
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-323.671	-20.969	-1.520
6.01.02.07	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	20.808	-372.702	559.122
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	-13.410.577	16.858.553	5.595.011
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-1.242.436	12.781.268	33.193.377
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-693.160	-322.320	5.239.241
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	9.218.221	21.637.588	-10.832.658
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	14.804	29.141	32.594
6.01.02.13	Imposto Pago	-939.770	-748.368	-299.167
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.045.187	4.944.043	-1.288.255

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.01	Aquisição de Investimento	-2.531.899	-19.768	-63.562
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.405.117	-1.075.419	-1.318.357
6.02.03	Aplicações no Intangível	-1.777.561	-1.307.042	-1.051.152
6.02.04	Caixa Liq Recebido na Alienação/ Redução de Investimento	245.522	3.312.893	312.185
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	21.723	44.720	324.240
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	423.949	27.811	13.627
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.978.196	3.960.848	494.764
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.031.552	10.777.485	3.408.251
6.03.01	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-57.794	-112.768	0
6.03.02	Pagamento de Dívidas Subordinadas	0	0	-2.534.750
6.03.03	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	36.014.099	29.420.502	21.402.252
6.03.04	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-25.430.502	-14.604.118	-12.828.957
6.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.494.251	-3.926.131	-2.630.294
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.398.759	403.683	-9.008.731
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.903.096	9.499.413	18.508.144
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.301.855	9.903.096	9.499.413

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.187.378	0	3.187.378
5.05	Destinações	0	0	0	1.008.428	-3.187.378	0	-2.178.950
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-348.950	-810.000	0	-1.158.950
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.020.000	0	-1.020.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	1.357.378	-1.357.378	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	159.369	-159.369	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	1.198.009	-1.198.009	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-249.906	-249.906
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-249.906	-249.906
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-57.794	0	0	-57.794
5.12	Outros	0	81.066	0	-491.050	0	0	-409.984
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-41	0	0	0	0	-41
5.12.02	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	0	81.107	0	0	0	0	81.107
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-491.050	0	0	-491.050
5.13	Saldo Final	62.828.201	610.215	0	1.978.713	0	487.315	65.904.444

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	529.136	0	1.236.150	0	283.498	64.876.985
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	529.136	0	1.236.150	0	283.498	64.876.985
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.570.747	0	3.570.747
5.05	Destinações	0	0	0	669.587	-3.570.747	0	-2.901.160
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.351.160	0	-1.351.160
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.550.000	0	-1.550.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	669.587	-669.587	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	178.537	-178.537	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	491.050	-491.050	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	453.723	453.723
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	453.723	453.723
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-112.768	0	0	-112.768
5.12	Outros	0	13	0	-273.840	0	0	-273.827
5.12.01	Dividendos c/ base na Res. p/ Equaliz de Dividendos	0	0	0	-273.840	0	0	-273.840
5.12.02	Resultado Ações em Tesouraria	0	13	0	0	0	0	13
5.13	Saldo Final	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.806.071	726.566	0	919.467	0	75.342	64.527.446
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-175.300	0	0	0	0	-175.300
5.02.01	Efeitos da Mudança de Critério Contábil	0	-175.300	0	0	0	0	-175.300
5.03	Saldo Ajustado	62.806.071	551.266	0	919.467	0	75.342	64.352.146
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.856.683	0	3.856.683
5.05	Destinações	0	0	0	316.683	-3.856.683	0	-3.540.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.780.000	0	-1.780.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.760.000	0	-1.760.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	316.683	-316.683	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	192.834	-192.834	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	123.849	-123.849	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	208.156	208.156
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	208.156	208.156
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	22.130	-22.130	0	0	0	0	0
5.08.01	Aumento de Capital	22.130	-22.130	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	62.828.201	529.136	0	1.236.150	0	283.498	64.876.985

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	48.462.698	50.603.438	37.865.396
7.01.01	Intermediação Financeira	55.829.354	55.788.210	39.698.085
7.01.02	Prestação de Serviços	8.866.267	8.003.548	6.887.519
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-13.072.319	-9.976.729	-7.649.557
7.01.04	Outras	-3.160.604	-3.211.591	-1.070.651
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-26.762.497	-31.904.568	-18.062.015
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.856.197	-5.498.758	-5.076.587
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-278.361	-281.556	-241.531
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.924.444	-1.773.851	-1.655.221
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	592	-4.744	3.213
7.03.04	Outros	-3.653.984	-3.438.607	-3.183.048
7.04	Valor Adicionado Bruto	15.844.004	13.200.112	14.726.794
7.05	Retenções	-5.308.091	-4.423.590	-4.203.274
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.308.091	-4.423.590	-4.203.274
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.535.913	8.776.522	10.523.520
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.571.023	2.379.594	1.814.127
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.571.023	2.379.594	1.814.127
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.106.936	11.156.116	12.337.647
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	12.106.936	11.156.116	12.337.647
7.09.01	Pessoal	6.025.229	5.629.066	5.139.540
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.474.559	2.985.762	2.714.527
7.09.01.02	Benefícios	1.004.790	895.788	846.453
7.09.01.03	F.G.T.S.	311.637	303.872	271.120
7.09.01.04	Outros	1.234.243	1.443.644	1.307.440
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.279.768	1.417.203	2.885.088
7.09.02.01	Federais	1.909.584	1.038.568	2.526.180
7.09.02.02	Estaduais	824	727	582
7.09.02.03	Municipais	369.360	377.908	358.326

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	614.561	539.100	456.336
7.09.03.01	Aluguéis	614.561	539.100	456.336
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.187.378	3.570.747	3.856.683
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.020.000	1.550.000	1.760.000
7.09.04.02	Dividendos	1.158.950	1.351.160	1.780.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.008.428	669.587	316.683

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	421.084.963	399.886.082	374.662.683
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.535.240	65.938.003	56.800.151
1.01.01	Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	55.535.240	65.938.003	56.800.151
1.02	Aplicações Financeiras	77.015.206	75.175.065	89.967.165
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	77.015.206	75.175.065	89.967.165
1.02.01.01	Títulos para Negociação	31.638.268	29.901.495	24.821.365
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	44.148.620	44.608.201	47.206.019
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.228.318	665.369	17.939.781
1.03	Empréstimos e Recebíveis	226.957.041	202.757.191	174.106.525
1.03.01	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	29.913.132	19.628.861	22.658.520
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	196.774.297	183.066.268	151.366.561
1.03.03	Instrumentos de dívida	269.612	62.062	81.444
1.04	Tributos Diferidos	19.881.425	16.250.373	14.842.066
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.343.187	14.173.149	13.624.880
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	3.538.238	2.077.224	1.217.186
1.05	Outros Ativos	3.265.407	2.899.839	2.095.462
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	165.710	132.388	66.821
1.05.03	Outros	3.099.697	2.767.451	2.028.641
1.05.03.01	Derivativos Utilizados como Hedge	156.164	80.708	115.640
1.05.03.02	Outros Ativos	2.943.533	2.686.743	1.913.001
1.06	Investimentos	472.093	422.225	370.586
1.06.01	Participações em Coligadas	472.093	422.225	370.586
1.07	Imobilizado	5.938.228	5.008.306	4.518.109
1.07.01	Imobilizado de Uso	5.938.228	5.008.306	4.518.109
1.08	Intangível	32.020.323	31.435.080	31.962.619
1.08.01	Intangíveis	4.802.758	4.217.515	3.650.383
1.08.01.01	Outros Ativos Intangíveis	4.802.758	4.217.515	3.650.383
1.08.02	Goodwill	27.217.565	27.217.565	28.312.236

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	421.084.963	399.886.082	374.662.683
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	5.351.736	5.047.288	4.784.653
2.01.01	Derivativos	5.111.553	4.709.660	4.755.314
2.01.02	Posições vendidas	240.183	337.628	29.339
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	306.976.206	291.451.686	253.340.771
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	35.073.626	51.527.021	42.391.572
2.03.02	Depósitos de clientes	188.594.930	174.473.891	167.949.201
2.03.03	Obrigações por títulos e valores mobiliários	54.012.018	38.590.423	20.086.645
2.03.04	Dívidas subordinadas	11.919.151	10.908.344	9.695.105
2.03.05	Outros passivos financeiros	17.376.481	15.952.007	13.218.248
2.04	Provisões	8.822.081	9.515.295	9.395.161
2.04.01	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.307.815	1.246.040	1.190.108
2.04.02	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	7.514.266	8.269.255	8.205.053
2.05	Passivos Fiscais	13.784.464	11.875.899	10.529.625
2.05.01	Correntes	10.219.083	8.127.795	6.249.466
2.05.02	Diferidos	3.565.381	3.748.104	4.280.159
2.06	Outros Passivos	4.584.365	3.963.922	23.249.079
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge	281.545	36.071	112
2.06.02	Passivos por contratos de seguro	0	0	19.643.129
2.06.03	Outras obrigações	4.302.820	3.927.851	3.605.838
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	81.566.111	78.031.992	73.363.394
2.08.01	Capital Social Realizado	79.814.735	77.044.886	72.571.563
2.08.01.01	Capital social	62.634.585	62.634.585	62.634.585
2.08.01.02	Reservas	14.572.052	9.950.144	6.094.885
2.08.01.03	Ações em Tesouraria	-170.562	-112.768	0
2.08.01.04	Lucro do exercício atribuível à controladora	5.448.660	7.747.925	7.382.093
2.08.01.05	Menos: dividendos e remuneração	-2.670.000	-3.175.000	-3.540.000
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.502.116	968.146	783.755

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.08.06.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	1.768.639	960.199	949.597
2.08.06.02	Hedges de fluxo de caixa	-448.569	7.947	-165.842
2.08.06.03	Ajuste de conversão de investimento no exterior	182.046	0	0
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	249.260	18.960	8.076

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	52.660.682	51.736.080	40.909.204
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	52.660.682	51.736.080	40.909.204
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-20.968.812	-23.834.316	-16.814.126
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-20.968.812	-23.834.316	-16.814.126
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	31.691.870	27.901.764	24.095.078
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-26.181.119	-18.991.228	-14.098.575
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	7.753.426	7.339.498	6.835.508
3.04.02	Despesas de Pessoal	-7.126.786	-6.643.731	-5.926.176
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-6.076.862	-5.728.901	-5.304.426
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-252.624	-68.618	1.718.723
3.04.05.01	Receitas de instrumentos do patrimônio	93.736	93.727	51.721
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	-548.206	-113.659	1.458.150
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	378.032	-121.364	416.900
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	-624.991	-379.418	-347.999
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	501.006	5.320	-59.186
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. c/ ativos não correntes mantidos p/ venda não classif. c/ op. descontinuadas	-52.201	446.776	199.137
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-20.551.595	-13.943.692	-11.466.146
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-1.831.100	-1.462.034	-1.237.410
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-2.206.528	-3.061.463	-1.974.326
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-16.475.615	-9.381.549	-8.233.810
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	-38.352	-38.646	-20.600
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	73.322	54.216	43.942
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.510.751	8.910.536	9.996.503
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-51.473	-1.154.683	-2.613.929
3.06.01	Corrente	-2.822.084	-2.732.999	-2.501.876
3.06.02	Diferido	2.770.611	1.578.316	-112.053
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.459.278	7.755.853	7.382.574
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.459.278	7.755.853	7.382.574

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.448.660	7.747.925	7.382.093
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10.618	7.928	481
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01308	0,01855	0,01767
3.99.01.02	PN	0,01439	0,02041	0,01944
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,01307	0,01855	0,01767
3.99.02.02	PN	0,01438	0,02041	0,01944

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.459.278	7.755.853	7.382.574
4.02	Outros Resultados Abrangentes	533.970	184.391	224.713
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	1.321.006	102.092	328.349
4.02.02	Hedges de fluxo de caixa	-468.043	276.752	121.335
4.02.03	Imposto de renda	-318.993	-194.453	-224.971
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	5.993.248	7.940.244	7.607.287
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.982.630	7.932.316	7.606.806
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10.618	7.928	481

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.581.806	-11.110.073	-10.359.530
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.757.902	19.671.779	18.797.856
6.01.01.01	Lucro líquido consolidado do exercício	5.459.278	7.755.853	7.382.574
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	724.990	570.132	487.626
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	1.106.110	891.902	749.784
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	38.352	38.646	20.600
6.01.01.05	Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)	18.682.143	12.443.012	10.208.136
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	-448.805	-452.096	-139.951
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	-73.322	-54.216	-43.942
6.01.01.08	Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	-2.770.611	-1.534.607	112.053
6.01.01.09	Outros	39.767	13.153	20.976
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.176.096	-30.781.852	-29.157.386
6.01.02.01	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	11.046.168	-8.824.495	-45.103.539
6.01.02.02	Ativos financeiros para negociação	-1.736.773	-5.080.130	-4.705.713
6.01.02.03	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-562.949	-4.277.011	-1.645.321
6.01.02.04	Ativos financeiros disponíveis para venda	1.879.461	2.696.868	-471.550
6.01.02.05	Empréstimos e recebíveis	-30.821.128	-39.864.486	-24.059.733
6.01.02.06	Outros ativos	-2.508.413	-2.024.642	1.465.520
6.01.02.07	Passivos financeiros para negociação	304.448	262.635	349.919
6.01.02.08	Outos Passivos Financeiros ao valor justo no resultado	0	0	-1.795
6.01.02.09	Passivo financeiro ao custo amortizado	4.411.101	24.290.139	46.469.159
6.01.02.10	Outros passivos	1.949.954	3.971.587	-410.914
6.01.02.11	Impos Pagos	-2.137.965	-1.932.317	-1.043.419
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.735.331	210.603	-2.334.109
6.02.02	Investimentos no ativo tangível	-1.447.401	-1.074.509	-1.319.869
6.02.03	Investimentos no ativo intangível	-1.720.836	-1.478.802	-1.086.208

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.04	Alienação de subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	0	2.741.102	0
6.02.05	Alienação de ativo tangível	420.134	17.193	38.757
6.02.06	Aumento de Capital de Participações em Coligadas	0	-6.356	0
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Proprio Recebidos	12.772	11.975	33.211
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.753.798	10.569.978	3.310.135
6.03.02	Aquisição de ações próprias	-57.794	-112.755	0
6.03.04	Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	36.376.139	29.501.246	21.402.252
6.03.05	Dividendos pagos e juros sobre capital o próprio	-2.495.328	-3.926.417	-2.734.666
6.03.06	Pagamentos de dívida subordinada	0	0	-2.534.750
6.03.07	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-25.440.219	-14.895.052	-12.828.958
6.03.08	Emissão de ações de partic. em controlada	371.000	2.956	6.257
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.600.273	-329.492	-9.383.504
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.017.407	9.346.899	18.730.403
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.617.680	9.017.407	9.346.899

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	-112.768	9.950.144	4.572.925	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	-112.768	9.950.144	4.572.925	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.175.000	505.000	0	-2.670.000	0	-2.670.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.175.000	505.000	0	-2.670.000	0	-2.670.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.747.925	-2.299.265	533.970	5.982.630	10.618	5.993.248
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.448.660	533.970	5.982.630	10.618	5.993.248
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.747.925	-7.747.925	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	7.747.925	-7.747.925	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-57.794	48.983	0	0	-8.811	219.682	210.871
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	49.611	0	0	49.611	0	49.611
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	-41	0	0	-41	0	-41
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-57.794	0	0	0	-57.794	0	-57.794
5.06.07	Outros	0	0	-587	0	0	-587	219.682	219.095
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-170.562	14.572.052	2.778.660	1.502.116	81.316.851	249.260	81.566.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.540.000	365.000	0	-3.175.000	0	-3.175.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.540.000	365.000	0	-3.175.000	0	-3.175.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.382.093	365.832	184.391	7.932.316	7.928	7.940.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.747.925	184.391	7.932.316	7.928	7.940.244
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.382.093	-7.382.093	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	7.382.093	-7.382.093	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-112.768	13.166	0	0	-99.602	2.956	-96.646
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	13.153	0	0	13.153	0	13.153
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	13	0	0	13	0	13
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-112.768	0	0	0	-112.768	0	-112.768
5.06.07	Outros	0	0	0	0	0	0	2.956	2.956
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-112.768	9.950.144	4.572.925	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.612.455	0	2.161.302	3.932.606	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.612.455	0	2.161.302	3.932.606	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.130	0	-1.597.130	-1.965.000	0	-3.540.000	0	-3.540.000
5.04.01	Aumentos de Capital	22.130	0	-22.130	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.575.000	-1.965.000	0	-3.540.000	0	-3.540.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.507.606	1.874.487	224.713	7.606.806	481	7.607.287
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.382.093	224.713	7.606.806	481	7.607.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.507.606	-5.507.606	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	5.507.606	-5.507.606	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.107	0	0	23.107	6.257	29.364
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	20.976	0	0	20.976	0	20.976
5.06.05	Outros	0	0	2.131	0	0	2.131	6.257	8.388
5.07	Saldos Finais	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	41.479.341	46.563.948	39.255.299
7.01.01	Intermediação Financeira	52.660.682	51.736.080	40.909.204
7.01.02	Prestação de Serviços	7.753.426	7.339.498	6.835.508
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-16.475.615	-9.381.549	-8.233.810
7.01.04	Outras	-2.459.152	-3.130.081	-255.603
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-20.968.812	-23.834.316	-16.814.126
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.432.011	-5.167.970	-4.770.667
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-553.242	-546.277	-500.107
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.431.119	-4.150.735	-3.882.909
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-38.352	-38.646	-20.600
7.03.04	Outros	-409.298	-432.312	-367.051
7.04	Valor Adicionado Bruto	15.078.518	17.561.662	17.670.506
7.05	Retenções	-1.831.100	-1.462.034	-1.237.410
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.831.100	-1.462.034	-1.237.410
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.247.418	16.099.628	16.433.096
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.322	54.216	43.942
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	73.322	54.216	43.942
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.320.740	16.153.844	16.477.038
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	13.320.740	16.153.844	16.477.038
7.09.01	Pessoal	6.239.564	5.834.152	5.176.648
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.315.936	4.277.370	3.807.526
7.09.01.02	Benefícios	1.097.942	950.534	871.489
7.09.01.03	F.G.T.S.	332.192	319.947	285.373
7.09.01.04	Outros	493.494	286.301	212.260
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.004.069	2.022.895	3.452.290
7.09.02.01	Federais	949.740	1.971.487	3.406.285
7.09.02.02	Estaduais	1.005	879	656
7.09.02.03	Municipais	53.324	50.529	45.349

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	617.829	540.944	465.526
7.09.03.01	Aluguéis	617.829	540.944	465.526
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.459.278	7.755.853	7.382.574
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.020.000	1.550.000	1.760.000
7.09.04.02	Dividendos	1.158.950	1.351.160	1.780.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.269.710	4.846.765	3.842.093
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10.618	7.928	481

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC).

• Conjuntura Econômica

A atividade econômica seguiu em lenta recuperação ao longo do quarto trimestre. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, foi de 0,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2011, acima do crescimento de 0,5% visto no segundo trimestre de 2012. Os investimentos mostraram redução de 5,6%, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão de 3,4%, no mesmo período. No lado da oferta, o destaque negativo ficou para a indústria, cuja produção apresentou redução de 1,0%, comparado ao terceiro trimestre de 2011. Esta dinâmica reflete o contraste entre o bom ambiente doméstico, com emprego e renda em alta, e o fraco cenário global.

Os preços ao consumidor medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançaram 5,84% nos doze meses até dezembro, patamar acima dos 5,28% observados em setembro. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços de bens duráveis seguem atenuando este movimento, em razão principalmente do impacto desinflacionário dos cortes de impostos implementados em preços de automóveis e outros bens. Neste contexto de atividade mais fraca e inflação dentro dos intervalos das bandas da meta, o Bacen encerrou o ciclo de afrouxamento monetário de -500 pb, mantendo a taxa básica de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 7,25% a.a., o menor patamar da série histórica.

Em linha com esta redução, as taxas de juros cobradas pelos bancos também continuaram a cair. Em dezembro a taxa média cobrada no crédito à pessoa física era de 34,6% a.a., o menor patamar desde o início da série. O estoque de crédito avançou 16,2% em doze meses encerrados em dezembro, ultrapassando o patamar de R\$2,3 trilhões (53,5% do PIB), também um recorde histórico. O crédito imobiliário, que cresce a um ritmo de 38,2% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global mais frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que reduziram 5,3% no acumulado de 2012, em comparação com o ano anterior. As importações também tiveram uma leve contração, de 1,4% no mesmo período, refletindo moeda e demanda mais fraca. Como resultado, o superávit comercial em 2012 alcançou US\$19,5 bilhões, abaixo dos US\$29,8 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

Ainda assim, o déficit em transações correntes permaneceu relativamente estável, em torno dos US\$50 bilhões no período de doze meses encerrado em dezembro, com a contração nas remessas de lucros e dividendos para o exterior compensando o menor resultado comercial. Do lado do financiamento, o fluxo de investimento estrangeiro direto (US\$65,3 bilhões) continua a exceder com folga o déficit em transações correntes. Ao final do quarto trimestre, a taxa de câmbio foi cotada ao redor de R\$2,04/US\$.

Nas contas públicas, as várias reduções de impostos anunciadas pelo governo para estimular a economia, combinadas ao menor ritmo de atividade econômica, levaram a uma arrecadação de impostos mais fraca e consequentemente a um menor superávit primário, que alcançou 2,25% do PIB nos doze meses encerrados em novembro. Contudo, a queda nas taxas de juros mantiveram as necessidades de financiamento do setor público relativamente estáveis em 2,7% do PIB neste período. A dívida líquida do setor público alcançou 35,2% do PIB ao final de novembro.

1. Resultado do Período

Demonstrações Consolidadas do Resultado	31.12.12	31.12.11	Variação anual %	4º trimestre de 2012	3º trimestre de 2012	Variação trimestral %
R\$ Milhões						
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	31.692	27.902	13,6%	7.663	8.037	-4,6%
Receitas de instrumentos de patrimônio	94	94	0,0%	47	5	840,0%
Resultado de equivalência patrimonial	73	54	35,2%	14	23	-39,1%
Comissões líquidas	7.753	7.339	5,6%	2.013	1.969	2,2%
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(170)	(235)	-27,7%	(135)	211	-164,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(625)	(379)	64,9%	(141)	(142)	-0,7%
TOTAL DE RECEITAS	38.817	34.775	11,6%	9.461	10.103	-6,3%
Despesas administrativas	(13.203)	(12.373)	6,7%	(3.461)	(3.315)	4,4%
Despesas com pessoal	(7.127)	(6.644)	7,3%	(1.852)	(1.798)	3,0%
Outras despesas administrativas	(6.076)	(5.729)	6,1%	(1.609)	(1.518)	6,0%
Depreciação e amortização	(1.831)	(1.462)	25,2%	(482)	(485)	-0,7%
Provisões (líquidas)	(2.207)	(3.061)	-27,9%	(491)	(574)	-14,4%
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(16.476)	(9.382)	75,6%	(4.801)	(3.781)	27,0%
Perdas com outros ativos (líquidas)	(38)	(39)	-2,6%	(30)	(16)	82,4%
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	501	5	N/A	499	-	N/A
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	(52)	448	-111,6%	(62)	(3)	1924,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	5.511	8.911	-38,2%	632	1.928	-67,2%
Imposto de renda	(52)	(1.155)	-95,5%	178	(462)	-138,5%
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	5.459	7.756	-29,6%	810	1.465	-44,7%

Margem de Juros Líquida

Em 31 de dezembro de 2012, a margem líquida com juros atingiu R\$31.692 milhões apresentando um aumento de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No trimestre apresenta queda de 4,6%.

As receitas oriundas de crédito apresentaram evolução no exercício, devido ao crescimento do volume médio da carteira de crédito em doze meses. Por outro lado, no trimestre as receitas representaram queda devido a redução do spread médio, decorrente principalmente da mudança no mix da carteira de produtos pessoa física.

Despesas Gerais (Administrativas + Pessoal)

As despesas gerais (administrativas + pessoal) somaram R\$13.203 milhões em 31 de dezembro de 2012, alta de 6,7% em comparação ao mesmo período de 2011. Em relação ao terceiro trimestre de 2012, as despesas gerais apresentaram crescimento de 4,4%. As outras despesas administrativas totalizaram R\$6.076 milhões, alta de 6,1% em doze meses 6% e no trimestre.

As despesas com pessoal somaram R\$7.127 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de 7,3% em doze meses e 3% em comparação com o terceiro trimestre.

Como resultado o índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas gerais pela receita total, atingiu 34% no exercício e 36,6% no trimestre.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As perdas por não-recuperação totalizaram R\$18.004 (31 de dezembro de 2011 - R\$11.190) sofrendo um aumento de R\$6.814 ou 60,9% comparado a 31 de dezembro de 2011, a provisão para perdas de empréstimos e adiantamentos, incluindo a recuperação de receita total, somou R\$16.476 (R\$9.382 em 31 de dezembro de 2011), aumentou de R\$7.094 ou 75,6% comparado a 31 de dezembro de 2011. Além disso, foram recuperados R\$1.529 de créditos anteriormente baixados em doze meses.

Impostos sobre a Renda

O total de impostos inclui imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2012, os impostos sobre a renda atingiram uma despesa de R\$52 milhões, considerando o efeito do hedge fiscal de Cayman o imposto atinge uma despesa de R\$1.437 milhões.

2. Ativos/Passivos

O total de Ativos em 31 de dezembro de 2012 atingiu R\$421.085 milhões.

Balanços Patrimoniais Consolidados R\$ Milhões	31.12.12	31.12.11	Variação anual %	30.09.12	Variação % trimestre
Ativo					
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	55.535	65.938	-15,8%	63.053	-11,9%
Ativos financeiros para negociação	31.638	29.901	5,8%	22.140	42,9%
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.228	666	84,4%	1.335	-8,0%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	61	-91,8%	10	-50,0%
Instrumentos de dívida	124	230	-46,1%	134	-7,5%
Instrumentos de patrimônio	1.099	375	193,1%	1.191	-7,7%
Ativos financeiros disponíveis para venda	44.149	44.608	-1,0%	40.941	7,8%
Empréstimos e financiamentos	226.957	202.757	11,9%	224.686	1,0%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	29.988	19.691	52,3%	31.332	-4,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	210.741	194.184	8,5%	206.735	1,9%
Provisão para perdas	(14.042)	(11.180)	25,6%	(13.648)	2,9%
Instrumentos de dívida	270	62	335,5%	267	1,1%
Derivativos utilizados como hedge	156	81	92,6%	79	97,5%
Ativos não correntes mantidos para venda	166	132	25,8%	134	23,9%
Participações em coligadas	472	422	11,8%	459	2,8%
Ativos tangíveis	5.938	5.008	18,6%	5.609	5,9%
Ativos intangíveis	32.021	31.436	1,9%	31.901	0,4%
Ágio	27.218	27.218	0,0%	27.218	0,0%
Outros Intangíveis	4.803	4.218	13,9%	4.683	2,6%
Ativo fiscal	19.881	16.250	22,3%	19.697	0,9%
Outros créditos	2.944	2.687	9,6%	2.661	10,6%
Total do ativo	421.085	399.886	5,3%	412.695	2,0%

Balanços Patrimoniais Consolidados R\$ Milhões	31.12.12	31.12.11	Variação anual %	30.09.12	Variação % trimestre
Passivo					
Passivos financeiros para negociação	5.352	5.047	6,0%	5.693	-6,0%
Passivos financeiros ao custo amortizado	306.976	291.451	5,3%	298.545	2,8%
Depósitos de instituições de crédito	35.074	51.527	-31,9%	38.022	-7,8%
Depósitos de clientes	188.595	174.474	8,1%	182.242	3,5%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	54.012	38.590	40,0%	49.384	9,4%
Dívidas subordinadas	11.919	10.908	9,3%	11.696	1,9%
Outros passivos financeiros	17.376	15.952	8,9%	17.201	1,0%
Derivativos utilizados como hedge	282	36	683,3%	182	54,9%
Provisões	8.822	9.515	-7,3%	9.177	-3,9%
Passivos fiscais	13.784	11.876	16,1%	14.109	-2,3%
Outros passivos	4.303	3.929	9,5%	3.887	10,7%
Total do passivo	339.519	321.854	5,5%	331.592	2,4%
Patrimônio líquido	79.815	77.045	3,6%	79.697	0,1%
Outros resultados abrangentes	1.502	968	55,2%	1.379	8,9%
Participação dos acionistas minoritários	249	19	1210,5%	27	822,2%
Total do patrimônio líquido	81.566	78.032	4,5%	81.103	0,6%
Total do passivo e patrimônio líquido	421.085	399.886	5,3%	412.695	2,0%

Carteira de Crédito

A estratégia de crescimento de crédito do Banco Santander permanece amparada pelos segmentos de maior rentabilidade: Pessoa Física e Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Como consequência, a carteira total alcançou R\$210.741 milhões, crescendo em doze meses 8,5% e no trimestre 1,9%.

Captações

O total de captações (Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários e Dívidas Subordinadas), atingiu R\$289.600 milhões em 2012, com crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2011.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$81.566 milhões em 31 de dezembro de 2012, comparado a R\$78.032 milhões em dezembro de 2011.

A evolução do patrimônio líquido comparada com dezembro de 2011 é decorrente, principalmente, do resultado do período de R\$5.459 e da variação dos outros resultados abrangentes no montante de R\$534 milhões, reduzido parcialmente pela proposta de juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$2.670 milhões, aprovada pelo Conselho de Administração.

Em 2012 foram adquiridas 3.229.618 Units que permaneceram em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2012 é de 8.610.418 Units (31/12/2011 - 5.380.800), equivalente a R\$134 milhões (31/12/2011 - R\$80 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,80, R\$15,61 e R\$18,52. Em 2011 foram também adquiridas e permanecem em tesouraria 1.732.900 American Depositary Receipts (ADRs), no montante atual de R\$36 milhões (31/12/2011 - R\$33 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$14,97 por Unit e US\$7,28 por ADR.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2012, foram destacados dividendos no valor de R\$1.650 milhões, sendo dividendos intermediários no valor de R\$491 milhões com base na reserva para equalização de dividendos e dividendos intercalares no valor de R\$1.159 milhões.

Juros sobre capital próprio no valor de R\$1.020 milhões, sendo R\$400 milhões em março, R\$170 milhões em junho e R\$450 milhões em dezembro de 2012. O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012, dos valores destacados, R\$1.470 milhões foram pagos a partir de 29 de agosto de 2012 e R\$1.200 milhões foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração à título de atualização monetária.

Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II, na forma estabelecida pelo Bacen, e considera: (a) Risco de Crédito – parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado – parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional – exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 20,8%, e, desconsiderando o efeito do ágio, conforme determinado pela regra internacional, o índice é de 17,7%.

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/rj.

Análise de Resultado por Segmento

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco Comercial representou 47,7% do lucro antes de impostos. O Banco de Atacado Global obteve participação de 46% e Gestão de Ativos e Seguros, atingiu 6,3%.

O lucro antes de impostos do segmento de Banco Comercial somou R\$2.628 milhões, o Banco de Atacado Global registrou lucro antes de impostos de R\$2.537 milhões e o segmento de Gestão de Ativos e Seguros apresentou lucro antes de impostos de R\$346 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Resultados por Segmento						
R\$ Milhões	31.12.12	31.12.11	Variação anual %	4º trimestre de 2012	3º trimestre de 2012	Variação trimestre %
Banco Comercial ⁽¹⁾	2.628	5.128	-48,8%	8	1.253	99,4%
Banco de Atacado Global	2.537	2.947	-13,9%	542	602	-10,0%
Gestão de Ativos e Seguros	346	835	-58,6%	82	73	12,3%
Lucro Antes dos Impostos	5.511	8.910	-38,1%	632	1.928	-67,2%

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge fiscal do investimento na agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$1.437.250 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2012, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.745.471.

• Evento Recente

Prorrogação do prazo para atingir o percentual mínimo de ações em circulação (free float) de 25%

Em 9 de outubro de 2012, o Banco Santander comunicou ao mercado, que a BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), deferiu o pleito do Banco Santander e de seus acionistas controladores para prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação, (free float) de 25%, para 7 de outubro de 2013, que poderá ser prorrogável por mais um ano, sob determinadas condições.

Conforme informado pelo acionista controlador, pretende-se atingir a diferença existente entre o atual percentual e o percentual mínimo de ações em circulação, por meio da realização de venda ou entrega de ações de sua emissão através de negociações privadas junto a determinados investidores qualificados no mercado brasileiro ou no mercado exterior (inclusive sob a forma de ADRs) e/ou emissão de novas ações.

• Evento Subsequente

Redução do Capital da empresa Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5 bilhões, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013.

A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing.

• Estratégia

A estratégia do Banco Santander segue apoiada nos seguintes objetivos:

- ser o melhor Banco em qualidade de serviço, apoiado na eficiência operacional da plataforma tecnológica;
- melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura;
- intensificar o relacionamento com todos os segmentos de clientes, convertendo-se no primeiro Banco dos clientes;
- aumentar os negócios nos principais segmentos para o Banco, como PMEs, cartões emissor, negócio adquirente, crédito imobiliário e financiamento de veículos e seguros;
- aproveitar todas as oportunidades de ofertar produtos e serviços entre os diferentes segmentos;
- continuar construindo e fortalecendo a marca Santander no Brasil, passando a figurar no TOP 3 de marcas financeiras; e
- manter a prudência na gestão dos riscos.

O Banco Santander compartilha das melhores práticas globais do Grupo Santander, diferenciando assim, o seu modelo de negócio, cujas bases estão orientadas sobre 5 principais eixos:

- 1) Orientação ao cliente;
- 2) Marca global;
- 3) Eficiência de custo;
- 4) Gestão conservadora de risco; e
- 5) Solidez Patrimonial.

Com um índice de liquidez de 207%, o Banco Santander é o Banco mais capitalizado entre os grandes bancos de varejo, conta com níveis de liquidez e cobertura amplamente confortáveis, e possui independência de funding e capital em relação a seu acionista controlador. Por essas e outras razões foi considerado pela Revista Bloomberg Markets, como o décimo primeiro Banco mais sólido do mundo e o primeiro entre os bancos brasileiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Até o fechamento do exercício de 2012, o Banco Santander realizou diversas melhorias, entre elas:

- otimização dos processos de análise de crédito, gerando mais agilidade e autonomia na rede de atendimento;
- simplificação de processos de documentação aumentando a velocidade de resposta para o Crédito Imobiliário; e
- ampliação dos canais de acesso ao Santander Móvel.

Todas estas ações estão em linha com a missão anunciada pelo Banco: “Ter a preferência dos nossos clientes por ser o Banco simples e seguro, eficiente e rentável, que busca constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos.” Alguns resultados já se mostraram positivos, como por exemplo, o Banco Santander tem melhorado significativamente sua posição no ranking de reclamações do Bacen, saindo da segunda posição em dezembro de 2011 para quinta em dezembro de 2012.

Outro fato que merece destaque é o reconhecimento da atuação do Banco Santander em sustentabilidade. A estratégia, baseada em três pilares fundamentais: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais, foi reconhecida pelo mercado. Em setembro, o Banco foi eleito como a empresa mais verde na categoria “Instituição Financeira” e ficou entre as 20 empresas com as melhores práticas ambientais do Prêmio Época Empresa Verde, promovido pela Editora Globo. E em outubro, o Banco Santander foi eleito a empresa mais verde do mundo pela revista norte-americana Newsweek, na quarta edição do Green Rankings 2012: Global Companies.

• Principais Controladas

A Santander Leasing atingiu em 31 de dezembro de 2012, R\$52.466 milhões em ativos totais, R\$4.125 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos e R\$10.248 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$1.064 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) atingiu em 31 de dezembro de 2012, R\$31.218 milhões em ativos totais, R\$26.768 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$1.118 milhões de patrimônio líquido. O prejuízo líquido do exercício de 2012 foi de R\$104 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) atingiu, em 31 de dezembro de 2012, R\$766 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$302 milhões. O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$63 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 31 de dezembro de 2012, ativos totais no valor de R\$265 milhões. O patrimônio líquido atingiu R\$172 milhões e o lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$55 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão Consolidado atingiu R\$113.854 milhões.

A Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC) atingiu, em 31 de dezembro de 2012, R\$2.107 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$2.018 milhões. O lucro líquido do exercício de 2012 foi de R\$2.263 mil.

Os saldos descritos acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

Agência Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (Perspectiva)	BBB (negativo)	F2	BBB (negativo)	F2	AAA (bra) (negativo)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (Perspectiva)	BBB (estável)	A-2	BBB (estável)	A-2	brAAA (estável)	brA-1
Moody's (Perspectiva)	Baa1 (estável)	Prime-2	Baa2 (positiva)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas agências de Rating: Fitch Ratings (20 de dezembro de 2012); Standard & Poor's (18 de dezembro de 2012) e Moody's (27 de junho de 2012).

• Governança Corporativa

Em 2012, foram realizadas as seguintes reuniões com os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração do Banco Santander, que compreende: Comitê de Auditoria, Comitê de Risco, Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, e Comitê de Remuneração e Nomeação, intensificando a postura de boas práticas de governança corporativa adotadas pela Instituição.

No dia 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração do Banco Santander nomeou os membros que passaram a integrar o Comitê de Riscos do Banco e seu coordenador, bem como aprovou a alteração de seu Regimento Interno, contribuindo assim para um sistema de governança corporativa mais robusto e em linha com as melhores práticas.

O Conselho de Administração, também realizou o acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação do órgão realizada no trimestre anterior.

No dia 19 de dezembro de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram a proposta de outorga dos “Planos de Diferimento de Bônus” referentes a 2012, para administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle; o calendário de Eventos Corporativos do Banco Santander referente ao ano de 2013; bem como a eleição de novos membros para compor a Diretoria Executiva do Banco, sendo como Diretor Executivo, o Sr. Manoel Marcos Madureira, e como Diretores sem Designação Específica, a Sra. Ana Paula Nader Alfaya, e os Srs. Carlos Alberto Seiji Nomoto, Fernando Díaz Roldán e Nilton Sergio Silveira Carvalho.

Em 21 de dezembro de 2012, foi homologado pelo Bacen, os processos de eleição dos novos membros do Conselho de Administração: Sra. Marília Artimonte Rocca, que preenche os requisitos de Conselheira Independente e Sr. Conrado Engel, atual Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior do Banco, responsável pelo segmento Varejo.

1. Governança Corporativa da Função de Riscos**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão prudente e visão cliente, junto ao Grupo Santander Espanha:

- aprovar as propostas e operações e limites de clientes e carteiras;
- autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pela Comissão Executiva e pelo Grupo Santander Espanha; e
- manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco.

A função de riscos no Banco é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Grupo Santander Espanha.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- metodologia e controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e
- riscos nos negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

A função de riscos de crédito é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupado por semelhança.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- independência da função de riscos com relação ao negócio;
- participação efetiva da Administração nas tomadas de decisão;
- consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC, VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- definição de políticas e procedimentos que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

5. Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química e Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto nossos analistas financeiros avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A nossa experiência mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a Vice-Presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão adequada a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas de Riscos Operacionais. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos, a gestão da continuidade de negócios, e do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações dos órgãos reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II, (conforme regulamentado pelo Bacen) e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Está alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2011, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em março de 2012 e não identificou qualquer incidência considerada material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração, sendo, o Comitê de Auditoria o encarregado pela supervisão da atuação de seus serviços. Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Banco Santander abaixo de seu escopo de aplicação.

Ao longo do ano de 2012, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna, conforme seu plano anual. O Comitê de Auditoria analisou, na sua reunião anual de 2012, o plano de trabalho anual da divisão de auditoria interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2012.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Santander, a área de Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como uma ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada unidade, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações, sua dimensão, a qualidade de sua carteira de crédito, etc.

Além disso, pelo menos anualmente, os programas de trabalho são revisados, documentos que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas. Durante o ano de 2012, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das unidades que foram escopo de análise, avaliando tanto a eficácia na concepção, quanto o funcionamento dos controles analisados.

• Pessoas

Para o Banco Santander conquistar a preferência de seus clientes, é essencial a valorização da sua principal força: as Pessoas. Os funcionários são o elo mais forte da Organização com os clientes e, por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas e processos de gestão para que eles sintam-se cada vez mais motivados e realizem todo o seu potencial.

O Banco Santander busca que seus profissionais se identifiquem com a Organização e compartilhem de seus valores, e acredita que a dedicação de todos é fundamental para consolidar e disseminar os seus diferenciais. Por isso, além de oferecer e estimular um ambiente participativo e colaborativo, prepara suas equipes para que tenham possibilidades diversas de desenvolvimento e carreira. Por meio de programas e oportunidades locais e internacionais, permite que suas Pessoas tenham um olhar abrangente de suas oportunidades e desafios.

Conheça os diferenciais do Banco Santander para apoiar suas Pessoas em seu crescimento pessoal e profissional:

- **Oportunidade de Carreira e Reconhecimento:** prepara seus funcionários e estagiários para que tenham possibilidades diversas de desenvolvimento e carreira. Oferece programas de desenvolvimento locais e internacionais e incentiva a mobilidade entre áreas e países. Identifica evolução de cada um por meio de processos de avaliação transparentes e objetivos, remuneração meritocrática e reconhecimentos não financeiros;
- **Valorização das Pessoas:** valoriza suas Pessoas além da dimensão profissional, reconhecendo também suas necessidades nas dimensões familiar e social. Oferece oportunidades e benefícios que olham o indivíduo de forma integral, como o Programa de Apoio Pessoal Especializado (PAPE), além de soluções segmentadas, visando uma vida melhor com a família, no trabalho e na sociedade;
- **Desenvolvimento Contínuo dos Gestores:** os Gestores do Banco Santander são o elo mais forte entre a Organização e seus profissionais. Por isso, contam com programas de desenvolvimento contínuos para garantir que estejam alinhados com a estratégia e o propósito do Banco, e que inspirem e desenvolvam suas equipes para buscar um alto desempenho, com resultados para os acionistas, clientes, funcionários e a sociedade;
- **Incentivo à Inovação:** estímulo para que seus profissionais olhem sempre para frente, tentando enxergar horizontes nunca antes vislumbrados para atender o cliente e gerar eficiência. No dia a dia, há compartilhamento das melhores práticas e acredita-se no valor das ideias;
- **Ambiente Participativo e Colaborativo:** há espaço para que as Pessoas questionem, discutam e sugiram novos jeitos de fazer as coisas, de forma participativa e colaborativa, em um ambiente multicultural e com multigerações. Os relacionamentos do Banco Santander são firmados na transparência e na confiança para inspirar o trabalho em equipe e o orgulho. Dessa forma, todos se desenvolvem, as equipes se integram e o Banco Santander inova e evolui; e
- **Fazer parte de uma Empresa de Prestígio:** com uma proposta diferenciada como empregador, uma equipe talentosa com os melhores profissionais do mercado e uma marca cada vez mais forte, o Banco Santander tem muitos motivos para se orgulhar. Tradição internacional, atuação global e reconhecimento local consolidam seus 155 anos de história, 190 mil funcionários no mundo, sendo 54 mil só no Brasil, e mais de 100 milhões de Clientes.

• Desenvolvimento Sustentável

No ano em que a Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito) completou uma década de existência, os resultados financeiros também foram motivo de comemoração: até setembro de 2012, a carteira ativa somou R\$216,8 milhões, crescimento de 38% sobre o mesmo período de 2011. Ao final do terceiro trimestre, havíamos desembolsado R\$309 milhões para pequenos empreendedores.

Foi inaugurado em dezembro, no Ceará, o primeiro dos dez parques eólicos nos quais o Banco Santander possui participação acionária no Brasil. Somos o único Banco que investe diretamente em projetos de geração de energia a partir do vento no mercado brasileiro.

Em novembro foram anunciados os 21 vencedores da 8ª edição dos Prêmios Santander Universidades de Ciência e Inovação, Empreendedorismo, Universidade Solidária e Guia do Estudante - Destaques do Ano. Ao todo, o Santander Universidades distribuiu mais de R\$1 milhão em auxílio financeiro e bolsas de estudo internacionais. Foram 10.252 inscrições de 599 instituições de ensino de todo o Brasil, o que representa um aumento de 67% em relação ao ano passado.

Além disso, o Santander Universidades, com apoio da Univesia, lançou uma iniciativa inovadora. Ao longo de 2012, convidamos os professores de Economia e Administração de todo o Brasil a participar do Santander Práticas de Educação para Sustentabilidade e inserir a sustentabilidade em sala de aula. Mais de 250 se inscreveram e seis finalistas apresentaram suas propostas em um evento em São Paulo.

Na edição de 2012, o Programa Amigo de Valor bateu recorde de arrecadação: R\$10 milhões. Mais de 39 mil funcionários, estagiários e clientes participaram. A verba será direcionada para projetos que beneficiarão crianças e adolescentes em 47 municípios brasileiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

a) Constituição de subsidiária no exterior.

O Banco Santander estabeleceu uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil EFC, para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica – grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior – e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

O processo de aprovação da constituição da subsidiária perante os órgãos reguladores (Bacen, Ministério de Economia y Hacienda da Espanha e Banco de España) foi concluído em 28 de março de 2012. A integralização do capital social da subsidiária foi realizada no montante equivalente a €748 milhões.

b) Segregação dos investimentos em participações societárias de natureza temporária e das participações em sociedades que prestam serviços complementares àqueles prestados por instituições financeiras.

Com o objetivo de segregar os investimentos em participações societárias de natureza temporária (private equity) e as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Banco Santander, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações S.A. (Santander Participações, atual denominação social da Santander Advisory Services S.A.), com versão do acervo cindido para a Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) ("Cisão Parcial"), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A.. A Cisão Parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da Cisão Parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;
- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371 milhões, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa") sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente; e
- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancária S.A. – Tecban (Tecban) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da Tecban, está condicionada à autorização do Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012.

c) Incorporação da Santander Administradora de Consórcios Ltda (Santander Consórcios) pela Santander Brasil Administradora de Consórcio (Santander Brasil Consórcio).

Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios ("Incorporada") pela Santander Brasil Consórcio ("Incorporadora") ("Incorporação") que foi aprovada em Reunião de Sócios da Incorporada e Incorporadora em 31 de julho de 2012.

A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Incorporada para o patrimônio da Incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da Incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Incorporadora.

Em 30 de novembro de 2012 este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

d) Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nova denominação da Santander Seguros S.A.)

Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação"), pelo Banco Santander da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (nova denominação social da Santander Brasil Seguros S.A.) para (i) Zurich Santander Holding (Spain), S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R\$2.741.102 (recebido em 5 de outubro de 2011). Os ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$24.731.463, representados principalmente por R\$21.551.422 de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, privados e cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL). Os passivos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$22.349.428, representados principalmente por R\$21.278.718 de passivos por contratos de seguros - provisão técnica para operações de seguro e previdência privada. O ganho reconhecido nesta operação foi de R\$424.292, registrado na rubrica resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas. Em 8 de junho de 2012, a Susep aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., para a Zurich Santander Holding (Espanha), S.L., sociedade holding com sede na Espanha, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial preparado pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011, apresentado no primeiro semestre de 2012 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribui exclusivamente os produtos de seguros, durante 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander recebe uma remuneração relativa, equivalente à praticada antes da operação.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

e) Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sancap Investimentos e Participações S.A.

No contexto da operação de venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$512 milhões e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A no capital social da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização). A operação de Cisão Parcial foi homologada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

Também foram realizados os seguintes atos societários:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, nos termos da Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil;
- Abertura de capital social da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil), na categoria "B", nos termos da Ata de AGE realizada em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012;
- Incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing) pela CFI RCI Brasil, em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen; e
- Cisão Parcial da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) com a versão do acervo cindido à Santander Participações. Em 31 de agosto de 2011, sendo que a parcela cindida referia-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTVM no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities). Na mesma data, a Santander Securities foi incorporada pela Santander Participações. Em 23 de janeiro de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.

• Outras Informações

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa no exercício de 2012, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente que cumulativamente representassem mais de 5% da respectiva remuneração global.

São Paulo, 28 de março de 2013

**O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva**

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27/03/2013.

Notas Explicativas

Índices de Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). O quadro de Demonstração de Resultado Abrangente refere-se à Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas.

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇO PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2012	2011	2010
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	4	55.535.240	65.938.003	56.800.151
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		31.638.268	29.901.495	24.821.365
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	-	-	47.662
Instrumentos de dívida	6	26.646.708	25.298.804	16.472.413
Instrumentos de patrimônio	7	428.589	448.209	3.283.931
Derivativos	8	4.562.971	4.154.482	5.017.359
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		1.228.318	665.369	17.939.781
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	5.065	60.813	292.034
Instrumentos de dívida	6	124.187	230.037	224.388
Instrumentos de patrimônio	7	1.099.066	374.519	17.423.359
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		44.148.620	44.608.201	47.206.019
Instrumentos de dívida	6	43.044.570	43.300.354	45.477.982
Instrumentos de patrimônio	7	1.104.050	1.307.847	1.728.037
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		226.957.041	202.757.191	174.106.525
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	29.913.132	19.628.861	22.658.520
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	196.774.297	183.066.268	151.366.561
Instrumentos de dívida	6	269.612	62.062	81.444
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE	8	156.164	80.708	115.640
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	10	165.710	132.388	66.821
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EMPREENDIMENTOS EM CONJUNTO	11	472.093	422.225	370.586
ATIVO TANGÍVEL	12	5.938.228	5.008.306	4.518.109
ATIVO INTANGÍVEL		32.020.323	31.435.080	31.962.619
Ágio	13	27.217.565	27.217.565	28.312.236
Outros ativos intangíveis	14	4.802.758	4.217.515	3.650.383
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		19.881.425	16.250.373	14.842.066
Correntes		3.538.238	2.077.224	1.217.186
Diferidos	23	16.343.187	14.173.149	13.624.880
OUTROS ATIVOS	15	2.943.533	2.686.743	1.913.001
TOTAL DO ATIVO		421.084.963	399.886.082	374.662.683

* Para melhor apresentação, estão sendo divulgadas comparativamente o Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios, mesmo não havendo quaisquer ajustes retrospectivos ou reapresentação das informações anteriormente divulgadas.

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2012	2011	2010
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		5.351.736	5.047.288	4.784.653
Derivativos	8	5.111.553	4.709.660	4.755.314
Posições vendidas		240.183	337.628	29.339
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		306.976.206	291.451.686	253.340.771
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	16	35.073.626	51.527.021	42.391.572
Depósitos de clientes	17	188.594.930	174.473.891	167.949.201
Obrigações por títulos e valores mobiliários	18	54.012.018	38.590.423	20.086.645
Dívidas subordinadas	19	11.919.151	10.908.344	9.695.105
Outros passivos financeiros	20	17.376.481	15.952.007	13.218.248
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE	8	281.545	36.071	112
PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO	21	-	-	19.643.129
PROVISÕES	22	8.822.081	9.515.295	9.395.161
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares		1.307.815	1.246.040	1.190.108
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		7.514.266	8.269.255	8.205.053
PASSIVOS FISCAIS		13.784.464	11.875.899	10.529.625
Correntes		10.219.083	8.127.795	6.249.466
Diferidos	23	3.565.381	3.748.104	4.280.159
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24	4.302.820	3.927.851	3.605.838
TOTAL DO PASSIVO		339.518.852	321.854.090	301.299.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27	79.814.735	77.044.886	72.571.563
Capital social		62.634.585	62.634.585	62.634.585
Reservas		14.572.052	9.950.144	6.094.885
Ações em tesouraria		(170.562)	(112.768)	-
Lucro do exercício atribuível à controladora		5.448.660	7.747.925	7.382.093
Menos: dividendos e remuneração		(2.670.000)	(3.175.000)	(3.540.000)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		1.502.116	968.146	783.755
PARTICIPAÇÕES NÃO-CONTROLADORAS	26	249.260	18.960	8.076
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.566.111	78.031.992	73.363.394
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		421.084.963	399.886.082	374.662.683

* Para melhor apresentação, estão sendo divulgadas comparativamente o Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios, mesmo não havendo quaisquer ajustes retrospectivos ou reapresentação das informações anteriormente divulgadas.

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto valores por ação)

	Nota Explicativa	2012	2011	2010
Receitas com juros e similares	30	52.660.682	51.736.080	40.909.204
Despesas com juros e similares	31	(20.968.812)	(23.834.316)	(16.814.126)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		31.691.870	27.901.764	24.095.078
Receitas de instrumentos de patrimônio	32	93.736	93.727	51.721
Resultado de equivalência patrimonial	11	73.322	54.216	43.942
Receitas de tarifas e comissões	33	9.754.411	8.769.170	7.833.293
Despesas de tarifas e comissões	34	(2.000.985)	(1.429.672)	(997.785)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	35	(548.206)	(113.659)	1.458.150
Ativos financeiros para negociação		(1.456.274)	(902.167)	1.159.058
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		238.208	57.039	(26.828)
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		655.983	705.279	254.162
Outros		13.877	26.190	71.758
Variações cambiais (líquidas)	36	378.032	(121.364)	416.900
Outras receitas (despesas) operacionais	37	(624.991)	(379.418)	(347.999)
TOTAL DE RECEITAS		38.817.189	34.774.764	32.553.300
Despesas administrativas		(13.203.648)	(12.372.632)	(11.230.602)
Despesas com pessoal	38	(7.126.786)	(6.643.731)	(5.926.176)
Outras despesas administrativas	39	(6.076.862)	(5.728.901)	(5.304.426)
Depreciação e amortização		(1.831.100)	(1.462.034)	(1.237.410)
Ativo tangível	12	(724.990)	(570.132)	(487.626)
Ativo intangível	14	(1.106.110)	(891.902)	(749.784)
Provisões (líquidas)	22.b	(2.206.528)	(3.061.463)	(1.974.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(16.475.615)	(9.381.549)	(8.233.810)
Empréstimos e recebíveis	9.c	(16.475.615)	(9.381.549)	(8.232.912)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		-	-	(898)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(38.352)	(38.646)	(20.600)
Outros ativos intangíveis	14	11.280	(17.070)	(813)
Outros ativos		(49.632)	(21.576)	(19.787)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	40	501.006	5.320	(59.186)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	41	(52.201)	446.776	199.137
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		5.510.751	8.910.536	9.996.503
Imposto de renda	23	(51.473)	(1.154.683)	(2.613.929)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		5.459.278	7.755.853	7.382.574
Lucro atribuível à Controladora		5.448.660	7.747.925	7.382.093
Lucro atribuível às participações não-controladoras	26	10.618	7.928	481
LUCRO POR AÇÃO (em Reais)	28			
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		13,08	18,55	17,67
Ações preferenciais		14,39	20,41	19,44
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		13,07	18,55	17,67
Ações preferenciais		14,38	20,41	19,44
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		2.776.769	3.948.342	3.761.914
Ações preferenciais		2.671.891	3.799.583	3.620.179
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		2.776.737	3.948.342	3.761.914
Ações preferenciais		2.671.923	3.799.583	3.620.179
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) - Básica				
Ações ordinárias		212.319.478	212.841.732	212.841.732
Ações preferenciais		185.727.487	186.202.385	186.202.385
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) - Diluída				
Ações ordinárias		212.447.333	212.841.732	212.841.732
Ações preferenciais		185.843.719	186.202.385	186.202.385

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2012	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	5.459.278	7.755.853	7.382.574
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS	533.970	184.391	224.713
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.321.006	102.092	328.349
Ajuste ao valor de mercado	1.976.989	807.371	582.511
Valores transferidos para a conta de resultado	(655.983)	(705.279)	(254.162)
Hedges de fluxo de caixa	(468.043)	276.752	121.335
Ajuste ao valor de mercado	(467.880)	15.149	121.335
Valores transferidos para a conta de resultado	(163)	261.603	-
Hedge de investimento	(303.410)	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	303.410	-	-
Imposto de renda	(318.993)	(194.453)	(224.971)
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS	5.993.248	7.940.244	7.607.287
Atribuível à controladora	5.982.630	7.932.316	7.606.806
Atribuível às participações não-controladoras	10.618	7.928	481
TOTAL	5.993.248	7.940.244	7.607.287

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Patrimônio líquido atribuível à Controladora												
Nota Explicativa	Capital social	Reservas	Ações em Tesouraria	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Outros Resultados Abrangentes				Participações não- controladoras	Total patrimônio líquido
							Disponíveis para venda	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	62.612.455	2.161.302	-	5.507.606	(1.575.000)	68.706.363	791.966	-	(232.924)	69.265.405	1.338	69.266.743
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	7.382.093	-	7.382.093	157.631	-	67.082	7.606.806	481	7.607.287
Outras mutações do patrimônio líquido												
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	5.507.606	-	(5.507.606)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	(1.575.000)	-	-	(1.965.000)	(3.540.000)	-	-	-	(3.540.000)	-	(3.540.000)
Aumento de capital	27.a	22.130	(22.130)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	38.b	-	20.976	-	-	20.976	-	-	-	20.976	-	20.976
Outros	-	2.131	-	-	-	2.131	-	-	-	2.131	6.257	8.388
Saldos em 31 de dezembro de 2010	62.634.585	6.094.885	-	7.382.093	(3.540.000)	72.571.563	949.597	-	(165.842)	73.355.318	8.076	73.363.394
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	7.747.925	-	7.747.925	10.602	-	173.789	7.932.316	7.928	7.940.244
Outras mutações do patrimônio líquido												
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	7.382.093	-	(7.382.093)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	(3.540.000)	-	-	365.000	(3.175.000)	-	-	-	(3.175.000)	-	(3.175.000)
Pagamento baseado em ações	38.b	-	13.153	-	-	13.153	-	-	-	13.153	-	13.153
Ações em tesouraria	27.d	-	(112.768)	-	-	(112.768)	-	-	-	(112.768)	-	(112.768)
Resultados de ações em tesouraria	27.d	-	13	-	-	13	-	-	-	13	-	13
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956	2.956
Saldos em 31 de dezembro de 2011	62.634.585	9.950.144	(112.768)	7.747.925	(3.175.000)	77.044.886	960.199	-	7.947	78.013.032	18.960	78.031.992
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	5.448.660	-	5.448.660	808.440	182.046	(456.516)	5.982.630	10.618	5.993.248
Outras mutações do patrimônio líquido												
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	7.747.925	-	(7.747.925)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	(3.175.000)	-	-	505.000	(2.670.000)	-	-	-	(2.670.000)	-	(2.670.000)
Pagamento baseado em ações	38.b	-	49.611	-	-	49.611	-	-	-	49.611	-	49.611
Ações em tesouraria	27.d	-	(57.794)	-	-	(57.794)	-	-	-	(57.794)	-	(57.794)
Resultados de ações em tesouraria	27.d	-	(41)	-	-	(41)	-	-	-	(41)	-	(41)
Outros	-	(587)	-	-	-	(587)	-	-	-	(587)	219.682	219.095
Saldos em 31 de dezembro de 2012	62.634.585	14.572.052	(170.562)	5.448.660	(2.670.000)	79.814.735	1.768.639	182.046	(448.569)	81.316.851	249.260	81.566.111

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	2012	2011	2010
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido consolidado do exercício		5.459.278	7.755.853	7.382.574
Ajustes ao lucro		17.298.624	11.915.926	11.415.282
Depreciação do ativo tangível	12	724.990	570.132	487.626
Amortização do ativo intangível	14	1.106.110	891.902	749.784
Perdas com outros ativos (líquidas)		38.352	38.646	20.600
Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)		18.682.143	12.443.012	10.208.136
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(448.805)	(452.096)	(139.951)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	11	(73.322)	(54.216)	(43.942)
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	23.d	(2.770.611)	(1.534.607)	112.053
Outros		39.767	13.153	20.976
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(22.703.634)	(57.373.896)	(74.520.336)
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		11.046.168	(8.824.495)	(45.103.539)
Ativos financeiros para negociação		(1.736.773)	(5.080.130)	(4.705.713)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado		(562.949)	(4.277.011)	(1.645.321)
Ativos financeiros disponíveis para venda		1.879.461	2.696.868	(471.550)
Empréstimos e recebíveis		(30.821.128)	(39.864.486)	(24.059.733)
Outros ativos		(2.508.413)	(2.024.642)	1.465.520
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		6.665.503	28.524.361	46.406.369
Passivos financeiros para negociação		304.448	262.635	349.919
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado		-	-	(1.795)
Passivo financeiro ao custo amortizado		4.411.101	24.290.139	46.469.159
Outros passivos		1.949.954	3.971.587	(410.914)
Impostos pagos	23.a	(2.137.965)	(1.932.317)	(1.043.419)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		4.581.806	(11.110.073)	(10.359.530)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimentos		(3.155.465)	(2.547.692)	(2.372.866)
Ativo tangível		(1.447.401)	(1.074.509)	(1.319.869)
Ativo intangível		(1.720.836)	(1.478.802)	(1.086.208)
Aumento de Capital de Participações em Coligadas		-	(6.356)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		12.772	11.975	33.211
Alienação		420.134	2.758.295	38.757
Subsidiárias, entidades controlas em conjunto e coligadas	3.a	-	2.741.102	-
Ativo tangível	12	420.134	17.193	38.757
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(2.735.331)	210.603	(2.334.109)
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Emissão de ações de participação em controlada		371.000	-	-
Aquisição de ações próprias	27	(57.794)	(112.755)	-
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	18	36.376.139	29.501.246	21.402.252
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio		(2.495.328)	(3.926.417)	(2.734.666)
Pagamentos de dívida subordinada	19	-	-	(2.534.750)
Pagamentos de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	18	(25.440.219)	(14.895.052)	(12.828.958)
Aumento/decrécimo em participações de não-controladores		-	2.956	6.257
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		8.753.798	10.569.978	3.310.135
AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)		10.600.273	(329.492)	(9.383.504)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.017.407	9.346.899	18.730.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		19.617.680	9.017.407	9.346.899
Componentes do caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	4	4.114.775	3.542.707	3.158.003
Empréstimos e outros valores	5	15.502.905	5.474.700	6.188.896
Total de caixa e equivalentes de caixa		19.617.680	9.017.407	9.346.899
Transações não monetárias				
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		112.697	143.511	38.037
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos		1.202.825	1.175.000	2.166.714
Informações complementares				
Juros recebidos		54.198.128	50.042.248	40.437.556
Juros pagos		22.232.253	22.901.817	16.799.971

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em três segmentos (nota 43): (i) Banco Comercial; (ii) Banco de Atacado Global, os quais operam com as carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento e de câmbio, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e corretagem de valores mobiliários e administração de consórcios; e (iii) Gestão de Ativos e Seguros, os quais opera com administração de fundos de terceiros, e corretagem de seguros, previdência privada e capitalização. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho da Administração na reunião realizada em 27 de março de 2013.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As adoções das novas normas e interpretações do IFRS em 2012 não impactaram a comparabilidade com as demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Adoção de novas normas e interpretações

O Banco adotou todas as normas e interpretações que entraram em vigor em 2012. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Banco:

- Alteração do IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - O IASB publicou emenda à IAS 1 "Apresentação de Itens de Resultado Abrangente". As alterações são o resultado de um projeto em conjunto com o Financial Accounting Standards Board (FASB) e fornece orientações sobre a apresentação dos itens contidos na demonstração do resultado abrangente e sua respectiva classificação. O objetivo desta emenda é esclarecer quais rubricas podem ou não posteriormente ser reclassificadas para o resultado.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2012

O Banco ainda não adotou os seguintes IFRS ou interpretações novas ou revisadas, que foram emitidas, mas cuja entrada em vigor ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – As principais mudanças do IFRS 9 em comparação com o IAS 39 são: (i) Todos os ativos financeiros reconhecidos que estão atualmente no escopo do IAS 39 serão mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo; (ii) IFRS 9 não possui o mesmo conceito de derivativos embutidos para contratos híbridos do IAS 39 se o contrato principal é um ativo financeiro dentro do escopo do IFRS 9; (iii) a orientação do IFRS 9 manteve a classificação do critério para os passivos financeiros que estavam no IAS 39. No entanto, tem duas diferenças principais, relacionados a apresentação e mensuração em comparação do IAS 39: (a) a apresentação dos efeitos nas mudanças no valor justo atribuível para o risco de crédito do passivo; e (b) a eliminação da isenção do custo para os passivos derivativos que serão liquidados pela entrega de instrumentos de patrimônio não cotados.

- Alteração do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Incentiva a melhoria das divulgações qualitativas no contexto de requerimento de divulgações quantitativas para auxiliar os usuários na comparação das Demonstrações Financeiras.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos, introduzindo um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida (ou seja, se uma entidade é controlada através de direitos de voto dos investidores ou através de outros arranjos contratuais como é comum em sociedades de propósito específico). Segundo o IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui: i) o poder sobre a investida; ii) a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

- IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos, o IASB emitiu uma nova norma para contabilização de empreendimentos conjuntos, que substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures). De acordo com o IFRS 11, será obrigatório o uso do método de equivalência patrimonial e será vedada a opção pelo método de contabilização de entidade controladas em conjunto. O princípio fundamental do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

- Operações conjuntas (Joint operations): Direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.

- Empreendimentos conjuntos (Joint venture): Direitos ao ativo líquido do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

- IFRS 12 - Divulgações de Envolvimento com Outras Entidades, requer divulgações sobre as entidades consolidadas e entidades não consolidadas em que uma entidade tem envolvimento. O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

- IAS 27 - Demonstrações Financeiras Individuais (2011) mantém as exigências relativas às demonstrações financeiras separadas. As demais partes do IAS 27 (2008) são substituídas pelo IFRS 10.

- IAS 28 - Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (2011) alterou o IAS 28 Investimentos em Coligadas (2008) para confirmar mudanças com base na emissão de IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

- IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo - Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu também o IFRS 13, que substitui a orientação sobre a mensuração do valor justo na literatura existente de contabilidade em IFRS com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. No entanto, IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados (2011) - Em 16 de junho de 2011, o IASB emitiu uma nova versão do IAS 19 o qual determina principalmente alterações na contabilização de planos de benefícios definido eliminando a opção do modelo atual de aplicação do método do corredor para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais.

Com a eliminação da aplicação do método do corredor, todos os ganhos e perdas atuariais passam a ser imediatamente reconhecidos no Patrimônio Líquido da entidade patrocinadora, na rubrica de Outros Resultados Abrangentes e, no caso do Banco Santander, suas Demonstrações Financeiras passarão a refletir integralmente os déficits dos planos de benefícios definido que por ventura venham a ocorrer.

Com exceção ao IFRS 9 e respectivos itens de divulgação transitória previstos nas alterações do IFRS 7 para os quais o IASB postergou em 16 de dezembro de 2011 a adoção obrigatória para janeiro de 2015, as normas mencionadas acima têm efetividade para períodos anuais com início em primeiro de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida. A adoção antecipada para as instituições financeiras no Brasil está sujeita à emissão dos pronunciamentos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation). No entanto, as entidades estão autorizadas a incorporar qualquer dos requisitos de divulgação do IFRS 12 em suas demonstrações financeiras, sem tecnicamente aplicação antecipada das demais disposições do IFRS.

A administração entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, exceto para: (i) o IFRS 9, para o qual o Banco está analisando os impactos decorrentes de sua adoção e, (ii) para a nova versão do IAS 19, cujos efeitos da primeira adoção serão registrados como mudança de prática contábil de acordo com os requerimentos do IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros, dos quais o valor registrado no Patrimônio Líquido será de R\$2,4 bilhões.

Notas Explicativas

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são principalmente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na nota 2-d.
- Provisão para perdas sobre créditos são discutidos em detalhes na nota 2-h.
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos tangíveis e intangíveis) são discutidos em detalhes na nota 2-m e 2-n.
- Mensuração do ágio apurado na combinação de negócios em detalhes na nota 2-n.
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na nota 2-m, 2-n e 14.
- Outros ativos são discutidos em detalhes na nota 2-k e 2-o.
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2-q.
- Benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota 2-w.
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2-z.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referencia para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

Entende-se por "subsidiárias" as entidades nas quais o Banco exerce controle. Entende-se como definição de controle o poder designado ao Banco como controlador, de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

Na aquisição de uma subsidiária, seus ativos, passivos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

Além disso, a participação em uma subsidiária não atribuída direta ou indiretamente a participação do Banco (Controlador) é apresentada como "Participações não-controladoras" no balanço patrimonial consolidado (nota 26). Essa participação no lucro do exercício é apresentada como "Lucro atribuível as participações não-controladoras" na demonstração consolidada do resultado. Alterações na participação do Banco em uma subsidiária que não resultar em uma perda de controle são contabilizados como transações no patrimônio. Os saldos contábeis das participações do Banco e as participações não-controladoras são ajustados para refletir as mudanças das suas relativas participações nas subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado desde a data de aquisição até o fim do exercício. Similarmente, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício desde o início do exercício até a data da alienação.

O Anexo I contém informações significativas a respeito dessas entidades.

ii. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa, mas não controla nem detém controle conjunto, normalmente porque possui 20% ou mais do poder de voto da investida.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento do Banco na coligada. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

iii. Entidades de propósito específico

Quando o Banco constitui entidades de propósito específico ou detém participação societária nelas para permitir que seus clientes tenham acesso a determinados investimentos ou para a transferência de riscos ou para outros fins, o Banco avalia, utilizando critérios e procedimentos próprios e considerando a legislação vigente, se há controle (conforme a definição anterior) e, portanto, se essas entidades devem ser consolidadas. Esses critérios e procedimentos levam em conta, entre outros fatores, os riscos e as recompensas retidos pelo Banco e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco. Essas entidades incluem os veículos com propósito específico de securitização, os quais são integralmente consolidados se for constatado, conforme a análise anteriormente mencionada, que o Banco continua a exercer controle sobre eles.

iv. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinações de Negócios".

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota explicativa 3, possui uma descrição das transações mais significativas ocorridas em 2012.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

"Instrumentos financeiros híbridos" são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (nota 11).
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 22).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não correntes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Derivativos utilizados como hedge" e "Investimentos em coligadas", os quais são contabilizados separadamente.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja para eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou ambos que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado") estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil": saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- "Empréstimos e recebíveis": inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica.
- "Derivativos": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- "Derivativos utilizados como hedge": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- "Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos": inclui os investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou associadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas").
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Depósitos do Banco Central do Brasil": depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- "Depósitos de instituições de crédito": depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- "Depósitos de clientes": inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- "Obrigações por títulos e valores mobiliários": inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.

Notas Explicativas

- "Posições vendidas": inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

- "Dívidas subordinadas": valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- "Derivativos utilizados como hedge": inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

Mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração.

Nível 1: Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Nível 2: As informações que não são incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O nível 2 inclui geralmente modelos internos próprios para estimarmos o preço, neste caso são utilizados inputs de dados observáveis em mercados líquidos.

Nível 3: Registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Ativos financeiros para negociação, Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Passivos financeiros para negociação

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos da Dívida Agrária (TDA e Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando não houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, Ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Notas Explicativas

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsa, a avaliação de instrumentos financeiros que exigem hedge dinâmico (basicamente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados), utiliza-se normalmente o modelo Black-Scholes. Dados de mercado observáveis são utilizados para a obtenção de fatores, tais como diferença compra-venda, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

Na avaliação de determinados instrumentos financeiros expostos a risco de taxa de juros, tais como contratos futuros, caps e floors de taxa de juros, utilizam-se o método do valor presente (futuros) e o modelo Black-Scholes (opções plain vanilla). Os dados utilizados nesses modelos são basicamente dados de mercado observáveis, inclusive as respectivas curvas de taxa de juros, volatilidades, correlações e taxas de câmbio.

No caso de instrumentos lineares (exemplos: derivativos de risco de crédito e renda fixa), o risco de crédito é mensurado utilizando-se modelos dinâmicos similares aos usados na medição do risco de taxa de juros. No caso de instrumentos não lineares, se a carteira estiver exposta a risco de crédito (exemplo: derivativos de crédito), a probabilidade conjunta de inadimplência é determinada utilizando-se o modelo Gaussiano de Correlação-padrão. Os principais dados utilizados para determinar o custo de crédito subjacente de derivativos de crédito são os prêmios de risco de crédito cotados e a correlação entre os derivativos de crédito cotados de diferentes emissores.

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativos foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por opções exóticas e swaps indexados a informações não observáveis.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	2012				2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros para negociação	29.693.009	1.939.296	5.963	31.638.268	448.210	29.453.285	29.901.495
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	724.552	124.186	379.580	1.228.318	374.519	290.850	665.369
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.148.387	10.874.055	126.178	44.148.620	608.901	43.999.300	44.608.201
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	80.257	75.907	-	156.164	-	80.708	80.708
Passivos financeiros para negociação	3.178.163	2.169.437	4.136	5.351.736	337.628	4.709.660	5.047.288
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	158.899	122.646	-	281.545	-	36.071	36.071

Em milhares de Reais	2010		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros para negociação	3.283.931	21.537.434	24.821.365
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	17.423.359	516.422	17.939.781
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.348.989	45.857.030	47.206.019
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	115.640	115.640
Passivos financeiros para negociação	29.339	4.755.314	4.784.653
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	112	112

A tabela a seguir demonstra as movimentações ocorridas durante o ano de 2012 para o nível 3:

	Valor Justo 2011	Transferência para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 2012
Ativos financeiros para negociação	-	-	5.963	5.963
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	339.164	40.416	379.580
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	230.036	(103.858)	126.178
Passivos financeiros para negociação	-	-	4.136	4.136

Em 2012, o Banco Santander realizou um estudo, onde os métodos foram reavaliados por produtos, que resultou na reclassificação de alguns instrumentos financeiros, principalmente, Títulos do Governo Brasileiro que tiveram sua classificação alterada de nível 2 para nível 1.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes ao valor de mercado". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como hedge); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de hedge se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito ("hedge de valor justo").

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis ("hedge de fluxo de caixa").

c. O investimento líquido em uma operação no exterior ("hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior").

Notas Explicativas

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do hedge, ou seja:

- a. Na data do acordo, for esperado que o hedge, sob condições normais, seja altamente efetivo ("efetividade prospectiva").
- b. Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta ("efetividade retrospectiva").

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

Variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de hedge são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em hedges de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido), são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em hedges de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - Hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de hedge relativos a hedges de fluxo de caixa e hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando hedges de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado" (desde o período em que o hedge se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

f) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

h) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasione um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Notas Explicativas

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda da débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Os ativos financeiros considerados como não recuperáveis tem a apropriação de seus juros suspensa, quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Para todos os ativos considerados como não recuperáveis, quaisquer recebimentos provenientes desses empréstimos são utilizados no reconhecimento dos juros acumulados e o restante, se houver, é aplicado na amortização do valor do principal desses empréstimos.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto a redução ao valor recuperável não são incluídos em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário.

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.

- Probabilidade de inadimplência, ou "PD", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento no ano seguinte. O empréstimo será inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou "LGD", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - Ativos financeiros disponíveis para venda".

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada permanente, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

Notas Explicativas

iv. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda do valor recuperável de instrumentos de patrimônio mensurados pelo custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

As perdas no valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes" ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de leasings

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, todos os tipos de leasings financeiros possuem valores residuais garantidos, e a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido – que é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica "Empréstimos e recebíveis" no balanço patrimonial consolidado.

A receita financeira decorrente desses contratos é creditado a conta "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

ii. Leasings operacionais

Em leasings operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as entidades consolidadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica "Ativo tangível" (nota 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de leasings operacionais é reconhecida pelo método linear na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração consolidada do resultado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de leasing, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica "Outras despesas administrativas" em suas demonstrações consolidadas do resultado.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2012, 2011 e 2010 é informada na nota 42-d.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

Notas Explicativas

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente os valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou softwares desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos (tais como lista de clientes adquiridas) que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

O Banco utiliza o valor em uso dos outros ativos intangíveis – listas de clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso das listas de clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios um "Business Case" que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estes "Business Case" são revisados tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

p) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o banco aceita um risco significante – que não seja risco financeiro - de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Provisões matemáticas de benefícios a conceder são reconhecidas baseados em contribuições efetuadas sobre o regime financeiro de capitalização. As provisões matemáticas para benefícios a conceder representa garantias sobre planos de lucros continuados na qual são reconhecidos através de cálculos atuariais para o tradicional plano de pensão (PGBL) e Vida Garantidos de Benefícios Livres (VGBL).

Todos os métodos de valorização utilizados pelas subsidiárias são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinada pelo órgão regulador local ou baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro são definidos pela administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significante relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

Notas Explicativas

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira do Banco.

Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "outros passivos" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.

Contudo, o reconhecimento de juros provisionados na demonstração consolidada do resultado fica suspenso para instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos classificados individualmente como não recuperáveis e para instrumentos cujas perdas por não-recuperação tenham sido avaliadas coletivamente por terem pagamentos em atraso por mais de três meses. Esses juros são reconhecidos como receita, quando cobrados, como uma reversão das respectivas perdas por não-recuperação.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Notas Explicativas

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros recebidos no início das transações e os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões - Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 42-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (asset management e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com pessoal" na demonstração consolidada do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "Provisões - Provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial consolidado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota explicativa 22.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado líquido: (i) do valor justo dos ativos dos planos; e (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos pelo prazo de carência (*vesting period*). As obrigações são contabilizadas como "Provisões - Provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial consolidado.

Um ativo, o ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial consolidado, como "Outros Ativos", no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadas, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - "Despesas com pessoal".
- Custo de juros - aumento no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - "Despesas com juros e similares".
- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano - "Receitas com juros e similares".
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados - "Provisões (líquidas)".

Notas Explicativas

Os planos de benefício definido são registrados com base em avaliação atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A avaliação atuarial destes planos depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas;
- Tábuas de mortalidade;
- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- Índice de inflação de preços;
- Índice anual de reajustes salariais; e
- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo de serviço, obrigações por morte de cônjuge ou invalidez antes da aposentadoria, que dependam do tempo de serviço do funcionário para com a entidade, e outros itens similares, são tratados para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 22).

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de renda

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido calculada à alíquota de 15% para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; e de 9% para entidades não financeiras.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como "Correntes" - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e "Diferidos" - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e "Diferidos" - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 23.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, as atividades operacionais do Banco Santander.

Notas Explicativas

3. Mudança no escopo de consolidação

a) Constituição de subsidiária no exterior

O Banco Santander estabeleceu uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.(Santander EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica – grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior – e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

O processo de aprovação da constituição da subsidiária perante os órgãos reguladores (Bacen, Ministério de Economia y Hacienda da Espanha e Banco de España) foi concluído em 28 de março de 2012. A integralização do capital social da subsidiária foi realizada no montante equivalente a €748 milhões.

b) Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nova denominação da Santander Seguros S.A.)

Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação"), pelo Banco Santander da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (nova denominação social da Santander Brasil Seguros S.A.) para (i) Zurich Santander Holding (Spain), S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R\$2.741.102 (recebido em 5 de outubro de 2011). Os ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$24.731.463, representados principalmente por R\$21.551.422 de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, privados e cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL). Os passivos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$22.349.428, representados principalmente por R\$21.278.718 de passivos por contratos de seguros - provisão técnica para operações de seguro e previdência privada. O ganho reconhecido nesta operação foi de R\$424.292, registrado na rubrica resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas. Em 8 de junho de 2012, a Susep aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., para a Zurich Santander Holding (Espanha), S.L., sociedade holding com sede na Espanha, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial preparado pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011, apresentado no primeiro semestre de 2012 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribui exclusivamente os produtos de seguros, durante 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander recebe uma remuneração relativa, equivalente à praticada antes da operação.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

c) Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com versão da parcela cindida para Sancap Investimentos e Participações S.A.

No contexto da operação de venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. no capital social da Santander Capitalização. A operação de Cisão Parcial foi homologada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	4.114.775	3.542.707	3.158.003
Sendo:			
Caixa	4.114.775	3.542.707	3.158.003
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	17.337.140	17.607.917	12.456.450
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil ⁽²⁾	34.083.325	44.787.379	41.185.698
Total	55.535.240	65.938.003	56.800.151

(1) Compreende operações compromissadas com compromisso de revenda, de longo prazo e não consideradas como equivalente de caixa.

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Bacen com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

Notas Explicativas

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	-	-	47.662
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	5.065	60.813	292.034
Empréstimos e recebíveis	29.913.132	19.628.861	22.658.520
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	29.988.338	19.690.528	22.658.520
Provisão para perdas por não recuperação (impairment) (nota 9.c)	(75.206)	(61.667)	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	29.918.197	19.689.674	22.998.216
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	29.993.403	19.751.341	22.998.216
Tipo:			
Depósito a prazo ⁽²⁾	8.719.825	7.136.037	9.110.447
Operações compromissadas ^{(1) (2)}	3.616.002	1.039.551	599.999
Depósitos judiciais	7.573.599	6.868.943	7.316.926
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior ⁽²⁾	9.921.309	4.247.179	5.826.715
Outras contas	162.668	459.631	144.129
Total	29.993.403	19.751.341	22.998.216
Moeda:			
Real	21.803.005	15.067.109	17.412.613
Dólar norte-americano	7.782.694	4.300.075	5.100.831
Euro	406.064	354.078	455.831
Libra esterlina	446	4.519	3.046
Outras moedas	1.194	25.560	25.895
Total	29.993.403	19.751.341	22.998.216

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

(2) Inclui R\$15.502.905 (2011 - R\$5.474.700 e 2010 - R\$6.188.896) de transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor, consideradas equivalentes de caixa.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	26.646.708	25.298.804	16.472.413
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	124.187	230.037	224.388
Ativos financeiros disponíveis para venda	43.044.570	43.300.354	45.477.982
Empréstimos e recebíveis	269.612	62.062	81.444
Total	70.085.077	68.891.257	62.256.227
Tipo:			
Títulos do governo - Brasil ⁽¹⁾	57.188.916	56.833.361	55.443.469
Títulos do governo - outros países	-	-	379.341
Debêntures e Notas promissórias	8.866.474	8.281.136	4.523.111
Outros títulos de dívida	4.029.687	3.776.760	1.910.306
Total	70.085.077	68.891.257	62.256.227
Moeda:			
Real	69.214.546	68.187.066	61.329.205
Dólar norte-americano	870.531	704.191	547.681
Euro	-	-	379.341
Total	70.085.077	68.891.257	62.256.227

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Em 31 de dezembro de 2012, inclui R\$25.650.177 (2011 - R\$34.521.029 e 2010 - R\$27.348.766) de instrumentos de dívida vinculadas a operações compromissadas, R\$1.487.183 (2011 - R\$2.221.258 e 2010 - R\$7.259.356) vinculados a depósitos compulsórios no Banco Central, R\$8.146.345 (2011 - R\$8.851.981 e 2010 - R\$4.316.863) vinculados a garantia de operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa (BM&FBovespa) e R\$3.228.030 (2011 - R\$3.066.458 e 2010 - R\$5.130.939) vinculados a depósitos judiciais e outras garantias. Adicionalmente, em 2010 - R\$17.425.576 referente a cobertura dos passivos de seguros relacionados ao planos de PGBL/VGBL e em 2010 - R\$1.502.934 referente a outros fundos de investimento.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

Notas Explicativas

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	428.589	448.209	3.283.931
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado ⁽¹⁾	1.099.066	374.519	17.423.359
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.104.050	1.307.847	1.728.037
Total	2.631.705	2.130.575	22.435.327
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	913.719	1.001.644	1.153.037
Ações de empresas estrangeiras	349	1.229	503
Fundos de investimentos e ações ⁽¹⁾	1.717.637	1.127.702	21.281.787
Total	2.631.705	2.130.575	22.435.327

(1) Em 2010, inclui investimentos em plano garantidor de benefícios livres – PGBL/VGBL, relacionadas aos passivos para contratos de seguros (Nota 3.b).

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	448.209	3.283.931	2.544.441
Mudança no escopo de consolidação líquida (nota 3.b)	-	(1.643.066)	-
Adições/Baixas (Líquidas)	(20.026)	(1.193.006)	360.610
Ajustes decorrentes de avaliação	406	350	378.880
Saldo no final do exercício	428.589	448.209	3.283.931

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	374.519	17.423.359	13.787.109
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.b)	-	(19.819.585)	-
Adições/Baixas (Líquidas)	724.547	374.518	2.480.188
Ajustes decorrentes de avaliação ⁽¹⁾	-	2.396.227	1.156.062
Saldo no final do exercício	1.099.066	374.519	17.423.359

(1) Refere-se à variação da cota dos fundos PGBL/VGBL que está contabilizada no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais - Despesas com contratos de seguros" líquidas das respectivas variações das provisões técnicas.

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros disponíveis para venda" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	1.307.847	1.728.037	1.660.196
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.b)	-	(18.539)	-
Adições/Baixas (Líquidas)	(201.249)	(319.221)	(22.584)
Ajustes decorrentes de avaliação	(2.548)	(82.430)	90.425
Saldo no final do exercício	1.104.050	1.307.847	1.728.037

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"

	2012	2011	2010
Ativo			
"Swap" - Diferencial a Receber	4.092.378	3.334.672	4.435.651
Prêmios de Opções a Exercer	297.124	208.117	210.232
Contratos a Termo e Outros	329.633	692.401	487.116
Total	4.719.135	4.235.190	5.132.999
Passivo			
"Swap" - Diferencial a Pagar	4.327.209	3.485.915	3.766.171
Prêmios de Opções Lançadas	456.172	537.474	344.734
Contratos a Termo e Outros	609.717	722.342	644.521
Total	5.393.098	4.745.731	4.755.426

Notas Explicativas

Resumo por Categoria

Negociação	2012			2011		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		(116.636)	(109.449)		(232.234)	(195.880)
Ativo	112.138.690	15.982.326	16.792.479	99.094.099	9.085.753	9.228.909
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	34.842.507	4.335.903	4.981.610	32.413.067	8.712.638	8.223.265
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	16.341.376	11.646.423	11.810.869	5.684.619	373.115	1.005.644
Indexados em Índices de Preços e Juros	14.386.596	-	-	13.259.314	-	-
Moeda Estrangeira	46.477.772	-	-	47.621.292	-	-
Outros	90.439	-	-	115.807	-	-
Passivo	112.255.326	(16.098.962)	(16.901.928)	99.326.333	(9.317.987)	(9.424.789)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	30.506.604	-	-	23.700.429	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.694.953	-	-	5.311.504	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)	19.781.674	(6.522.360)	(6.352.475)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	57.406.818	(10.929.046)	(11.355.697)	50.340.717	(2.719.425)	(3.004.037)
Outros	137.455	(47.016)	(34.060)	192.009	(76.202)	(68.277)
Opções	266.060.940	(94.067)	(159.048)	266.612.580	(217.101)	(329.357)
Compromissos de Compra	107.224.381	228.378	297.124	110.672.248	239.107	208.117
Opções de Compra Dólar	1.792.837	44.838	31.993	1.299.890	22.549	39.528
Opções de Venda Dólar	1.748.915	24.039	24.087	794.230	2.656	65
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	46.244.224	86.370	45.920	74.456.856	111.458	48.267
Mercado Interfinanceiro	45.411.468	51.667	2.289	73.455.970	62.801	14.994
Outras ⁽²⁾	832.756	34.703	43.631	1.000.886	48.657	33.273
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	57.438.405	73.131	195.124	34.121.272	102.444	120.257
Mercado Interfinanceiro	56.963.540	57.121	185.813	31.754.691	16.250	41.309
Outras ⁽²⁾	474.865	16.010	9.311	2.366.581	86.194	78.948
Compromissos de Venda	158.836.559	(322.445)	(456.172)	155.940.332	(456.208)	(537.474)
Opções de Compra Dólar	1.453.215	(36.653)	(28.003)	2.842.096	(21.179)	(17.896)
Opções de Venda Dólar	1.385.098	(14.684)	(6.036)	2.848.995	(19.867)	(7.683)
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	83.389.536	(152.818)	(103.294)	69.094.441	(187.362)	(100.105)
Mercado Interfinanceiro	81.602.615	(68.927)	(4.241)	67.744.926	(87.838)	(20.471)
Outras ⁽²⁾	1.786.921	(83.891)	(99.053)	1.349.515	(99.524)	(79.634)
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	72.608.710	(118.290)	(318.839)	81.154.800	(227.800)	(411.790)
Mercado Interfinanceiro	71.156.608	(64.771)	(272.536)	78.492.974	(101.163)	(293.479)
Outras ⁽²⁾	1.452.102	(53.519)	(46.303)	2.661.826	(126.637)	(118.311)
Contratos de Futuros	61.247.088	-	-	100.361.012	-	-
Posição Comprada	40.376.893	-	-	46.879.640	-	-
Cupom Cambial (DDI)	2.916.996	-	-	1.727.725	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	30.144.684	-	-	42.328.562	-	-
Moeda Estrangeira	6.576.093	-	-	2.563.038	-	-
Índice ⁽³⁾	133.917	-	-	78.332	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	605.203	-	-	178.570	-	-
Outros	-	-	-	3.413	-	-
Posição Vendida	20.870.195	-	-	53.481.372	-	-
Cupom Cambial (DDI)	14.091.511	-	-	17.359.882	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	6.556.673	-	-	21.981.554	-	-
Moeda Estrangeira	12.414	-	-	13.923.253	-	-
Índice ⁽³⁾	17.926	-	-	38.496	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	191.671	-	-	178.187	-	-
Contratos a Termo e Outros	21.766.014	166.807	(280.085)	22.726.891	(13.508)	(29.941)
Compromissos de Compra	11.046.667	(593.458)	197.859	11.564.473	412.217	298.083
Moedas	11.046.667	(593.458)	197.859	11.556.048	412.217	298.083
Outros	-	-	-	8.425	-	-
Compromissos de Venda	10.719.347	760.265	(477.944)	11.162.418	(425.725)	(328.024)
Moedas	10.797.139	745.350	(185.614)	11.138.022	(442.856)	(272.312)
Outros	(77.792)	14.915	(292.330)	24.396	17.131	(55.712)

Notas Explicativas

Negociação

	2010		
	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		214.965	553.953
Ativo	89.974.142	18.112.297	18.374.023
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	37.384.081	16.589.276	16.865.287
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	3.976.036	1.523.021	1.508.736
Indexados em Índices de Preços e Juros	11.662.920	-	-
Moeda Estrangeira	36.923.396	-	-
Outros	27.709	-	-
Passivo	89.759.177	(17.897.332)	(17.820.070)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.794.805	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	2.453.015	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	15.021.487	(3.358.567)	(3.084.207)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	51.237.260	(14.313.864)	(14.522.887)
Outros	252.610	(224.901)	(212.976)
Opções	363.612.753	(100.091)	(134.502)
Compromissos de Compra	166.047.798	236.074	210.232
Opções de Compra Dólar	3.594.587	58.198	58.218
Opções de Venda Dólar	1.627.126	21.356	43.853
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	94.486.883	101.476	72.435
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	66.339.202	55.044	35.726
Compromissos de Venda	197.564.955	(336.165)	(344.734)
Opções de Compra Dólar	4.162.415	(70.646)	(91.393)
Opções de Venda Dólar	2.967.037	(16.312)	(8.485)
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	108.921.695	(143.211)	(126.295)
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	81.513.808	(105.996)	(118.561)
Contratos de Futuros	94.302.441	-	-
Posição Comprada	50.679.903	-	-
Cupom Cambial (DDI)	2.856.706	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	47.296.910	-	-
Moeda Estrangeira	171.136	-	-
Índice ⁽³⁾	267.987	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	59.975	-	-
Outros	27.189	-	-
Posição Vendida	43.622.538	-	-
Cupom Cambial (DDI)	5.504.291	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	33.908.636	-	-
Moeda Estrangeira	3.862.750	-	-
Índice ⁽³⁾	205.387	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	141.474	-	-
Contratos a Termo e Outros	14.459.141	(459.223)	(157.406)
Compromissos de Compra	6.561.234	44.204	(78.006)
Moedas	6.559.748	44.204	(78.006)
Outros	1.486	-	-
Compromissos de Venda	7.897.907	(503.427)	(79.400)
Moedas	7.759.347	(513.819)	(216.147)
Outros	138.560	10.392	136.747

(1) Inclui derivativos de crédito.
(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2012			2011	2010
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	33.630.063	42.741.605	35.767.022	112.138.690	89.974.142
Opções	2.918.952	-	263.141.988	266.060.940	363.612.753
Contratos de Futuros	-	-	61.247.088	61.247.088	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	11.604.943	10.103.294	57.777	21.766.014	14.459.141

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2012			2011	2010
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	18.705.291	24.461.642	68.971.757	112.138.690	89.974.142
Opções	149.205.432	68.038.209	48.817.299	266.060.940	363.612.753
Contratos de Futuros	21.798.030	7.963.925	31.485.133	61.247.088	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	12.750.815	5.274.876	3.740.323	21.766.014	14.459.141

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2012			2011	2010
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	26.772.074	49.280.886	36.085.730	112.138.690	89.974.142
Opções	264.359.394	1.701.546	-	266.060.940	363.612.753
Contratos de Futuros	61.247.088	-	-	61.247.088	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	3.077	14.409.872	7.353.065	21.766.014	14.459.141

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

Notas Explicativas

a.5) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

O Volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R\$607.119 de custo (2011- R\$557.327 e 2010 - R\$495.066) e R\$669.507 de valor de mercado (2011 - R\$500.425 e 2010 - R\$444.330). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.585 (2011 - R\$3.291 e 2010 - R\$8.121).

a.6) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

"Hedge" de Risco de Mercado

	Valor da Curva	2012 Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	2011 Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	59.148	(147.817)	(88.669)	74.928	1.247	76.175
Ativo	1.581.458	105.351	1.686.809	417.731	35.864	453.595
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.039.229	5.241	1.044.470	145.940	771	146.711
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	255.056	24.302	279.358	271.791	35.093	306.884
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Euro	287.173	75.808	362.981	-	-	-
Passivo	(1.522.310)	(253.168)	(1.775.478)	(342.803)	(34.617)	(377.420)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(1.070.666)	(185.072)	(1.255.738)	(101.410)	(908)	(102.318)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(245.530)	(50.678)	(296.208)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(35.076)	(3.062)	(38.138)	(55.498)	(5.067)	(60.565)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(171.038)	(14.356)	(185.394)	(185.895)	(28.642)	(214.537)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.593.371	119.818	1.713.189	342.473	3.787	346.260
Operação de Crédito	1.229.701	83.785	1.313.486	342.473	3.787	346.260
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.021.123	93.162	1.114.285	100.871	1.450	102.321
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	35.094	676	35.770	55.663	4.902	60.565
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	173.484	(10.053)	163.431	185.939	(2.565)	183.374
Títulos e Valores Mobiliários	363.670	36.033	399.703	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	363.670	36.033	399.703	-	-	-

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$1.114.285 (2011 - R\$102.321) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$133.273.

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$266.430.

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$35.770 (2011 - R\$60.565).

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (2011 - R\$183.374).

	Valor da Curva	2010 Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"			
Contratos de "Swap"	118.348	115.528	(2.821)
Ativo	549.276	557.766	8.489
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	424.211	426.852	2.640
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	125.065	130.914	5.849
Passivo	(430.928)	(442.238)	(11.310)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(305.837)	(311.367)	(5.530)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽²⁾	(125.091)	(130.871)	(5.780)
Objeto de "Hedge"			
Ativo	429.896	443.446	13.550
Operação de Crédito	429.896	443.446	13.550
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	304.794	311.381	6.587
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	125.102	132.065	6.963

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$304.794.

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$125.102.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

	Valor de Referência	2012 Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de "Swap"		(18.866)	(17.846)	(36.713)
Ativo	818.997	818.997	60.173	879.170
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	678.335	678.335	53.619	731.954
Indexados com Taxa de Juros Pré - Peso Chileno ⁽²⁾	91.379	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	49.283	49.283	(30)	49.253
Passivo	(837.864)	(837.863)	(78.019)	(915.883)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré-Dólar	(837.864)	(837.863)	(78.019)	(915.883)
Contratos de Futuros	34.567.439	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁴⁾	18.962.863	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁵⁾	15.604.576	-	-	-

Notas Explicativas

	2011			
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de "Swap"		(30.354)	(1.184)	(31.538)
Ativo	651.490	651.490	26.989	678.479
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	300.488	300.488	25.792	326.280
Indexados com Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	351.002	351.002	1.197	352.199
Passivo	(681.844)	(681.844)	(28.173)	(710.017)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré-Dólar	(681.844)	(681.844)	(28.173)	(710.017)
Contratos de Futuros	(1.794.034)	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁴⁾	(1.794.034)	-	-	-

	2010			
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de Futuros	(6.850.698)	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	(6.850.698)	-	-	-

	2012	2011	2010
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva			
Ativo	15.538.109	-	-
Empréstimos e Recebíveis - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	15.538.109	-	-
Passivo	19.607.312	2.518.986	7.385.636
Eurobonds	820.077	300.803	-
Depósitos de instituições de crédito - Obrigações por Empréstimos ao Exterior	-	351.002	-
Depósitos a prazo	18.787.235	1.867.181	7.385.636

(1) Operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operação com vencimento em 2 de janeiro de 2014 e valor atualizado dos instrumentos de R\$18.237.294 (31/12/2011 - R\$1.812.796) cujo objeto de "hedge" são certificados de depósitos bancários - CDB.

(5) Operação com vencimento em 31 de janeiro de 2013 e valor atualizado dos instrumentos de R\$15.531.390, cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

(6) Operação com vencimento em 15 de junho de 2012, cujo objeto de "hedge" são operações com obrigações por empréstimo no exterior.

(7) Operação com vencimento em 2 de janeiro de 2012, cujo objeto de "hedge" são certificados de depósitos bancários - CDB.

(8) No primeiro trimestre de 2011, em razão da estratégia de negócios, as estruturas de hedge de fluxo de caixa que tinham como objeto de hedge certificados de depósitos bancários - CDB foram descontinuadas, e o efeito a débito no patrimônio líquido foi amortizado até janeiro de 2012, prazo remanescente das coberturas contratadas.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$258.555 (2011 a um crédito de R\$15.149 e em 2010 a um débito no valor de R\$186.578) está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

"Hedge" de Investimento

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco possui registrada uma operação de "hedge" de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, com valor referencial de R\$1.829.288, com vencimento entre junho a setembro de 2013 e o efeito de R\$182.046 da variação cambial contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente nas Demonstrações Consolidadas do Resultado.

a.7) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2012	2011	2010
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.421.634	1.181.181	1.066.971
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.699.901	4.363.944	67.955
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.024.811	3.306.856	3.036.532
Total	8.146.346	8.851.981	4.171.458

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes**a) Composição**

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Empréstimos e recebíveis ⁽¹⁾	196.774.297	183.066.268	151.366.561
Sendo:			
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	210.740.669	194.184.437	160.558.323
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(13.966.372)	(11.118.169)	(9.191.762)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	196.774.297	183.066.268	151.366.561
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	210.740.669	194.184.437	160.558.323
(1) Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio da sua subsidiária integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander S.A - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US\$29 milhões e US\$90 milhões equivalentes a R\$60 milhões e R\$121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Referidas operações foram celebradas, observando a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, incluindo a aprovação pelo Conselho de Administração.			
Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	208.636.512	192.681.804	159.184.714
Operações compromissadas	407.694	337.986	167.163
Outros recebíveis	1.696.463	1.164.647	1.206.446
Total	210.740.669	194.184.437	160.558.323

(1) Inclui empréstimos, financiamentos, leasing e outros créditos com característica de crédito.

Notas Explicativas

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Por setor devedor:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	103.208.796	94.921.748	78.101.177
Crédito imobiliário - construção	7.788.750	6.280.168	5.392.015
Crédito imobiliário - hipotecário	12.318.212	10.017.772	6.698.125
Empréstimos a pessoas físicas	83.243.281	76.458.873	60.250.581
Leasing	4.181.630	6.505.876	10.116.425
Total ⁽¹⁾	210.740.669	194.184.437	160.558.323
(1) Inclui crédito comercial, créditos garantidos, operações compromissadas, arrendamento mercantil - financeiro, outros créditos a prazo e ativos não recuperáveis.			
Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	153.505.996	133.503.436	98.669.915
Juros pós-fixados	57.234.673	60.681.001	61.888.408
Total	210.740.669	194.184.437	160.558.323

c) Perdas por não-recuperação

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica "Empréstimos e recebíveis" são as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	11.179.836	9.191.762	10.070.479
Perdas por não-recuperação contra o resultado	18.003.906	11.190.886	9.050.547
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	5.776.813	2.943.221	3.097.195
Imobiliário	148.847	97.472	70.538
Empréstimos a pessoas físicas	11.794.298	7.972.084	5.780.316
Leasing	283.948	178.109	102.498
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(15.142.164)	(9.202.812)	(9.929.264)
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	(4.991.510)	(2.469.617)	(3.209.180)
Imobiliário	(48.071)	(36.447)	(42.026)
Empréstimos a pessoas físicas	(9.855.295)	(6.484.338)	(6.508.585)
Leasing	(247.288)	(212.410)	(169.473)
Saldo no final do exercício	14.041.578	11.179.836	9.191.762
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.966.372	11.118.169	9.191.762
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	75.206	61.667	-
Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	1.528.291	1.809.337	817.635
Sendo:			
Comercial, de instituições financeiras e industrial	456.160	352.638	88.507
Imobiliário	64.341	65.323	68.792
Empréstimos a pessoas físicas	959.900	1.331.104	634.779
Leasing	47.890	60.272	25.557

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis" totalizavam R\$16.475.615 em 2012, R\$9.381.549 em 2011 e R\$8.232.912 em 2010.

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e classificados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	13.072.693	9.348.648	9.899.884
Adições líquidas	18.126.605	12.926.857	9.378.028
Ativos baixados	(15.142.164)	(9.202.812)	(9.929.264)
Saldo no final do exercício	16.057.134	13.072.693	9.348.648

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por idade de vencimento:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	4.567.148	5.480.930	3.002.651
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	5.282.229	2.473.485	2.450.311
6 a 12 meses	5.609.819	4.342.172	3.171.528
12 a 18 meses	484.835	445.032	372.151
18 a 24 meses	66.111	311.679	293.796
Mais de 24 meses	46.992	19.395	58.211
Total	16.057.134	13.072.693	9.348.648

Notas Explicativas**e) Empréstimos vencidos a menos de 90 dias, mas não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas.**

Em milhares de Reais	2012	% do total de empréstimos vencidos a menos de 90 dias	2011	% do total de empréstimos devidos a menos de 90 dias
Comercial, financeiro e industrial	7.070.941	36,40%	3.588.483	22,50%
Imobiliário	1.304.674	6,70%	2.974.921	18,70%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	10.346.596	53,30%	8.312.749	52,20%
Leasing financeiro	702.640	3,60%	1.055.795	6,60%
Total⁽¹⁾	19.424.851	100,00%	15.931.948	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos vencidos entre 1 e 90 dias

f) Carteira de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil	4.882.797	7.991.849	12.921.149
Arrendamentos a receber	3.714.457	5.720.996	8.721.847
Valores residuais a realizar ⁽¹⁾	1.168.340	2.270.853	4.199.302
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.622.469)	(5.570.537)	(8.496.306)
Valores residuais a balancear	(1.168.340)	(2.270.853)	(4.199.302)
Imobilizado de arrendamento	11.738.066	16.485.919	21.304.308
Depreciações acumuladas	(8.242.886)	(11.346.459)	(12.324.135)
Superveniências de depreciações	4.768.240	8.049.256	9.805.118
Perdas em arrendamentos a amortizar	171.659	198.119	166.451
Credores por antecipação de valor residual	(4.355.504)	(7.050.545)	(9.107.457)
Outros valores e bens	10.067	19.127	46.599
Total	4.181.630	6.505.876	10.116.425

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil.

A Receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (Receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos Pagamentos mínimos a receber) é de R\$701.167 (2011 - R\$1.485.973 e 2010 - R\$2.804.729).

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento**Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil**

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Vencidas	144.586	214.378	322.851
A Vencer:			
Até 1 ano	2.504.585	3.728.746	5.207.603
De 1 a 5 anos	2.225.247	4.042.054	7.384.925
Acima de 5 anos	8.379	6.671	5.770
Total	4.882.797	7.991.849	12.921.149

Carteira de arrendamento a valor presente

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Vencidas	96.689	143.337	228.222
A Vencer:			
Até 1 ano	2.353.900	3.427.190	4.796.604
De 1 a 5 anos	1.727.902	2.932.795	5.089.299
Acima de 5 anos	3.139	2.554	2.300
Total	4.181.630	6.505.876	10.116.425

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou a venda de carteira de crédito no montante de R\$688.821, com retenção de riscos e benefícios que não foi qualificado para baixa. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a tais operações cedidas é de R\$508.714 (2011 - R\$686.587), e R\$495.467 (2011 - R\$686.015) de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

Notas Explicativas**10. Ativos não correntes mantidos para venda**

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	223.374	167.526	355.285
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos ⁽¹⁾	112.697	24.874.974	38.037
Alienações ^{(1) (2)}	(29.987)	(24.819.126)	(225.796)
Outros	9.231	-	-
Saldo no final do exercício, bruto ⁽³⁾	315.315	223.374	167.526
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(149.605)	(90.986)	(100.705)
Provisão como percentual dos ativos executados	47,45%	40,73%	60,11%
Saldo no final do exercício	165.710	132.388	66.821

(1) Em 2011, inclui R\$24.731.463 de ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Adicionalmente, foram alienados R\$22.349.428 de passivos diretamente associados a ativos não correntes mantidos para venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Os ativos e passivos relacionados a alienação da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (nota 3.b) estão apresentados pelo montante líquido na demonstração do fluxo de caixa.

(2) Inclui alienação de edifícios administrativos relacionados, e em 2010 principalmente, a mudança para nova sede.

(3) Refere-se substancialmente a bens imóveis e veículos decorrentes de execuções de empréstimos.

11. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos**a) Composição**

A composição, por empresa, do saldo da rubrica "Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos" (ver nota 2-b) segue:

Em milhares de Reais	2012	Participação em % 2011	2010	2012	Investimentos 2011	2010
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ^{(1) (2)}	39,89%	39,64%	39,58%	413.047	132.514	106.939
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ^{(1) (2)}	-	39,88%	39,88%	-	232.017	202.825
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (3)}	50,00%	50,00%	50,00%	23.369	22.528	28.525
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽³⁾	21,75%	21,75%	21,75%	22.666	24.200	22.325
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(3) (4)}	13,64%	13,64%	13,64%	10.285	10.287	9.972
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ^{(3) (4)}	11,11%	11,11%	0,00%	2.726	679	-
Total				472.093	422.225	370.586

Em milhares de Reais	2012	Resultados de equivalência patrimonial 2011	2010
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ^{(1) (2)}	68.534	25.424	21.025
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ^{(1) (2)}	-	29.102	18.017
Norchem Participações e Consultoria S.A. ^{(1) (3)}	841	(2.973)	2.432
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽³⁾	1.076	4.074	1.780
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(3) (4)}	825	909	166
Celta Holding S.A. ⁽⁵⁾	-	-	522
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ^{(3) (4)}	2.046	(2.320)	-
Total	73.322	54.216	43.942

(1) Empresa com controle conjunto.

(2) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGEs) de 31 de maio de 2012 da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Leasing RCI Brasil) e da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (Financeira RCI Brasil), os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação de ações da Leasing RCI Brasil ao patrimônio da Financeira RCI Brasil na data-base de 31 de março de 2012, passando a Leasing RCI Brasil a ser uma participação indireta do Banco. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.

(3) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.

(4) Embora a participação fosse inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(5) Investimento alienado em 2010.

(*) As empresas coligadas e empreendimentos conjuntos não possuem suas ações cotados em Bolsa de Valores.

(**) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas coligadas e empreendimentos conjuntos.

(***) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos em coligadas.

b) Variações

As variações no saldo desse item foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	422.225	370.586	419.122
Aumento de Capital	-	6.107	-
Adições	-	2.999	-
Reduções de capital e alienações	-	-	(59.267)
Resultados equivalência patrimonial	73.322	54.216	43.942
Dividendos propostos/recebidos	(23.437)	(11.975)	(33.211)
Outros	(17)	292	-
Saldo no final do exercício	472.093	422.225	370.586

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2012, 2011 e 2010.

Notas Explicativas

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas e empreendimentos conjuntos (obtidas a partir das informações disponíveis na data-base das informações financeiras).

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Total do ativo	10.150.144	6.344.404	3.786.154
Total do passivo	8.004.560	5.190.461	2.721.128
Total das receitas	1.823.355	1.389.839	1.087.588
Lucro total	321.766	156.549	134.577

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais					
	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Custo					
Saldo no início do exercício	2.098.622	1.233.776	2.068.058	-	5.400.456
Adições	252.924	122.707	942.975	1.263	1.319.869
Baixa	(638)	(37.858)	(133.854)	-	(172.350)
Transferências	(130.989)	(1.619)	123.809	-	(8.799)
Outras variações	6.256	-	-	-	6.256
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.226.175	1.317.006	3.000.988	1.263	6.545.432
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.b)	(2.093)	(626)	(272)	-	(2.991)
Adições	204.222	25.302	843.643	1.569	1.074.736
Baixa	(5.482)	(16.827)	(52.000)	-	(74.309)
Transferências	24.832	204.956	(206.278)	-	23.510
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.447.654	1.529.811	3.586.081	2.832	7.566.378
Adições	272.599	4.586	1.169.292	927	1.447.404
Baixa	(72.188)	(71.962)	(41.473)	-	(185.623)
Transferências	567	498.412	(188.798)	-	310.181
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.648.632	1.960.847	4.525.102	3.759	9.138.340
Depreciação acumulada					
Saldo no início do exercício	(220.186)	(747.826)	(644.622)	-	(1.612.634)
Adições	(48.972)	(141.093)	(297.561)	-	(487.626)
Baixa	(395)	36.790	97.846	-	134.241
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(269.553)	(852.129)	(844.337)	-	(1.966.019)
Mudança no escopo de consolidação (nota 3.b)	524	556	184	-	1.264
Adições	(59.259)	(163.854)	(347.019)	-	(570.132)
Baixa	2.255	15.548	33.867	-	51.670
Transferências	(23.662)	(32)	187	-	(23.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(349.695)	(999.911)	(1.157.118)	-	(2.506.724)
Adições	(59.673)	(242.026)	(423.291)	-	(724.990)
Baixa	42.123	59.006	18.304	-	119.433
Transferências	-	(50.911)	3	-	(50.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(367.245)	(1.233.842)	(1.562.102)	-	(3.163.189)
Perdas por não-recuperação (impairment):					
Saldo no início do exercício	(86.053)	-	-	-	(86.053)
Impacto no resultado	1.317	-	-	-	1.317
Baixas por alienação	23.432	-	-	-	23.432
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(61.304)	-	-	-	(61.304)
Impacto no resultado	9.956	-	-	-	9.956
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(51.348)	-	-	-	(51.348)
Impacto no resultado	14.425	-	-	-	14.425
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(36.923)	-	-	-	(36.923)
Valor Contábil					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.895.318	464.877	2.156.651	1.263	4.518.109
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.046.611	529.900	2.428.963	2.832	5.008.306
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.244.464	727.005	2.963.000	3.759	5.938.228

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 o Banco possui compromissos contratuais para aquisição de tangível no montante de R\$18.872.

Notas Explicativas

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 43).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 10 anos, feito com auxílio de um terceiro especializado e independente e revisado e aprovado pela diretoria executiva, horizonte considerado adequado para determinar o valor econômico no caso de uma unidade geradora de caixa com perspectivas de continuidade do nível de atividade de suas operações. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2012, 2011 e 2010.

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A.	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Real Seguros Vida e Previdência	-	-	1.094.671
Total	27.217.565	27.217.565	28.312.236
Segmento operacional:			
Banco Comercial	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Gestão de Ativos e Seguros	-	-	1.094.671
Total	27.217.565	27.217.565	28.312.236

	2012	Banco Comercial 2011	2010	Gestão de Ativos e Seguros ⁽³⁾ 2010
Principais premissas:				
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa			
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	10 anos	10 anos	10 anos	7 anos
Taxa de crescimento	6,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Taxa de desconto ⁽²⁾	15,0%	15,2%	15,5%	16,7%
(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.				
(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).				
(3) Em 2011, o ágio da Real Seguros Vida e Previdência foi baixado, em decorrência da venda da totalidade das ações da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (nota 3.b).				

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 está apresentada abaixo:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	27.217.565	28.312.236	28.312.236
Alienações:			
Real Seguros Vida e Previdência ⁽¹⁾	-	(1.094.671)	-
Saldo no final do exercício	27.217.565	27.217.565	28.312.236

(1) Em 2011, incluí a baixa do ágio referente a Real Seguros Vida e Previdência, em decorrência da venda da totalidade das ações da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (nota 3.b).

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Relacionamento com cliente	Outros ativos	Total
Saldo no início do exercício	1.711.000	4.288.031	237.517	6.236.548
Adições	828.024	451.387	11.880	1.291.291
Baixa	(142.600)	(123.012)	-	(265.612)
Transferências	9.069	(270)	-	8.799
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.405.493	4.616.136	249.397	7.271.026
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	(21.727)	-	-	(21.727)
Adições	862.645	668.248	14.846	1.545.739
Baixa	(264.502)	(770.126)	(58.750)	(1.093.378)
Transferências	-	-	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.981.909	4.514.258	205.497	7.701.664
Adições	755.249	958.313	9.250	1.722.812
Baixa	(3.962)	(870.740)	-	(874.702)
Transferências	(310.160)	-	-	(310.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.423.036	4.601.831	214.747	8.239.614

Notas Explicativas

	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Relacionamento com cliente	Outros ativos	Total
Amortização acumulada				
Saldo no início do exercício	(655.186)	(1.329.262)	(139.250)	(2.123.698)
Adições	(146.254)	(582.489)	(21.041)	(749.784)
Baixa	19.386	38.896	-	58.282
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(782.054)	(1.872.855)	(160.291)	(2.815.200)
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	18.974	-	18.974
Adições	(416.878)	(461.646)	(13.378)	(891.902)
Baixa	213.304	614.409	-	827.713
Transferências	(7)	-	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(985.635)	(1.701.118)	(173.669)	(2.860.422)
Adições	(463.637)	(630.225)	(12.248)	(1.106.110)
Baixa	-	559.466	-	559.466
Transferências	50.887	-	-	50.887
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.398.385)	(1.771.877)	(185.917)	(3.356.179)
Perda por não-recuperação (impairment) - TI				
Saldo no início do exercício	(65.046)	(742.101)	-	(807.147)
Impacto no resultado	(232)	(581)	-	(813)
Baixas	583	1.934	-	2.517
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(64.695)	(740.748)	-	(805.443)
Impacto no resultado	(9.043)	(8.027)	-	(17.070)
Baixas	73.403	125.383	-	198.786
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(335)	(623.392)	-	(623.727)
Impacto no resultado	-	11.280	-	11.280
Baixas	-	531.770	-	531.770
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(335)	(80.342)	-	(80.677)
Valor Contábil				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.558.744	2.002.533	89.106	3.650.383
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.995.939	2.189.748	31.828	4.217.515
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.024.316	2.749.612	28.830	4.802.758

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Despesas antecipadas	614.062	641.098	870.276
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 22.d.5)	991.394	992.687	-
Ativo Atuarial (Nota 22.c)	105.283	86.751	-
Outros recebíveis	1.232.794	966.207	1.042.725
Total	2.943.533	2.686.743	1.913.001

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	35.073.626	51.527.021	42.391.572
Total	35.073.626	51.527.021	42.391.572
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	47.763	133.567	344.072
Depósitos a prazo ⁽²⁾	26.077.164	27.022.696	28.867.406
Operações compromissadas	8.948.699	24.370.758	13.180.094
Total	35.073.626	51.527.021	42.391.572
Moeda:			
Real	19.385.341	33.811.322	26.794.663
Euro	370.544	437.811	307.022
Dólar norte-americano	15.106.130	15.141.705	14.065.828
Outras moedas	211.611	2.136.183	1.224.059
Total	35.073.626	51.527.021	42.391.572

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finaime) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

Notas Explicativas

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do item "Depósitos de clientes" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	188.594.930	174.473.891	167.949.201
Total	188.594.930	174.473.891	167.949.201
Tipo:			
Depósitos à vista:			
Contas correntes ⁽¹⁾	13.585.488	13.561.003	16.131.836
Cadernetas de poupança	26.856.910	23.293.434	30.303.463
Depósitos a prazo	84.586.047	83.941.820	68.916.301
Operações compromissadas	63.566.485	53.677.634	52.597.601
Total	188.594.930	174.473.891	167.949.201

(1) Contas não remuneradas.

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	54.012.018	38.590.423	20.086.645
Total	54.012.018	38.590.423	20.086.645
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	11.236.843	8.550.108	7.614.891
Eurobonds e outros títulos	13.049.920	6.539.765	3.351.137
Letras financeiras ⁽²⁾	25.320.186	19.926.031	6.638.936
Notas de securitização - MT100 ⁽³⁾	2.236.089	2.152.543	1.577.181
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.008.472	1.341.232	904.500
Debêntures ⁽⁴⁾	160.508	80.744	-
Total	54.012.018	38.590.423	20.086.645

(1) LCI's são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2012, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2017.

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2012, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2018.

(3) Emissão de títulos vinculados ao Direito de Recebimento do Fluxo Futuro de ordens de pagamento a receber de bancos correspondentes no exterior.

(4) Debêntures emitidas pela controlada MS Participações Societárias S.A. em três séries (novembro de 2011 – R\$82.122, março de 2012 – R\$47.592 e maio de 2012 – R\$33.732) com remuneração indexada ao CDI + 1,77% a.a. e vencimento em 21 de agosto de 2013.

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Moeda:	Em milhares de Reais			Juros médios (%)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Real	39.267.849	32.681.252	16.174.057	8,6%	10,2%	10,5%
Dólar norte-americano	13.920.498	5.608.368	3.905.890	3,9%	3,8%	2,4%
Franco Suíço	679.024	300.803	-	3,2%	3,0%	-
Euro	144.647	-	6.698	0,6%	-	0,3%
Total	54.012.018	38.590.423	20.086.645	7,3%	8,8%	10,4%

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	38.590.423	20.086.645	11.439.010
Emissões	36.376.139	29.501.246	21.402.252
Pagamentos	(25.440.219)	(14.895.052)	(12.828.958)
Juros (nota 31)	3.662.370	3.226.644	1.212.962
Variação cambial e outros	823.305	670.940	(1.138.621)
Saldo no final do exercício	54.012.018	38.590.423	20.086.645

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, nenhum desses instrumentos foram convertido em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

Notas Explicativas

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2012	2011	2010
Eurobonds	março-11	março-14	R\$	Libor + 2,1%	2.452.473	2.252.536	-
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.740.005	1.617.341	1.447.210
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	1.741.878	1.608.424	-
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	333.182	333.182	471.849
Eurobonds	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	335.749	300.803	-
Eurobonds	dezembro-10	dezembro-11	US\$	Zero Cupom	-	-	730.948
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	2.806.547	-	-
Eurobonds	outubro-12	janeiro-13	US\$	Zero Cupom	630.533	-	-
Eurobonds	dezembro-12	junho-13	US\$	Zero Cupom	591.958	-	-
Eurobonds	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	343.275	-	-
Eurobonds	outubro-12	abril-13	US\$	Zero Cupom	217.196	-	-
Eurobonds	novembro-12	novembro-13	US\$	Zero Cupom	214.794	-	-
Outras					1.642.330	427.479	701.130
Total					13.049.920	6.539.765	3.351.137

A composição de "Notas de securitização - MT100" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2012	2011	2010
Série 2004-1 ⁽¹⁾	setembro-04	setembro-11	US\$	5,5%	-	-	33.457
Série 2008-1 ⁽¹⁾	maio-08	março-15	US\$	6,2%	212.565	265.203	294.133
Série 2008-2 ^{(1) (2)}	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 meses) + 0,8%	820.758	753.126	668.916
Série 2009-1 ^{(1) (3)}	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 meses) + 2,1%	69.730	94.494	83.924
Série 2009-2 ^{(1) (4)}	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	103.967	95.435	84.771
Série 2010-1 ^{(1) (5)}	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,5%	513.993	471.594	411.980
Série 2011-1 ^{(1) (6)}	maio-11	março-18	US\$	4,2%	206.758	189.790	-
Série 2011-2 ^{(1) (7)}	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,4%	308.318	282.901	-
Total					2.236.089	2.152.543	1.577.181

(1) Encargos pagos semestralmente.
(2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).
(3) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2012.
(4) Principal será pago em 14 parcelas semestrais a partir de março de 2013.
(5) Principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de março de 2013.
(6) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.
(7) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

19. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

Em milhares de Reais							
	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor (em milhões)	Taxa de juros	2012	2011	2010
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500	105,0% CDI	3.048.617	2.801.102	2.495.990
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850	104,5% CDI	1.649.313	1.516.018	1.351.627
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	R\$885	104,5% CDI	1.553.537	1.427.982	1.273.137
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$600	100,0% CDI + 1,3%	1.010.620	920.870	814.922
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$555	100,0% CDI + 1,0%	929.321	848.876	753.066
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 a julho-18	R\$447	104,5% CDI	895.314	822.956	733.718
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-13	R\$300	104,0% CDI	561.379	516.217	460.494
CDB Subordinado	agosto-07	agosto-13	R\$300	100,0% CDI + 0,4%	524.743	482.026	430.041
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R\$250	104,5% CDI	469.107	431.194	384.437
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	461.792	422.628	374.705
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	494.490	431.919	372.952
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R\$100	120,5% CDI	161.101	146.183	128.062
CDB Subordinado	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85	IPCA +7,9%	159.817	140.373	121.954
Total					11.919.151	10.908.344	9.695.105

(1) CDBs Subordinados emitidos pelo Banco Santander, possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.
(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

Notas Explicativas

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo de "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

Moeda:	2012	Em milhares de Reais 2011	2010	2012	Juros médios (%) 2011	2010
Real	11.919.151	10.908.344	9.695.105	8,7%	11,2%	10,9%
Total	11.919.151	10.908.344	9.695.105	8,7%	11,2%	10,9%

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" foram as seguintes:

	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	10.908.344	9.695.105	11.304.445
Pagamentos	-	-	(2.598.938)
Resgates			
CDB Subordinado (vencimento em Maio de 2019 e taxa pré-fixada de 13,5% a.a.)	-	-	(1.680.461)
Bônus Perpétuo (vencimento indeterminado, taxa pré-fixada de 8,7% a.a. e valor de emissão de US\$ 500 milhões)	-	-	(879.294)
Juros pagos	-	-	(39.183)
Juros (nota 31)	1.010.807	1.213.239	999.423
Variação cambial	-	-	(9.825)
Saldo no fim do exercício	11.919.151	10.908.344	9.695.105

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Cartões de crédito	12.689.689	11.000.043	7.332.714
Transações pendentes de liquidação	1.791.274	1.914.897	2.370.678
Dividendos a pagar	1.055.309	1.182.284	2.166.714
Contas de cobrança fiscal - impostos a recolher	422.271	579.413	621.510
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	495.467	686.015	-
Outros passivos financeiros	922.471	589.355	726.632
Total	17.376.481	15.952.007	13.218.248

A nota 42-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Passivos por contratos de seguros

Em 2010, era composto, principalmente, por Provisões técnicas - Vida individual e Vida com cobertura de sobrevivência da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (nota 3.b).

22. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.307.815	1.246.040	1.190.108
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	7.514.266	8.269.255	8.205.053
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 22.d.5)	991.394	992.687	-
Processos judiciais e administrativos	5.797.782	6.398.333	7.267.675
Sendo:			
Cíveis	1.480.320	1.333.671	1.444.209
Trabalhistas	2.611.852	3.337.579	2.839.619
Fiscais e Previdenciárias	1.705.610	1.727.083	2.983.847
Provisões diversas ⁽¹⁾	725.090	878.235	937.378
Total	8.822.081	9.515.295	9.395.161

(1) Inclui provisão de Fundo para Compensação de Variações Salariais (FCVS) e outras provisões.

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

	2012			2011		
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões	Outras Provisões ⁽¹⁾	Total	Fundos de Pensões	Outras Provisões ⁽¹⁾	Total
Saldo no início do exercício	1.246.040	8.269.255	9.515.295	1.190.108	8.205.053	9.395.161
Mudança no escopo de consolidação líquidas (nota 3.b)	-	-	-	-	(127.419)	(127.419)
Adições debitadas ao resultado:						
Receitas com juros e similares (nota 30)	-	-	-	(55.103)	-	(55.103)
Despesas com juros e similares (nota 31)	188.028	-	188.028	145.181	-	145.181
Despesas com pessoal (nota 38.a & 22.c)	42.798	-	42.798	19.460	-	19.460
Adições a provisões ⁽²⁾	94.043	2.112.485	2.206.528	118.502	2.942.961	3.061.463
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(42.584)	-	(42.584)	(39.596)	-	(39.596)
Pagamentos a fundos externos	(239.042)	-	(239.042)	(219.263)	-	(219.263)
Valor utilizado	-	(2.908.432)	(2.908.432)	-	(2.672.142)	(2.672.142)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	18.532	-	18.532	86.751	-	86.751
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	40.958	40.958	-	(79.198)	(79.198)
Saldo no fim do exercício	1.307.815	7.514.266	8.822.081	1.246.040	8.269.255	9.515.295

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	2010		
	Fundos de Pensões	Outras Provisões ⁽¹⁾	Total
Saldo no início do exercício	1.096.799	8.383.463	9.480.262
Adições debitadas ao resultado:			
Despesas com juros e similares (nota 31)	156.419	-	156.419
Despesas com pessoal (nota 38.a & 22.c)	16.212	-	16.212
Adições a provisões	179.265	1.795.061	1.974.326
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	(38.200)	-	(38.200)
Pagamentos a fundos externos	(220.387)	-	(220.387)
Valor utilizado	-	(2.233.557)	(2.233.557)
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	260.086	260.086
Saldo no fim do exercício	1.190.108	8.205.053	9.395.161

(1) Refere-se, substancialmente, a provisões para riscos fiscais e obrigações legais e processos judiciais e administrativos de ações trabalhistas e cíveis.

(2) No quarto trimestre de 2011, foram constituídos, adicionalmente, R\$648,7 milhões de provisão de processos trabalhistas, referente a iniciativa do banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.

c) Provisões para fundos de pensões e obrigações similares**i. Plano de pensão complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

- Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em Abril/2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

- Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de Setembro de 2005.

- Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

• Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

- Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

- Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• Bandeprev - Bande Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

• Outros planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): Entidade Fechada de Previdência Complementar que administrava três planos de benefícios previdenciais, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, atual PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar, foram concretizados em julho de 2009.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

ii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Notas Explicativas

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego - 8,7% (2011 - 10,4% e 2010 - 10,7%).
- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares - 9,0% (2011 - 10,4% e 2010 - 10,7%).

• Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte

- Banesprev - Plano I - 8,7% (2011 - 10,9% e 2010 - 11,3%).
- Banesprev - Plano II - 8,7% (2011 - 12,4% e 2010 - 11,1%).
- Banesprev - Plano III - 8,7% (2011 - 12,4% e 2010 - 11,3%).
- Banesprev - Plano IV - 8,7% (2011 - 10,7% e 2010 - 12,2%).
- Banesprev - Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão - 8,7% (2011 - 10,7% e 2010 - 11,4%).
- Banesprev - Plano V - 8,7% (2011 - 10,7% e 2010 - 11,0%).
- Sanprev - 8,7% (2011 - 10,6% e 2010 - 11,1%).
- Bandeprev - 8,7% (2011 - 10,5% e 2010 - 11,0%).
- SantanderPrevi - 8,7% (2011 - 10,7% e 2010 - 10,8%).
- Plasas - 9,0% (2011 - 10,7% e 2010 - 10,8%).
- Cabesp - 9,0% (2011 - 10,9% e 2010 - 11,4%).
- Outros Planos: nulo - o plano não possui ativos.

• Taxa estimada de inflação no longo prazo

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,5% (2011 - 4,4% e 2010 - 4,4%).

• Taxa estimada de aumento nominal dos salários

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 5,0% (2011 - 4,9% e 2010 - 4,9%).

iii. Assistência médica e odontológica

• Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A.

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

• Aposentados pela SantanderPrevi

Para o plano de assistência médica "Aposentadoria SantanderPrevi", tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso era oferecido a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, como status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

• Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares)

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos Básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano Básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

• Aposentados pela Bandeprev

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27/11/1998. Os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

• Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios)

Fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

• Seguro de Vida para aposentados do Banco Real

Para os Aposentados Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

• Clínica Grátis

Plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermária, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• Plasas

Plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas

A situação de custo das obrigações de benefício definido de 2012 e últimos 4 anos é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010	2009	2008
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:					
A atuais funcionários	1.706.089	1.312.325	1.212.603	1.078.765	954.321
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	19.301.089	15.268.283	14.009.689	12.644.915	11.676.568
	21.007.178	16.580.608	15.222.292	13.723.680	12.630.889
Menos:					
Valor justo dos ativos do plano	17.883.138	15.051.746	14.522.452	13.324.387	12.390.745
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	2.681.038	1.181.202	439.175	223.152	(180.135)
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(499.910)	(525.613)	(581.833)	(619.308)	(378.950)
Custo não reconhecido de serviço passado	-	-	-	358	-
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	942.912	873.273	842.498	795.091	799.229
Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares:					
A atuais funcionários	747.175	601.549	530.858	23.053	26.806
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	6.286.495	4.569.371	3.759.378	3.842.505	2.684.670
A beneficiários de aposentadoria antecipada	-	-	-	-	44
	7.033.670	5.170.920	4.290.236	3.865.558	2.711.520
Menos:					
Valor justo dos ativos do plano	5.473.031	4.535.896	4.142.589	3.683.450	2.897.569
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	1.409.141	447.397	(6.600)	282.858	(223.100)
Ativos não reconhecidos ⁽²⁾	(108.122)	(98.389)	(193.363)	(402.458)	(242.636)
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	259.620	286.016	347.610	301.708	279.687
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	1.202.532	1.159.289	1.190.108	1.096.799	1.078.916
Sendo:					
Provisões atuariais	1.307.815	1.246.040	1.190.108	1.096.799	1.078.916
Ativos atuariais (nota 15)	105.283	86.751	-	-	-

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I, II e III, Bandeprev e Plasas.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	Planos pós-emprego 2010	2009	2008
Custos dos serviços correntes (nota 38.a & 22.b)	22.708	19.460	16.212	22.051	21.284
Custo dos juros	1.756.104	1.561.367	1.460.199	1.362.265	1.362.586
Rendimento esperado do ativo do plano	(1.618.876)	(1.543.051)	(1.337.358)	(1.291.696)	(1.278.663)
Encargos extraordinários:					
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	115.269	135.628	61.699	36.552	16.726
Serviço passado	-	-	-	57	-
Custo de aposentadoria antecipada	8.258	89	32	-	-
Total	283.463	173.493	200.784	129.229	121.933

Em milhares de Reais	2012	2011	Outras obrigações similares 2010	2009	2008
Custos dos serviços correntes (nota 38.a & 22.b)	20.090	-	-	14.483	23.776
Custo dos juros	537.954	445.405	424.157	307.459	311.758
Rendimento esperado do ativo do plano	(487.154)	(469.625)	(390.579)	(277.461)	(304.244)
Encargos extraordinários:					
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	(29.484)	2.310	58.958	6.857	-
Custo de aposentadoria antecipada	-	38.335	58.576	-	1.633
Total	41.406	16.425	151.112	51.338	32.923

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	Planos pós-emprego 2010	2009	2008
Valor presente das obrigações no início do exercício	16.580.608	15.222.292	13.723.680	12.630.889	10.003.684
Mudança no escopo de consolidação	-	-	-	-	1.372.869
Custos dos serviços correntes	22.708	19.460	16.212	22.051	21.284
Custo dos juros	1.659.518	1.561.367	1.460.199	1.362.265	1.362.586
Custo de aposentadoria antecipada	-	89	32	-	-
Benefícios pagos	(1.308.099)	(1.171.279)	(1.064.412)	(1.394.064)	(922.771)
Perdas (ganhos) atuariais	4.032.311	924.447	1.085.254	1.102.539	931.691
Outros	20.132	24.232	1.327	-	(138.454)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	21.007.178	16.580.608	15.222.292	13.723.680	12.630.889

Em milhares de Reais	2012	2011	Outras obrigações similares 2010	2009	2008
Valor presente das obrigações no início do exercício	5.170.920	4.290.236	3.865.558	2.711.520	2.786.388
Mudança no escopo de consolidação	-	-	-	-	291.755
Custos dos serviços correntes	20.090	-	-	14.483	23.776
Custo dos juros	526.079	445.405	424.157	307.459	311.758
Custo de aposentadoria antecipada	-	(4.411)	1.026	-	1.633
Benefícios pagos	(292.145)	(220.030)	(177.674)	(178.875)	(157.266)
Perdas (ganhos) atuariais	1.710.072	633.116	132.301	1.010.971	(539.867)
Outros	(101.346)	26.604	44.868	-	(6.657)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	7.033.670	5.170.920	4.290.236	3.865.558	2.711.520

Notas Explicativas

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	Planos pós-emprego 2010	2009	2008
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	15.051.746	14.522.452	13.324.387	12.390.745	10.117.296
Mudança no escopo de consolidação ⁽¹⁾	-	-	-	-	1.574.595
Rendimento esperado do ativo do plano	1.618.876	1.543.051	1.337.358	1.291.696	1.278.663
Ganhos (perdas) atuariais	2.275.468	(16.316)	778.074	684.445	230.194
Contribuições	223.260	173.838	129.051	106.837	83.055
Sendo:					
Pelo Banco	203.520	153.744	108.501	84.495	67.513
Por participantes do plano	19.740	20.094	20.550	22.341	15.542
Benefícios pagos	(1.308.099)	(1.171.279)	(1.051.854)	(1.149.336)	(893.058)
Variações cambiais e outros itens	21.887	-	5.436	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	17.883.138	15.051.746	14.522.452	13.324.387	12.390.745

Em milhares de Reais	2012	2011	Outras obrigações similares 2010	2009	2008
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.535.896	4.142.589	3.683.450	2.897.569	2.782.114
Mudança no escopo de consolidação ⁽¹⁾	-	-	-	-	93.401
Rendimento esperado do ativo do plano	487.154	469.625	390.579	277.461	304.244
Ganhos (perdas) atuariais	671.528	94.361	188.771	638.240	(169.057)
Contribuições	70.598	64.878	58.833	42.751	41.487
Sendo:					
Pelo Banco	65.551	59.576	53.944	37.635	36.021
Por participantes do plano	5.048	5.301	4.889	5.116	5.466
Benefícios pagos	(292.145)	(218.173)	(192.371)	(172.571)	(153.225)
Variações cambiais e outros itens	-	(17.384)	13.327	-	(1.395)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.473.031	4.535.896	4.142.589	3.683.450	2.897.569

(1) Em 2008, diz respeito principalmente ao Banco Real.

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	Planos pós-emprego 2010	2009	2008
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	2.275.468	(16.316)	778.074	684.445	230.194
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	2.681.038	1.181.202	439.175	223.152	(180.135)

Em milhares de Reais	2012	2011	Outras obrigações similares 2010	2009	2008
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	671.528	94.361	188.771	638.240	(169.057)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	1.409.141	447.397	(6.600)	282.858	(223.100)

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Planos de benefício definido sem cobertura	890.234	769.150	628.138
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	27.150.615	20.982.378	18.884.390

Em 2013, o Banco espera fazer contribuições para custear essas obrigações por valores similares aos efetuados em 2012.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2012	2011	2010	2009	2008
Instrumentos de patrimônio	2,80%	2,77%	5,05%	2,55%	5,47%
Instrumentos de dívida	93,40%	93,38%	92,91%	96,58%	92,85%
Bens imóveis	0,50%	0,50%	0,47%	0,12%	0,10%
Outros	3,30%	3,36%	1,57%	0,75%	1,58%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R\$5.057 (2011 - R\$2.090).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2012 para os próximos dez anos:

Em milhares de Reais	
2013	1.630.698
2014	1.701.901
2015	1.781.528
2016	1.863.748
2017 a 2022	13.002.193
Total	19.980.068

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Em milhares de Reais	Sensibilidade	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	73	(67)
Efeito sobre o valor Presente das Obrigações	2.180	(2.375)

Notas Explicativas

d) Provisões para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos de natureza fiscais e previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- PIS e COFINS - R\$8.735.925 (2011 - R\$6.833.010 e 2010 - R\$5.119.731): o Banco e as empresas controladas ajuizaram medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

- Majoração de Alíquota da CSLL - R\$1.103.018 (2011 - R\$979.938 e 2010 - R\$848.734): o Banco e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Banco Santander e sua subsidiárias são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$51.271 (2011 - R\$49.314 e 2010 - R\$278.194): o Banco e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

- ISS - Instituições Financeiras - R\$445.497 (2011 - R\$542.443 e 2010 - R\$473.371): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

- INSS - R\$349.855 (2011 - R\$288.137 e 2010 - R\$259.526): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

d.2) Processos de natureza Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos, e as provisões são reconhecidas com base nas avaliações de perdas pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos de natureza Cíveis

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores médios estatísticos, e na avaliação de êxito segundo avaliação jurídica. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável às circunstâncias de cada caso.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório:** referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

- **Planos Econômicos** - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. Ainda, no mês de outubro de 2011 o STJ decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

d.4) Contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$9,3 bilhões, sendo os principais processos os seguintes:

- **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda pendente de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$585 milhões cada.

Notas Explicativas

- IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais** - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador das instituições bancárias sucedidas pelo Banco Santander, como reembolso para pagamentos realizados pelo Banco e suas controladas com passivos originados das atividades por essas instituições quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo. A Receita Federal entendeu que o valor ressarcido em favor das referidas entidades corresponde a "renda tributável" e não a reembolsos. Em novembro de 2011 o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração, tendo sido extinto em fevereiro de 2012 pelo decurso do prazo recursal. Em relação ao período-base 2004, tivemos nova decisão favorável no CARF, a qual ainda poderá ser objeto de recurso. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de dezembro de 2012, o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$141 milhões.
- Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$344 milhões.
- CSLL - Aumento da alíquota** – pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Em julho de 2012 a ação teve decisão final favorável.
- CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado** - o Banco questionou a autuação da Receita Federal do Brasil alegando irregularidades no recolhimento da CSLL, devido a uma sentença transitada em julgado cancelando a exigência das taxas da CSLL de acordo com as Leis nº. 7.689/1988 e 7.787/1989. Em janeiro de 2012 a classificação de risco do caso foi alterada para perda remota em razão de ter sido acolhida a tese da prescrição. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a essa ação era de aproximadamente R\$165 milhões.
- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais, originados de autos de infração, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. As autoridades fiscais alegam que os pagamentos feitos pelas empresas não atenderam aos requisitos da lei. O Banco recorreu contra essas acusações, em virtude de considerar o tratamento fiscal adequado com base nas leis aplicáveis e a natureza dos pagamentos. Em 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$302 milhões.
- IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Tivemos decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Essa decisão pode ser objeto de recurso. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.. Em 31 de dezembro de 2012, o valor era de aproximadamente R\$223 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$0,6 bilhões, excluindo o processo abaixo:

- Gratificação Semestral ou PLR** - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF, o qual aguarda decisão. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o seu andamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$0,7 bilhão.

d.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$978.083, R\$10.078 e R\$3.233 (2011 - R\$969.485, R\$14.150 e R\$9.052 e 2010 - R\$455.841, R\$30.764 e R\$7.180), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

23. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	5.510.751	8.910.536	9.996.503
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(1.020.000)	(1.550.000)	(1.760.000)
Lucros a realizar	(24.403)	(914)	(6.614)
Lucro antes da tributação	4.466.348	7.359.622	8.229.889
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social)	(1.786.539)	(2.943.849)	(3.291.956)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) ⁽²⁾	(1.143.825)	(1.037.570)	(856.107)
Diferenças permanentes:			
Equivalência patrimonial	29.329	21.686	17.577
Ágio ⁽³⁾	1.454.778	1.241.381	1.391.527
Variação cambial - filiais no exterior ⁽⁴⁾	804.414	767.921	(196.941)
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	404.809	602.394	165.083
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL ⁽⁵⁾	19.308	9.439	19.911
Outros ajustes	166.253	183.915	136.977
Imposto de renda e contribuição social	(51.473)	(1.154.683)	(2.613.929)
Sendo:			
Impostos correntes	(2.822.084)	(2.732.999)	(2.501.876)
Impostos diferidos	2.770.611	1.578.316	(112.053)
Impostos pagos no exercício	(2.137.965)	(1.932.317)	(1.043.419)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros deversem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) A diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva, uma vez que a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração. Neste caso a possibilidade de perda por impairment ou alienação somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não é possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos. Portanto, a amortização fiscal do ágio gera uma diferença permanente e não há o registro de passivo fiscal diferido (Nota 46).

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/dedutíveis.

(5) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

Notas Explicativas

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Lucro antes da tributação	5.510.751	8.910.536	9.996.503
Imposto de renda	51.473	1.154.683	2.613.929
Alíquota efetiva ⁽¹⁾	0,93%	12,96%	26,15%

(1) Em 2012, 2011 e 2010, considerando os efeitos da variação cambial sobre as agências no exterior e o hedge econômico, contabilizados em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" (nota 35), a alíquota efetiva teria sido 27,0%, 23,5% e 23,2% respectivamente.

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	341.088	97.498	94.911
Avaliação de títulos disponíveis para venda	341.088	97.498	90.888
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	-	-	4.023
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(1.417.759)	(852.474)	(692.881)
Avaliação de títulos disponíveis para venda	(1.611.935)	(845.109)	(681.097)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	194.176	(7.365)	(11.784)
Total	(1.076.671)	(754.976)	(597.970)

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Ativos Fiscais Diferidos	16.341.114	14.171.076	13.415.298
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	13.386.884	12.121.076	11.211.372
Prejuízo fiscal	2.256.503	1.352.273	1.462.490
CSLL 18%	697.727	697.727	741.436
Imposto a compensar	2.073	2.073	209.582
Total de créditos tributários diferidos	16.343.187	14.173.149	13.624.880
Passivos fiscais	3.565.381	3.748.104	4.280.159
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	1.192.056	2.012.314	2.454.253
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	2.373.325	1.735.790	1.825.906
Total de passivos fiscais	3.565.381	3.748.104	4.280.159

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação (impairment) sobre empréstimos e valores a receber e provisões para processos judiciais e administrativos.

Não foram registrados créditos tributários no montante de R\$566.383 em 2012.

As movimentações dos saldos dos itens "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos três anos foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado ⁽¹⁾	Aquisições no ano (líquidas de alienações)	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Ativos Fiscais Diferidos	14.171.076	1.955.302	214.736	-	16.341.114
Diferenças temporárias	12.121.076	1.051.072	214.736	-	13.386.884
Prejuízo fiscal	1.352.273	904.230	-	-	2.256.503
CSLL 18%	697.727	-	-	-	697.727
Passivos fiscais diferidos	3.748.104	(815.309)	632.586	-	3.565.381
Diferenças temporárias	3.748.104	(815.309)	632.586	-	3.565.381
Total	10.422.972	2.770.611	(417.850)	-	12.775.733

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado ⁽¹⁾	Aquisições no ano (líquidas de alienações)	Saldos em 31 de dezembro de 2011
Créditos tributários diferidos	13.415.298	827.601	(2.873)	(68.950)	14.171.076
Passivos fiscais diferidos	4.280.159	(707.006)	276.494	(101.543)	3.748.104
Total	9.135.139	1.534.607	(279.367)	32.593	10.422.972

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2009	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado ⁽¹⁾	Aquisições no ano (líquidas de alienações)	Saldos em 31 de dezembro de 2010
Créditos tributários diferidos	13.617.159	212.960	(205.239)	-	13.624.880
Passivos fiscais diferidos	3.867.857	325.013	87.289	-	4.280.159
Total	9.749.302	(112.053)	(292.528)	-	9.344.721

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

Notas Explicativas**e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:**

Ano	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	CSLL 18%
2013	7.013.813	82.187	30.383
2014	2.931.655	1.172.110	203.566
2015	2.008.928	478.242	85.450
2016	369.066	491.132	267.097
2017	265.472	32.664	111.231
2018 a 2020	415.643	168	-
Após 2020	382.307	-	-
Total	13.386.884	2.256.503	697.727

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Despesas provisionadas e receitas diferidas	1.966.435	1.930.290	1.646.121
Transações em andamento	912.034	695.880	411.426
Provisão para pagamento baseado em ações	210.822	158.543	86.568
Outros	1.213.529	1.143.138	1.461.723
Total	4.302.820	3.927.851	3.605.838

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Ajustes ao valor de mercado incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "Ajustes ao valor de mercado", como segue:

- Ganhos (perdas) de reavaliação: incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Ajustes ao valor de mercado" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados à participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ajustes ao valor de mercado – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como disponíveis para venda (Notas 6 e 7).

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Ajustes ao valor de mercado – Ativos Financeiros para Venda em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 é a seguinte:

	2012				2011			
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida								
Títulos públicos	2.291.874	(1.030.507)	1.261.367	30.400.250	1.993.581	(930.000)	1.063.581	31.858.187
Títulos privados	1.135.406	(514.195)	621.211	12.644.320	126.508	(173.363)	(46.855)	11.442.167
Instrumentos de Patrimônio								
No país	200.278	(314.217)	(113.939)	1.104.050	169.948	(226.475)	(56.527)	1.307.847
Sendo:								
Listado em Bolsa	180.861	(281.419)	(100.558)	340.494	154.958	(194.040)	(39.082)	462.062
Não Listado em Bolsa	19.417	(32.798)	(13.381)	763.556	14.990	(32.435)	(17.445)	845.785
Total	3.627.558	(1.858.919)	1.768.639	44.148.620	2.290.037	(1.329.838)	960.199	44.608.201

Notas Explicativas

	2010			
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	1.154.874	(157.107)	997.767	39.610.205
Títulos privados	561.233	(706.786)	(145.553)	5.867.777
Instrumentos de Patrimônio				
No país	365.973	(268.590)	97.383	1.728.037
Sendo:				
Listado em Bolsa	327.993	(268.590)	59.403	751.196
Não Listado em Bolsa	37.980	-	37.980	976.841
Total	2.082.080	(1.132.483)	949.597	47.206.019

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como disponíveis para venda (títulos de dívida e instrumentos de capital) tem indícios de perda por não recuperação.

Esta avaliação inclui, mas não está limitado a uma análise da seguinte informação: i) a situação econômica e financeira do emissor, alguma inadimplência ou atraso no pagamento, análise de solvência do emissor, a evolução do seu negócio, projeções de curto prazo, as tendências observadas com relação aos seus ganhos e, se aplicável, a sua política de distribuição de dividendos, ii) informações relacionadas ao mercado, tais como mudanças na situação geral da economia, mudanças no setor do emissor que poderia afetar sua capacidade de pagamento; iii) mudanças no valor justo do título analisado e a análise das origens de tais mudanças - se eles são específicos aos títulos ou o resultado da incerteza geral sobre a economia ou o país e iv) relatórios e previsões de analistas independentes e outras fontes independentes do mercado.

No caso de Instrumentos de patrimônio, quando as mudanças no valor justo do instrumento em análise são avaliados, é levado em consideração a duração e a relevância da redução em seu preço de mercado abaixo do custo. No entanto, deve notar-se que o Banco avalia, numa base caso a caso, cada uma das operações que sofreram perdas, e monitora o desempenho dos seus preços, reconhecendo uma perda, caso o valor de recuperação tenha sido diminuído.

Se, após a realização da avaliação acima, o Banco considerar que a presença de um ou mais desses fatores poderia afetar a recuperação do custo do ativo, uma perda do valor recuperável é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no montante da perda de patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação. Além disso, se o Banco não tem a intenção e/ou não é capaz de manter o investimento por um período de tempo suficiente para recuperar o custo, o instrumento é baixado por seu valor justo.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Ajustes ao valor de mercado - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

Assim, os valores que apresentam atualmente perdas de valorização serão compensados no futuro por ganhos gerados por instrumentos de hedge.

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Ajustes ao valor de mercado - Hedges de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva (Nota 8).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

O Banco possui registrada uma operação de "hedge" de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, subsidiária independente na Espanha. Assim, valores que representam perdas de valorização serão compensados no futuro por ganhos gerados pelos instrumentos de hedge.

26. Participações de não-controladoras

Participações não-controladoras dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Agropecuária Tapirapé S.A.	-	-	67
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	796	784	987
Santander Brasil Advisory Services S.A. ⁽⁴⁾	442	1.712	409
Brasil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	2	2	2
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ⁽¹⁾	26.633	13.061	6.611
MS Participações Societárias S.A. ⁽²⁾	-	3.401	-
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽³⁾	221.387	-	-
Total	249.260	18.960	8.076
Lucro atribuível às participações não-controladoras	10.618	7.928	481
Sendo:			
Agropecuária Tapirapé S.A.	-	-	3
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	82	83	77
Santander Brasil Advisory Services S.A. ⁽⁴⁾	70	1.302	276
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ⁽¹⁾	13.573	6.450	111
MS Participações Societárias S.A. ⁽²⁾	(2.792)	93	-
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽³⁾	(315)	-	-
Outras empresas	-	-	14

Notas Explicativas

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	18.960	8.076	1.338
Inclusão de empresas ^{(1) (2) (3)}	222.507	3.308	6.500
Dividendos pagos	(2.825)	(352)	(164)
Lucro atribuível às participações não-controladoras	10.618	7.928	481
Outros	-	-	(79)
Saldo no encerramento do exercício	249.260	18.960	8.076

(1) Em 14 de janeiro de 2010, o Banco assinou os instrumentos contratuais e societários com a Getnet, para, conjuntamente, explorar, desenvolver e comercializar, no mercado brasileiro, serviços de captura e processamento de transações de cartões de crédito e/ou débito. O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina a controle do Banco sob a entidade.

(2) Refere-se a participação de não-controladores na MS Participações Societárias S.A.

(3) Refere-se a participação de não-controladores na Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros.

(4) Na AGE realizada em 26 de agosto de 2011, foram aprovadas: (i) a alteração da denominação social da Santander CHP S.A. para Santander Brasil Advisory Services S.A.; e (ii) alteração do seu objeto social.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Ações - mil						
	2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Domiciliados no Brasil	18.079.891	17.841.646	35.921.537	16.000.704	16.052.894	32.053.598
Domiciliados no exterior	194.761.841	168.360.739	363.122.580	196.841.028	170.149.491	366.990.519
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117
(-) Ações em tesouraria	(568.882)	(517.166)	(1.086.048)	(391.254)	(355.685)	(746.939)
Total em circulação	212.272.850	185.685.219	397.958.069	212.450.478	185.846.700	398.297.178

Ações - mil		
	2010	
	Ordinárias	Total
Domiciliados no Brasil	38.084.679	74.214.828
Domiciliados no exterior	174.757.053	324.829.289
Total de ações	212.841.732	399.044.117

A AGE de 27 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de 2010 pelo Bacen.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	Em milhares de Reais	2012		
		Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	400.000	0,9600	1,0560	105,6001
Dividendos Intermediários ^{(2) (5)}	490.000	1,1763	1,2939	129,3968
Dividendos Intercalares ^{(2) (4)}	410.000	0,9842	1,0827	108,2708
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (4)}	170.000	0,4081	0,4489	44,8927
Dividendos Intermediários ^{(6) (10)}	350.000	0,8402	0,9243	92,4273
Dividendos Intercalares ^{(6) (9)}	150.000	0,3601	0,3961	39,6117
Juros sobre o Capital Próprio ^{(8) (9)}	450.000	1,0804	1,1884	118,8399
Dividendos Intercalares ^{(7) (9)}	250.000	0,6002	0,6602	66,0221
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2012	2.670.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R\$0,8160 preferenciais - R\$0,8976 e Units - R\$89,7600 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2012.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012, ordinárias - R\$0,3469 preferenciais - R\$0,3816 e Units - R\$38,1589 líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) O valor dos dividendos intermediários será imputado integralmente aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2012.

(7) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012.

(8) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012, ordinárias - R\$0,9183, preferenciais - R\$1,0101 e Units - R\$101,0139 líquidos de impostos.

(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pago a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(10) O valor dos dividendos intermediários, R\$348,950 serão imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e o valor de R\$1.050 será imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Notas Explicativas

	Em milhares de Reais ⁽⁹⁾	2011 Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5) (9)}	600.000	1,4366	1,5802	158,0216
Dividendos Intercalares ^{(2) (5)}	273.840	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares ^{(2) (5) (9)}	476.160	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (5) (9)}	550.000	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares ^{(4) (5) (9)}	100.000	0,2394	0,2634	26,3369
Juros sobre o Capital Próprio ^{(6) (8) (9)}	400.000	0,9592	1,0551	105,5127
Dividendos Intercalares ^{(7) (8) (9)}	775.000	1,8590	2,0449	204,4944
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2011	3.175.000			
(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em Março de 2011, ordinárias - R\$1,2211, preferenciais - R\$1,3432 e Units - R\$134,3184, líquidos de impostos. (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em Maio de 2011. (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2011, ordinárias - R\$1,1193, preferenciais - R\$1,2313 e Units - R\$123,1252, líquidos de impostos. (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2011. (5) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intermediários/intercalares foram pagos em 29 de agosto de 2011. (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Setembro de 2011, ordinárias - R\$0,8153, preferenciais - R\$0,8969 e Units - R\$89,6858, líquidos de impostos. (7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2011. (8) O valor dos juros sobre o capital e dos dividendos intercalares foram pagos em 28 de fevereiro de 2012. (9) O valor dos Dividendos Intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do resultado do exercício de 2011.				

	Em milhares de Reais ⁽⁹⁾	2010 Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares ^{(2) (4)}	500.000	1,1917	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (4)}	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio ^{(5) (8)}	530.000	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio ^{(6) (8)}	430.000	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares ^{(7) (8)}	1.280.000	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2010	3.540.000			
(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos. (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010. (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos. (4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010. (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2010, ordinárias - R\$1,0786, preferenciais - R\$1,1865 e Units - R\$118,6479, líquidos de impostos. (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010, ordinárias - R\$0,8751, preferenciais - R\$0,9626 e Units - R\$96,2615, líquidos de impostos. (7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010. (8) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos foram pagos a partir de 25 de fevereiro de 2011, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. (9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.				

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de agosto de 2012 o Conselho de Administração deliberou aprovar a renovação, por mais um ano, do programa de recompra de certificado de depósito de ações ("Units") aprovado em 24 de agosto de 2011, até 24 de agosto de 2013.

O Programa de Recompra atual tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, em consonância com a Resolução do CMN nº 3921, de 25 de novembro de 2010, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo e (3) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas será utilizada pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 57.006.302 Units, representativas de 3.135.346.633 ações ordinárias e 2.850.315.121 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman, correspondendo, em 31 de julho de 2012, a aproximadamente 1,5% da totalidade do capital social do Banco, mesmo percentual do programa anterior.

Em 2012 foram adquiridas 3.229.618 Units que permaneceram em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2012 é de 8.610.418 Units (31 de dezembro de 2011 - 5.380.800), equivalente a R\$134.371 (31 de dezembro de 2011 - R\$79.547). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,80, R\$15,61 e R\$18,52. Em 2011 foram também adquiridas e permanecem em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante atual de R\$36.191 (31 de dezembro de 2011 - R\$33.221). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$14,97 por Unit e US\$7,28 por ADR.

Adicionalmente, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em uma perda de R\$41 (31 de dezembro de 2011 - ganho de R\$13) registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

Notas Explicativas

28. Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

Lucro por Ação Básico

	2012	2011	2010
Lucro atribuível à controladora	5.448.660	7.747.925	7.382.093
Lucro atribuível à controladora para ações ordinárias	2.776.737	3.948.342	3.761.914
Lucro atribuível à controladora para ações preferenciais	2.671.923	3.799.583	3.620.179
Média Ponderada das ações em circulação			
Ações ordinárias	212.319.478	212.841.732	212.841.732
Ações preferenciais	185.727.487	186.202.385	186.202.385
Lucro por ação Básico - R\$			
Ações ordinárias	13,08	18,55	17,67
Ações preferenciais	14,39	20,41	19,44
Lucro por Ação Diluído	5.448.660	7.747.925	7.382.093
Media Ponderada Ajustada de Ações			
Ações ordinárias	212.447.333	212.841.732	212.841.732
Ações preferenciais	185.843.719	186.202.385	186.202.385
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações (ON)	127.856	-	-
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações (PN)	116.232	-	-
Lucro por ação Diluído - R\$			
Ações ordinárias	13,07	18,55	17,67
Ações preferenciais	14,38	20,41	19,44

29. Índices operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	2012	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾ 2011	2010
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado	65.213.301	64.759.590	64.428.741
Patrimônio de Referência Nível II	5.069.813	6.642.092	7.433.493
Patrimônio de Referência Ajustado (Nível I e II)	70.283.114	71.401.682	71.862.234
Patrimônio de Referência Exigido	37.131.442	31.701.580	27.799.273
Parcela de Risco de Crédito Ajustada ⁽²⁾	32.409.974	28.761.446	25.630.512
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	2.951.238	1.219.396	706.803
Parcela de Risco Operacional	1.770.230	1.720.738	1.461.958
Índice de Basileia II ⁽⁴⁾	20,8%	24,8%	28,4%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para a carteira de Pessoa Física, a Circular 3.515 de 03/12/2010 introduziu a ponderação de risco de 150% para operações de crédito acima de 24 meses, permitindo algumas exceções dado o tipo da operação, prazo e garantias relacionadas. Contudo, em 11/11/2011, o Bacen revogou a Circular 3.515 e publicou, a Circular 3.563, que exige a aplicação da ponderação de 150% para as operações de financiamento de veículos, reduz a ponderação de risco para crédito consignados contratados até julho de 2011 de 150% para 75% ou 100 e eleva ponderação de risco para 300% as operações de crédito consignado e crédito pessoal sem propósito específico com prazo acima de 60 meses, contratadas a partir de 14 de novembro de 2011.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

(4) Desconsiderando o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e AAB Dois Par, o Índice de Basileia II é de 17,7% (2011 - 20,2% e 2010 - 22,4%).

O Banco Santander, de acordo com a Circular 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

30. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2012, 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	5.731.269	6.297.438	3.589.924
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	1.042.090	1.219.218	1.397.840
Empréstimos e adiantamentos a clientes	38.735.467	35.397.614	29.290.024
Instrumentos de dívida	6.081.759	8.084.155	6.442.288
Planos de previdência (nota 22.b)	-	55.103	-
Outros juros	1.070.097	682.552	189.128
Total	52.660.682	51.736.080	40.909.204

Notas Explicativas

31. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2012, 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Depósitos de instituições de crédito	1.585.375	2.006.136	1.146.688
Depósitos de clientes	13.494.019	16.494.482	12.773.546
Títulos de dívida e passivos subordinados :			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	3.662.370	3.226.644	1.212.962
Dívidas subordinadas (nota 19)	1.010.807	1.213.239	999.423
Planos de previdência (nota 22.b)	188.028	145.181	156.419
Outros juros	1.028.213	748.634	525.088
Total	20.968.812	23.834.316	16.814.126

32. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros para negociação	16.064	5.187	9.762
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.653	88.540	41.959
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	61.019	-	-
Total	93.736	93.727	51.721

33. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	417.793	374.103	384.942
Contas à vista	1.683.885	1.624.466	1.600.182
Cartões	2.794.822	1.940.239	1.322.444
Cheques e outros	594.172	606.142	597.102
Ordens de pagamento	265.221	223.354	233.100
Total	5.755.893	4.768.304	4.137.770
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	1.181.518	1.189.527	1.108.586
Seguros	1.379.626	1.273.137	992.088
Capitalização	280.101	266.620	238.777
Total	2.841.245	2.729.284	2.339.451
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	207.893	272.714	374.368
Negociação de títulos e valores mobiliários	120.457	101.104	136.916
Administração e custódia	97.395	102.603	109.353
Gestão de bens	2.182	2.963	2.932
Total	427.927	479.384	623.569
Outros:			
Cambiais	326.542	351.768	310.311
Garantias financeiras	255.544	232.688	248.127
Outros tarifas e comissões	147.260	207.742	174.065
Total	729.346	792.198	732.503
Total	9.754.411	8.769.170	7.833.293

34. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Tarifas e comissões designados a terceiros	1.376.331	1.015.786	660.802
Sendo: cartões de crédito	1.187.134	834.412	463.391
Outras tarifas e comissões ⁽¹⁾	624.654	413.886	336.983
Total	2.000.985	1.429.672	997.785

(1) Diferença permanente oriunda da variação cambial dos investimentos no exterior não tributáveis / dedutíveis.

Notas Explicativas

35. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Ativos financeiros para negociação ⁽¹⁾	(1.456.274)	(902.167)	1.159.058
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado ⁽²⁾	238.208	57.039	(26.828)
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	655.983	705.279	254.162
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	592.955	452.972	31.397
Instrumentos de patrimônio	63.028	256.694	204.592
Derivativos de hedge e outros	13.877	26.190	71.758
Total	(548.206)	(113.659)	1.458.150

(1) Inclui o hedge econômico da posição do Banco em Cayman, agência não autônoma (nota 23).
(2) Incluem o ganho líquido das transações que envolvem títulos de dívida, títulos patrimoniais e derivativos que fazem parte dessa carteira, pois o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

36. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

37. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Resultado com contratos de seguros	-	432.135	311.835
Sendo:			
Receitas com contratos de seguros	-	4.132.663	6.830.524
Despesas com contratos de seguros	-	(3.700.528)	(6.518.689)
Outras receitas operacionais	395.670	539.737	148.337
Outras despesas operacionais	(832.870)	(1.167.571)	(642.970)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(187.791)	(183.719)	(165.201)
Total	(624.991)	(379.418)	(347.999)

38. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Remuneração direta	4.318.499	4.191.813	3.731.340
Encargos	1.190.899	1.091.585	993.971
Benefícios	984.755	865.517	791.361
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22.b)	42.798	19.460	16.212
Contribuições aos fundos de pensões de contribuição definida	65.062	55.425	49.641
Remuneração baseada em ações	129.441	95.689	90.461
Treinamento	140.704	115.725	92.974
Outras despesas de pessoal	254.628	208.517	160.216
Total	7.126.786	6.643.731	5.926.176

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de Outubro de 2011, o Banco Santander realizou a Assembleia Geral Extraordinária, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

Notas Explicativas

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP, PI14 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
	% de Ações Passíveis de Exercício	
1º	50%	100%
2º	35%	75%
3º	25%	50%
4º	0%	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,81%	38,58%	43,11%
Taxa Livre de Risco	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 anos	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	3,72 anos
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício é de R\$14,93 (2011 - R\$14,96 e 2010 - R\$21,90).

Em 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$44.917 (2011 - R\$13.153 e 2010 - R\$20.976), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e R\$12.616 (R\$15.910 e 2010 - R\$6.525), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$2.361 "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) - Outros".

	Número de Ações	Preço de exercício em Reais	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período de Exercício	Data do Fim do Período de Exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	-					
Opções Concedidas (Plano SOP)	15.500.000	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Concedidas (Plano PSP)	1.471.475	-	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Opções Canceladas (Plano SOP)	(2.877.141)	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Canceladas (Plano PSP)	(179.802)	-	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	13.914.532					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(106.718)	-	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	40.479	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Concedidas (PI13 - PSP)	1.498.700	-	2011	Executivos	3/2/2010	30/6/2013
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(130.493)	-	2011	Executivos	3/2/2010	30/6/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	14.450.000	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	29.666.500					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)		2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)		2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)		2011	Executivos	3/2/2010	30/6/2013
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000		2012	Executivos	29/5/2012	30/6/2014
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)		2012	Executivos	29/5/2012	30/6/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2012	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	25.915.376					
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
PI12 - PSP	-		2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
PI13 - PSP	1.295.998		2011	Executivos	3/2/2010	30/6/2013
PI14 - PSP	1.803.774		2012	Executivos	29/5/2012	30/6/2014
SOP 2014	17.911.837	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Total	25.915.376					

Notas Explicativas

b.2) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada ^(*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	4.009.594				
Opções Exercidas (PI10)	(1.161.014)	2007	Executivos	23/6/2007	31/7/2010
Opções Canceladas (PI10)	(82.341)	2007	Executivos	23/6/2007	31/7/2010
Opções Concedidas (PI12)	86.198	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Opções Concedidas (PI13)	597.811	2010	Executivos	1/7/2010	31/7/2013
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248				
Opções Exercidas (PI11)	(1.783.945)	2008	Executivos	21/6/2008	31/7/2011
Opções Canceladas (PI11)	(527.286)	2008	Executivos	21/6/2008	31/7/2011
Opções Concedidas (PI14)	531.684	2011	Executivos	1/7/2011	31/7/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	1.670.701				
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	2011	Executivos	1/7/2011	31/7/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	1.070.122				
Plano I12	-	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Plano I13	597.811	2010	Executivos	1/7/2010	31/7/2013
Plano I14	472.311	2011	Executivos	1/7/2011	31/7/2014
Total	1.070.122				

Em 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$5.316 (2011 R\$10.147 e 2010 - R\$14.393), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. Em 2010, inclui as despesas "pro rata" dia do PI10, que teve seu último ciclo encerrado em julho de 2010. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a "Outras Obrigações - Provisão para pagamentos baseados em ações", pois são planos liquidados em dinheiro (nota 24).

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b.3) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de Fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

Notas Explicativas

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados despesas no valor de R\$67.050 (2011 - R\$56.479).

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados créditos no valor de R\$1.930 (em 2011, não foram registradas despesas), referente a provisão do plano e foi registrado perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$985 como despesas de pessoal.

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados despesas no valor de R\$1.472 (em 2011, não foram registradas despesas).

Em 19 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual será objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de Fevereiro de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 2 programas:

• Diretores e Estatutários - Diretores e Estatutários que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em Units "SANB11"

• Coletivo Não Supervisionado (Funcionários) - Empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será 100% em dinheiro, indexado a 110% do CDI.

39. Outras despesas administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Imóveis, instalações e materiais	1.171.071	1.087.222	965.633
Tecnologia e sistemas	1.074.557	1.006.015	888.922
Publicidade	499.056	493.630	421.643
Comunicações	573.540	566.083	554.713
Ajudas de custo e despesas de viagem	174.667	174.166	150.875
Tributos exceto imposto de renda	65.374	58.633	88.833
Serviços de vigilância e transporte de valores	563.886	521.462	513.325
Prêmios de seguros	12.003	10.234	8.811
Serviços técnicos especializados	1.720.080	1.563.545	1.504.306
Relatórios técnicos	377.435	363.525	380.866
Outros serviços técnicos e especializados	1.342.645	1.200.020	1.123.440
Outras despesas administrativas	222.628	247.911	207.365
Total	6.076.862	5.728.901	5.304.426

b) Outras informações

O saldo dos "Relatórios técnicos" incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado (detalhadas no Anexo I) aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Auditoria das demonstrações contábeis anuais e serviços relacionados a auditoria das empresas auditadas pela Deloitte (incluídas na consolidação)	11.135	8.828	9.054

Serviços prestados por outras firmas de auditoria montam R\$3,7 milhões (2011 - R\$5,4 milhões e 2010 - R\$15,0 milhões).

40. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Ganhos	501.274	6.759	341
Alienação de tangíveis ⁽¹⁾	352.782	6.759	229
Alienação de investimentos ⁽²⁾	148.492	-	112
Perdas	(268)	(1.439)	(59.527)
Alienação de tangíveis	(268)	(1.439)	(260)
Alienação de investimentos	-	-	(59.267)
Total	501.006	5.320	(59.186)

(1) Em 2012, inclui R\$334.593 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

(2) Em 2012, inclui R\$148.492, referentes ao ganho de variação no percentual de participação do Banco pela segregação dos investimentos em participações de natureza temporária (private equity) dos investimentos em negócios relacionados aos serviços complementares aos serviços bancários (Anexo 1).

Notas Explicativas

41. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Refere-se, basicamente, ao resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e a provisão do valor recuperável destes bens. Em 2011, inclui R\$424.292 de ganho na venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (nota 3.b). Em 2010, inclui R\$106.827 de ganho na alienação de edifícios administrativos, relacionados, principalmente, a mudança para a nova sede.

42. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	27.117.592	21.871.792	22.122.410
Garantias financeiras	25.481.319	17.818.624	18.117.260
Garantias de desempenho	280.755	910.655	907.676
Cartas de crédito financeiras	1.019.623	2.213.135	2.823.715
Outros	335.895	929.378	273.759
Outras exposições contingentes	945.555	700.160	440.702
Créditos de documentação	945.555	700.160	440.702
Total de passivos contingentes	28.063.147	22.571.952	22.563.112
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	106.754.302	98.552.891	93.472.343
Total de compromissos	106.754.302	98.552.891	93.472.343
Total	134.817.449	121.124.843	116.035.455

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (standby letter of credits) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras standby e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado e seu calculo esta descrito na nota 2.h.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$131.955 (2011 - R\$76.324 e 2010 - R\$80.056).

b) Fundos administrados não registrados no balanço

Os fundos sob gestão do Banco não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Fundos de investimento	104.461.015	104.877.454	102.516.308
Ativos administrados	9.393.269	8.144.334	8.822.049
Total	113.854.284	113.021.788	111.338.357

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$79.719.901 (2011 - R\$122.198.361 e 2010 - R\$194.063.773).

Notas Explicativas**d) Vencimento residual e taxas de juros médias**

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	2012						Total	Taxa Média
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Em milhares de Reais 3 a 5 anos	Após 5 anos		
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	38.198.101	10.205.643	7.131.496	-	-	-	55.535.240	7,3%
Instrumentos de dívida	-	5.607.527	6.430.543	19.424.651	36.226.923	2.395.434	70.085.078	9,6%
Instrumentos de patrimônio	2.631.705	-	-	-	-	-	2.631.705	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	10.578.691	7.475.012	3.585.485	1.260.606	-	7.018.403	29.918.197	7,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.532.378	57.727.291	55.012.123	51.713.899	12.465.248	24.289.730	210.740.669	20,9%
Total	60.940.875	81.015.473	72.159.647	72.399.156	48.692.171	33.703.567	368.910.889	15,5%
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito	434.853	14.418.896	13.719.558	4.663.551	777.383	1.059.385	35.073.626	8,4%
Depósitos de clientes	41.094.568	39.996.790	20.421.839	63.229.707	17.608.936	6.243.090	188.594.930	7,3%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	10.833.946	20.715.152	16.817.641	5.621.656	23.623	54.012.018	7,3%
Dívidas subordinadas	-	721.196	3.006.549	2.336.613	5.587.196	267.597	11.919.151	8,7%
Outros passivos financeiros	254.666	16.795.033	61.924	264.858	-	-	17.376.481	-
Total	41.784.087	82.765.861	57.925.022	87.312.370	29.595.171	7.593.695	306.976.206	7,5%
Diferença (ativo e passivo)	19.156.788	(1.750.388)	14.234.625	(14.913.214)	19.097.000	26.109.872	61.934.683	
	2011						Total	Taxa Média
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Em milhares de Reais 3 a 5 anos	Após 5 anos		
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	48.330.086	10.073.723	7.534.194	-	-	-	65.938.003	11,3%
Instrumentos de dívida	-	6.498.289	5.795.261	25.972.025	12.507.634	18.118.048	68.891.257	11,0%
Instrumentos de patrimônio	2.130.575	-	-	-	-	-	2.130.575	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.731.172	2.309.372	2.199.399	1.189.022	1.919.282	6.341.427	19.689.674	9,7%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	10.113.580	44.546.345	59.788.958	52.036.749	19.390.744	8.308.061	194.184.437	23,7%
Total	66.305.413	63.427.729	75.317.812	79.197.796	33.817.660	32.767.536	350.833.946	17,9%
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito	618.585	29.430.719	12.555.672	6.923.632	1.043.065	955.348	51.527.021	9,2%
Depósitos de clientes	37.035.145	40.490.745	19.044.846	56.390.445	15.123.854	6.388.856	174.473.891	9,6%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	3.389.679	16.130.779	15.781.068	3.204.393	84.504	38.590.423	8,8%
Dívidas subordinadas	-	-	-	5.402.364	5.269.434	236.546	10.908.344	11,2%
Outros passivos financeiros	176.974	15.461.434	45.819	267.780	-	-	15.952.007	-
Total	37.830.704	88.772.577	47.777.116	84.765.289	24.640.746	7.665.254	291.451.686	9,5%
Diferença (ativo e passivo)	28.474.709	(25.344.848)	27.540.696	(5.567.493)	9.176.914	25.102.282	59.382.260	
	2010						Total	Taxa Média
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Em milhares de Reais 3 a 5 anos	Após 5 anos		
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	44.343.701	7.966.178	4.490.272	-	-	-	56.800.151	11,0%
Instrumentos de dívida	-	6.705.785	3.455.031	36.393.309	6.947.815	8.754.287	62.256.227	11,5%
Instrumentos de patrimônio	22.435.327	-	-	-	-	-	22.435.327	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.735.109	1.747.182	2.319.266	946.794	3.716.619	8.533.246	22.998.216	6,7%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.744.791	37.616.374	51.095.094	45.347.623	10.536.509	6.217.932	160.558.323	21,3%
Total	82.258.928	54.035.519	61.359.663	82.687.726	21.200.943	23.505.465	325.048.244	15,1%
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito	856.322	19.304.849	10.358.095	10.669.471	524.889	677.946	42.391.572	6,0%
Depósitos de clientes	46.603.707	28.910.116	26.300.047	58.599.472	4.401.853	3.134.006	167.949.201	9,7%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	3.194.214	6.446.755	7.422.491	2.482.347	540.838	20.086.645	10,4%
Dívidas subordinadas	-	-	-	3.010.208	1.902.811	4.782.086	9.695.105	10,9%
Outros passivos financeiros	2.432.612	10.608.134	20.440	157.062	-	-	13.218.248	-
Total	49.892.641	62.017.313	43.125.337	79.858.704	9.311.900	9.134.876	253.340.771	9,2%
Diferença (ativo e passivo)	32.366.287	(7.981.794)	18.234.326	2.829.022	11.889.043	14.370.589	71.707.473	

Notas Explicativas**e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos**

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2012		2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	109.310	-	71.341	-	66.065	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	1.025.541	1.609.662	1.441.332	1.370.402	1.127.863	1.050.380
Ativos financeiros disponíveis para venda	406.900	-	701.636	-	1.057.000	-
Empréstimos e recebíveis	12.902.249	-	22.060.787	-	21.437.906	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	30.434.449	-	27.087.602	-	22.926.205
Total	14.444.000	32.044.111	24.275.096	28.458.004	23.688.834	23.976.585

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais Ativo	2012		2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	29.913.132	29.906.104	19.628.861	19.535.160	22.658.520	22.658.520
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	196.774.297	196.774.301	183.066.268	183.202.428	151.366.561	151.536.439
Instrumentos de dívida (nota 6)	269.612	269.612	62.062	58.043	81.444	87.208
Total	226.957.041	226.950.017	202.757.191	202.795.631	174.106.525	174.282.167

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais Passivo	2012		2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:						
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	35.073.626	35.073.722	51.527.021	51.524.429	42.391.572	42.391.572
Depósitos de clientes (nota 17) (*)	188.594.930	188.626.476	174.473.891	174.496.664	167.949.201	167.953.896
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	54.012.018	54.857.848	38.590.423	38.564.263	20.086.645	20.054.667
Dívidas subordinadas (nota 19)	11.919.151	12.115.792	10.908.344	10.908.344	9.695.105	9.695.105
Outros passivos financeiros (nota 20)	17.376.481	17.376.481	15.952.007	15.952.007	13.218.248	13.218.248
Total	306.976.206	308.050.319	291.451.686	291.445.707	253.340.771	253.313.488

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações financeiras de curto prazo - As aplicações financeiras de curto prazo incluem as aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.

- Operações de crédito - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.

- Depósitos - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por empréstimos de longo prazo - Os valores justos de obrigações por empréstimos de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

g) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.373.881, sendo R\$606.154 em até 1 ano, R\$1.511.332 entre 1 a 5 anos e R\$256.395 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.262 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício foram no valor de R\$620.542.

Os contratos de aluguéis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

h) Acordos de compensação e liquidação de obrigações

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

Notas Explicativas

i) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

j) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Receitas com juros e similares	52.660.682	51.736.080	40.909.204
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	7.753.426	7.339.498	6.835.508
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(16.475.615)	(9.381.549)	(8.233.810)
Outras Receitas e Despesas	(2.459.152)	(3.130.081)	(255.603)
Despesas com juros e similares	(20.968.812)	(23.834.316)	(16.814.126)
Insumos de Terceiros	(5.432.011)	(5.167.970)	(4.770.667)
Material, Energia e Outros	(553.242)	(546.277)	(500.107)
Serviços de Terceiros	(4.431.119)	(4.150.735)	(3.882.909)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(38.352)	(38.646)	(20.600)
Outros	(409.298)	(432.312)	(367.051)
Valor Adicionado Bruto	15.078.518	17.561.662	17.670.506
Retenções			
Depreciações e Amortizações	(1.831.100)	(1.462.034)	(1.237.410)
Valor Adicionado Líquido Produzido	13.247.418	16.099.628	16.433.096
Resultado de Participações em Coligadas e empreendimentos conjuntos	73.322	54.216	43.942
Valor Adicionado Total a Distribuir	13.320.740	16.153.844	16.477.038
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal	6.239.564	5.834.152	5.176.648
Remuneração	4.315.936	4.277.370	3.807.526
Benefícios	1.097.942	950.534	871.489
FGTS	332.192	319.947	285.373
Outras	493.494	286.301	212.260
Impostos, Taxas e Contribuições	1.004.069	2.022.895	3.452.290
Federais	949.740	1.971.487	3.406.285
Estaduais	1.005	879	656
Municipais	53.324	50.529	45.349
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	617.829	540.944	465.526
Remuneração de Capitais Próprios	5.459.278	7.755.853	7.382.574
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.178.950	2.901.160	3.540.000
Reinvestimentos de Lucros	3.269.710	4.846.765	3.842.093
Lucro atribuível às participações não-controladoras	10.618	7.928	481
Total	13.320.740	16.153.844	16.477.038

43. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.
- Gestão de Ativos e Seguros.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Notas Explicativas

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2012			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
Demonstração (Condensada) do Resultado				
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	29.308.392	2.286.758	96.720	31.691.870
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.736	-	-	93.736
Resultado de equivalência patrimonial	73.322	-	-	73.322
Receita líquida de tarifas e comissões	6.674.537	731.898	346.991	7.753.426
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(654.220)	478.627	5.419	(170.174)
Outras receitas (despesas) operacionais	(636.655)	(23.833)	35.497	(624.991)
TOTAL DE RECEITAS	34.859.112	3.473.450	484.627	38.817.189
Despesas com pessoal	(6.519.030)	(537.365)	(70.391)	(7.126.786)
Outras despesas administrativas	(5.828.316)	(226.323)	(22.223)	(6.076.862)
Depreciação e amortização	(1.699.576)	(107.186)	(24.338)	(1.831.100)
Provisões (líquidas)	(2.190.552)	5.537	(21.513)	(2.206.528)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(16.404.484)	(71.131)	-	(16.475.615)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(38.335)	-	(17)	(38.352)
Outros ganhos (perdas) financeiros	448.805	-	-	448.805
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	2.627.624	2.536.982	346.145	5.510.751

Outros:				
Total em ativos	365.304.160	52.783.404	2.997.399	421.084.963
Empréstimos e adiantamentos a clientes	161.025.613	35.726.189	22.495	196.774.297
Depósitos de clientes	168.315.452	18.720.305	1.559.173	188.594.930

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$1.437.250 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2012, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.064.874.

Em milhares de Reais	2011			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
Demonstração (Condensada) do Resultado				
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	24.971.366	2.589.070	341.328	27.901.764
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.727	-	-	93.727
Resultado de equivalência patrimonial	54.216	-	-	54.216
Receita líquida de tarifas e comissões	6.191.891	796.350	351.257	7.339.498
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais	(753.198)	513.041	5.134	(235.023)
Outras receitas (despesas) operacionais	(695.387)	(29.304)	345.273	(379.418)
TOTAL DE RECEITAS	29.862.615	3.869.157	1.042.992	34.774.764
Despesas com pessoal	(6.031.433)	(525.525)	(86.773)	(6.643.731)
Outras despesas administrativas	(5.431.219)	(242.032)	(55.650)	(5.728.901)
Depreciação e amortização	(1.331.287)	(105.780)	(24.967)	(1.462.034)
Provisões (líquidas)	(3.024.150)	2.866	(40.179)	(3.061.463)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.334.483)	(47.066)	-	(9.381.549)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(33.743)	(4.707)	(196)	(38.646)
Outros ganhos (perdas) financeiros	452.096	-	-	452.096
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	5.128.396	2.946.913	835.227	8.910.536

Outros:				
Total em ativos	345.579.236	51.045.367	3.261.479	399.886.082
Empréstimos e adiantamentos a clientes	148.372.380	34.653.359	40.529	183.066.268
Depósitos de clientes	150.404.639	22.471.578	1.597.674	174.473.891

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Os efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2011, geraram perdas de R\$1.646.212.

Em milhares de Reais	2010			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
Demonstração (Condensada) do Resultado				
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21.301.329	2.501.318	292.431	24.095.078
Receitas de instrumentos de patrimônio	51.721	-	-	51.721
Resultado de equivalência patrimonial	43.942	-	-	43.942
Receita líquida de tarifas e comissões	5.529.572	891.897	414.039	6.835.508
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	1.550.319	244.408	80.323	1.875.050
Outras receitas (despesas) operacionais	(596.271)	(29.992)	278.264	(347.999)
TOTAL DE RECEITAS	27.880.612	3.607.631	1.065.057	32.553.300
Despesas com pessoal	(5.354.100)	(512.097)	(59.979)	(5.926.176)
Outras despesas administrativas	(5.003.189)	(215.499)	(85.738)	(5.304.426)
Depreciação e amortização	(1.129.919)	(57.718)	(49.773)	(1.237.410)
Provisões (líquidas)	(1.940.727)	4.039	(37.638)	(1.974.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.225.451)	(8.359)	-	(8.233.810)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.601)	-	1	(20.600)
Outros ganhos (perdas) financeiros	139.951	-	-	139.951
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	6.346.576	2.817.997	831.930	9.996.503

Outros:				
Total em ativos	308.973.195	40.139.949	25.549.539	374.662.683
Empréstimos e adiantamentos a clientes	121.175.888	30.149.793	40.880	151.366.561
Depósitos de clientes	144.385.872	22.180.522	1.382.807	167.949.201

(1) Foram registrados ganhos de R\$272.131.

Notas Explicativas

44. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 23 de março de 2012, aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2012, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2012	2011	2010
Remuneração fixa	46.827	46.501	42.406
Remuneração variável ⁽¹⁾	114.866	162.154	133.649
Outros	12.469	11.709	8.490
Total Benefícios de curto prazo	174.162	220.364	184.545
Remuneração baseada em ações ⁽²⁾	34.431	18.067	29.083
Total Benefícios de longo prazo	34.431	18.067	29.083
Total ⁽³⁾	208.593	238.431	213.628

(1) Em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.
(2) Em 25 de Outubro de 2011, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos em consonância com a Resolução do CMN 3.921, de 25 de novembro de 2010.
(3) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, foi pago aos Administradores da Santander Asset o montante de R\$6.292 e em 2011 e 2010, foram pagos aos Administradores da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e da Santander Asset R\$8.312 e R\$6.667, respectivamente.

Adicionalmente, em 2012, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$46.001 (2011 - R\$22.205 e 2010 - R\$22.945).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos conselhos de administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010:

	2012					
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Acionistas						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	61.606.700	29,0%	51.386.053	27,7%	112.992.753	28,4%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,9%	86.492.330	46,6%	186.019.413	46,7%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	173.703	0,1%	159.213	0,1%	332.916	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.758.700	23,9%	47.647.623	25,6%	98.406.323	24,7%
Total	212.272.850	100,0%	185.685.219	100,0%	397.958.069	100,0%

	2011					
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Acionistas						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	72.876.994	34,3%	61.631.776	33,2%	134.508.770	33,8%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.538.079	17,7%	35.628.926	19,2%	73.167.005	18,4%
Total	212.450.478	100,0%	185.846.700	100,0%	398.297.178	100,0%

Notas Explicativas

Ações	2010		2010		Total de	Total de
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	ações (milhares)	Ações (%)
Acionistas						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,3%	63.531.986	34,2%	138.499.211	34,8%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding ⁽¹⁾⁽²⁾	206.663	0,1%	-	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,7%	35.957.557	19,2%	73.857.384	18,4%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela Santander Insurance Holding, S.L. sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

c.1) Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social. Em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

c.2) Vendas de ADRs do Banco Santander Espanha e Aumento do Free Float

Em 22 de março de 2012 o Santander Espanha informou ao Banco Santander que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/2002, e conforme o compromisso firmado de atingir o "free-float" de 25% do capital social do Banco Santander, reduziu a sua participação no capital social do Banco Santander em 5,76%, o que resultou no aumento do "free-float" do Banco Santander para 24,12%, na ocasião. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) foi resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Banco Santander efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos.

c.3) Prorrogação do prazo para atingir o percentual mínimo de ações em circulação (free float) de 25%

Em 9 de outubro de 2012, o Banco Santander comunicou ao mercado, que a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, deferiu o pleito do Banco Santander e de seus acionistas controladores para prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação (free float) de 25% para 7 de outubro de 2013, que poderá ser prorrogável por mais um ano, sob determinadas condições.

Conforme informado pelo acionista controlador, pretende-se atingir a diferença existente entre o atual percentual e o percentual mínimo de ações em circulação, por meio da realização de venda ou entrega de ações de sua emissão através de negociações privadas junto a determinados investidores qualificados no mercado brasileiro ou no mercado exterior (inclusive sob a forma de American Depositary Receipts - "ADRs") e/ou emissão de novas ações.

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Notas Explicativas

As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais						
	Controladora ⁽¹⁾	2012 Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾	Controladora ⁽¹⁾	2011 Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	9.547.642	1.087.901	(163.065)	303.062	823.543	209.040
Derivativos para negociação, posição líquida	(135.291)	-	(742.972)	(25.639)	-	(442.496)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(135.291)	-	-	(25.639)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(399.110)	-	-	(308.821)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(68.552)	-	-	(39.102)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(275.310)	-	-	(94.573)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações "Overnight")	9.528.869	-	1.190	227.724	-	1.097
Banco Santander, S.A. – Espanha ^{(3) (6)}	9.528.869	-	-	227.724	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.139	-	-	1.097
Banco Santander, S.A. – México	-	-	51	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Outros	7.284	1.087.129	210.330	95.539	822.928	266.568
Banco Santander – Espanha	7.284	-	-	95.539	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	-	-	-	262.818
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.086.756	-	-	822.606	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	373	-	-	322	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	-	-	-	1.369
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	-	-	-	2.381
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	75.445	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	134.885	-	-	-
Outros ativos	146.780	772	368.387	5.438	615	383.871
Banco Santander – Espanha	146.780	-	-	5.438	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	772	-	-	615	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	17.068	-	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	317.233	-	-	326.637
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	34.024	-	-	-
Outros	-	-	62	-	-	57.234
Passivo	(939.913)	(16.280)	(446.577)	(2.112.183)	(15.213)	(689.715)
Depósitos de instituições de crédito	(170.845)	(16.280)	(34.825)	(1.200.207)	(15.213)	(171.371)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽⁴⁾	(170.845)	-	-	(1.200.207)	-	-
Grupo Banesto: Sociedades consolidables	-	-	-	-	-	(167.081)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(12.762)	-	-	(10.348)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(29.190)	-	-	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.518)	-	-	(4.865)	-
Outros	-	-	(5.635)	-	-	(4.290)
Depósitos de clientes	-	-	(385.659)	-	-	(428.750)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(98.324)	-	-	(110.341)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(42.489)	-	-	(47.970)
Universia Brasil S.A.	-	-	(80)	-	-	(310)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(239.067)	-	-	(223.367)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	-	(31.062)
Outros	-	-	(5.699)	-	-	(15.700)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(765.524)	-	(562)	(908.004)	-	(3.615)
Banco Santander, S.A. – Espanha	-	-	-	(7.772)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(236.246)	-	-	(379.617)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(562)	-	-	(553)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	(529.278)	-	-	(520.615)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	-	-	-	(3.062)
Outras obrigações	(3.544)	-	(25.007)	(3.972)	-	(85.979)
Banco Santander – Espanha	(3.544)	-	-	(3.972)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	-	-	-	(9.257)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(24.079)	-	-	(74.772)
Outros	-	-	(928)	-	-	(1.950)

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

	Controladora ⁽¹⁾	2010 Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	4.324.857	270.462	155.117
Derivativos para negociação, posição líquida	35.513	-	(125.147)
Banco Santander – Espanha	35.513	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(118.521)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(33.076)
Outros	-	-	26.450
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações "Overnight")	4.245.332	-	729
Banco Santander, S.A. – Espanha ^{(3) (6)}	4.245.332	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	729
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Outros	16.922	269.667	279.535
Banco Santander – Espanha	16.922	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	258.261
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	263.559	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	6.108	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	18.817
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	2.457
Outros ativos	27.090	795	-
Banco Santander – Espanha	27.090	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	529	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	266	-
Passivo	(3.877.652)	(76.340)	(2.376.188)
Depósitos de instituições de crédito	(2.167.452)	(76.340)	(1.940.158)
Banco Santander – Espanha ⁽⁴⁾	(2.167.452)	-	-
Grupo Banesto: Sociedades consolidables	-	-	(75.477)
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. ⁽⁵⁾	-	-	(1.857.963)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(73.270)	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.070)	-
Outros	-	-	(6.718)
Depósitos de clientes	-	-	(382.407)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(129.500)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(43.439)
Universia Brasil S.A.	-	-	(3.218)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito	-	-	(198.236)
Outros	-	-	(8.014)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a	(1.703.847)	-	(1.037)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(726.925)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(1.037)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	(976.922)	-	-
Outras obrigações	(6.353)	-	(52.586)
Banco Santander – Espanha	(6.353)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(52.358)
Outros	-	-	(228)

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 28 de dezembro 2012, refere-se a disponibilidades no valor de R\$83.027 (2011 - R\$227.724 e 2010 - R\$315.203) e aplicações em "overnight", no valor de R\$9.445.842 com vencimento em 2 janeiro de 2013, juros de 0,17%a.a. e 0,10%a.a (2010 - R\$3.930.129 com vencimento em 3 janeiro de 2011 e juros de 0,22% a.a.).

(4) Em 28 de dezembro 2012, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R\$156.063, com vencimento até janeiro de 2015 e juros entre 0,39% e 5,82%a.a. (2011 - R\$1.200.207, com juros entre 0,39% e 5,82% a.a. e 2010 - R\$2.167.452, com juros entre 0,25% e 7,89%a.a.) e à captação de recursos através de depósitos a prazo, no valor de R\$9.895, com vencimento em 27 de dezembro de 2012 e juros de 3,63% a.a. e Depósito a vista no exterior de R\$4.887.

(5) Em 2010, refere-se a captação de recursos através de depósitos a prazo (Time Deposits) com vencimento em 28 de fevereiro de 2011 e juros de R\$1,76% a.a.

(6) Em 28 de dezembro de 2012, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight): aplicações da Agência Grand Cayman do Banco, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque) com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros de 0,17% a.a. e aplicações da subsidiária Santander Brasil EFC junto ao Banco Santander Espanha com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros de 0,10% a.a.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

	Controladora ⁽¹⁾	2012 Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾	Controladora ⁽¹⁾	2011 Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(90.347)	74.851	(742.313)	(272.122)	69.935	(414.964)
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	12.177	59.546	-	5.046	50.771	267
Banco Santander Espanha	12.177	-	-	5.046	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	-	-	-	14
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	59.546	-	-	50.771	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	-	-	-	253
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	(33.562)	-	(16.659)	-	-	(38.667)
Banco Santander Espanha	(33.562)	-	-	-	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(5.697)	-	-	(10.551)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(3.000)	-	-	(3.841)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(6.927)	-	-	(21.777)
Outros	-	-	(1.035)	-	-	(2.498)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(4.954)	(297)	-	(15.311)	(620)	(5.044)
Banco Santander – Espanha	(4.954)	-	-	(15.311)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(297)	-	-	(620)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	-	-	-	(5.013)
Outros	-	-	-	-	-	(31)
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.773)	-	-	(1.789)	-	-
Banco Santander – Espanha	(1.773)	-	-	(1.789)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	19.620	15.602	127.215	(14.820)	13.262	56.224
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	11.016	-	-	10.118	-
Banco Santander – Espanha	19.620	-	-	(14.820)	-	-
Aviación Centaurus, A.I.E.	-	-	-	-	-	11.928
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	99.665	-	-	35.785
Outros	-	4.586	27.550	-	3.144	8.511
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(81.598)	-	(406.780)	(245.096)	6.522	(505.726)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(81.598)	-	-	(245.096)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	82.027	-	-	(38.238)
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	-	-	-	160
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(472.744)	-	-	(342.975)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(40.666)	-	-	(91.726)
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	-	-	-	(11.714)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	-	-	-	6.522	-
Outros	-	-	24.603	-	-	(21.233)
Despesas administrativas e amortização	(257)	-	(446.089)	(152)	-	(278.679)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90.283)	-	-	(54.104)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(139.516)	-	-	(103.991)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(3.799)	-	-	(4.814)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	(21.500)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(41.442)	-	-	(32.209)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(24.707)	-	-	(23.629)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(99.739)	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(21.310)	-	-	(89)
Zurich Santander Insurance America, S.L.	-	-	(915)	-	-	(12.151)
Outros	(257)	-	(24.378)	(152)	-	(26.192)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	-	-	-	-	-	424.292
Zurich Santander Insurance America, S.L.	-	-	-	-	-	424.292

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

	Controladora ⁽¹⁾	2010 Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado			
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	2.384	39.395	1.029
Banco Santander – Espanha	2.384	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	1.029
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	38.545	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	850	-
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(29.277)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(9.359)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.736)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(16.166)
Outros	-	-	(1.016)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(47.134)	(526)	(32.676)
Banco Santander – Espanha	(47.134)	-	-
Abbey National Beta Investments Limited	-	-	(7.415)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(526)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(25.143)
Outros	-	-	(118)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	73.975	6.770	9.449
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	6.327	-
Banco Santander, S.A. – Espanha	73.975	-	-
Aviación Centaurus, A.I.E.	-	-	9.449
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	-
Outros	-	443	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais (líquidos)	(44.953)	-	(42.090)
Banco Santander – Espanha	(44.953)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	32.489
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	188
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(86.572)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	14.763
Outros	-	-	(2.958)
Despesas administrativas e amortização	-	-	(337.190)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(50.320)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(108.741)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(5.491)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(21.256)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(19.722)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(15.868)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(89.629)
Outros	-	-	(26.163)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

45. Gestão do risco

A gestão de riscos no Banco Santander é baseada nos mesmos princípios aplicáveis a todo o Grupo mundialmente:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho. A unidade de risco local mantém sua independência com uma comunicação direta com a unidade de riscos corporativa.
- Compromisso em apoiar o negócio, colaborando sem menosprezar o princípio anterior, para a consecução dos objetivos comerciais mantendo a qualidade do risco. Para isso, a estrutura organizacional de riscos busca a cooperação entre os gestores de negócio e riscos.
- Decisões tomadas coletivamente (inclusive no nível das agências), que garantem o contraste de opiniões, evitando as decisões exclusivamente individuais.
- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos etc.
- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias.
 - Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados.
 - Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

No Banco, o processo de controle e gestão de riscos foi estruturado tomando como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrita de acordo com as seguintes fases:

- Adaptação das estruturas e políticas de gestão que refletem os princípios de gestão de risco do Grupo Santander.

A Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos), tem a função de estabelecer os princípios e as normas que regem as atividades de risco do Banco, com base nos modelos corporativos de organização e gestão.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar. O modelo de gestão contém os pilares básicos da gestão de risco, os canais para o planejamento e a definição de metas, o orçamento e o processo de definição de limites de risco, o controle das operações, a estrutura de emissão de relatórios de risco para a Alta Administração e o modelo de referência tecnológica para a gestão de risco.

Notas Explicativas

Identificação e avaliação das exposições, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.

- Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pelos chefes de todos os níveis da Administração do Santander.

Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas de risco aprovadas e os limites de risco definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima) já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para segmentos locais, modelos baseados em classificações e scorings internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão sendo integrados na gestão de riscos.

- Modelos baseados em classificações e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda esperada, com base nas estimativas Loss Given Default ou Perda Decorrente de Inadimplência (LGD).
- Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

O Banco pretende utilizar os modelos internos para o cálculo do capital obrigatório (regulamentar) e para isso estabeleceu um cronograma de comum acordo com o supervisor local. O Banco definiu uma estrutura de governança do Acordo da Basileia II e para isso designou os recursos humanos e tecnológicos necessários para satisfazer as exigências estritas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

Os comitês de riscos do Banco Santander são definidos em sintonia com os padrões corporativos e estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco.

O Comitê Executivo de Riscos Brasil tem níveis de aprovação alinhados com as diretrizes globais do Comitê de Riscos do Banco Santander Espanha e possui as seguintes responsabilidades:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio.
- Aprovar propostas e operações e limites de clientes e carteiras;
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado, Risco País, clientes do segmento Atacado (inclusive os de relacionamento global) e temas de varejo (Programas de Gestão de Crédito);
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;
- Garantir que a atuação do Banco seja consistente com o nível de tolerância a riscos, previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho, e alinhadas com as políticas do Grupo Santander; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócio tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e ao Diretor Corporativo de Riscos do Grupo Santander.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controles relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O Banco desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou por agregado de operações semelhantes.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre clientes individualizados e clientes padronizados:

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento do Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido. O cliente está carteirizado em um analista de riscos que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com a normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Notas Explicativas

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como low default portfólios. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista e ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão padronizada, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco Probability of Default ou Perda Provável (PD e LGD) devem ser baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes.

Para as carteiras com um histórico interno de baixa inadimplência, como no caso de bancos, risco soberano ou clientes globais de atacado, os parâmetros são estimados com base em informações do mercado de CDS e com âmbito global, aproveitando a presença internacional do Grupo Santander (low default portfólios).

Para as carteiras restantes, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco. No caso das carteiras de varejo o rating é estimado em função de modelos que utilizam as informações de comportamento dos clientes e dados dos cadastros externos disponíveis, em quanto que a PD é calculada com base nos casos de operações com atrasos superiores a 90 dias.

O cálculo da LGD baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta as garantias associadas ao crédito, e receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação.

Os parâmetros estimados são então atribuídos aos créditos adimplentes. No caso de carteiras de baixa inadimplência, que também são carteiras de gestão global, os parâmetros são atribuídos da mesma forma para todas as unidades do Banco.

Inversamente, cada unidade tem um sistema específico de scoring para as carteiras de varejo, o que exige a realização de estimativas separadas e a atribuição de parâmetros, adaptada conforme o caso.

Escala mestre de ratings

Para obter ratings internos equivalentes nos diferentes modelos disponíveis – corporativo, risco soberano, instituições financeiras e outros segmentos – e permitir a sua comparação com ratings externos de agências de classificação de risco, o Banco possui a chamada escala mestre de ratings.

A equivalência é estabelecida através da probabilidade de inadimplência associada a cada rating. As PDs calibradas internamente são comparadas com as taxas de inadimplência associadas aos ratings externos periodicamente publicados pelas agências de classificação de risco.

Rating interno	Probabilidade de inadimplência	Equivalência com:	
		Standard & Poor's	Moody's
9,3	0,017%	AAA	Aaa
9,2	0,018%	AA+	Aa1
9,0	0,022%	AA	Aa2
8,5	0,035%	AA-	Aa3
8,0	0,06%	A+	A1
7,5	0,09%	A	A2
7,0	0,14%	A-	A3
6,5	0,23%	BBB+	Baa1
6,0	0,36%	BBB+	Baa2
5,5	0,57%	BBB-	Baa3
5,0	0,92%	BB+	Ba1
4,5	1,46%	BB	Ba2
4,0	2,33%	BB/BB-	Ba2/Ba3
3,5	3,71%	BB-/BB+	Ba3/B1
3,0	5,92%	B+/B	B1/B2
2,5	9,44%	B	B2
2,0	15,05%	B-	B3
1,5	24,00%	CCC	Caa1
1,0	38,26%	CC/C	Caa1/Caa2

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Para complementar a utilização dos modelos avançados previamente descritos (vide dados relacionados em "Capital Econômico"), são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, fundamentada na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

Notas Explicativas

b.4) Ciclo de risco de crédito

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre, conforme o caso, os riscos incorridos nas operações do Banco. As partes envolvidas no processo são as áreas tomadoras de risco e a Alta Administração, além da área de risco.

O processo começa na Alta Administração, através do Conselho de Administração e do Comitê de Risco, que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de poderes, além de aprovar e supervisionar a atuação da área de risco.

O ciclo de risco contém três fases diferentes: pré-venda, venda e pós-venda:

- Pré-venda: fase que inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do apetite de risco do Banco, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites.

- Venda: trata-se da fase de tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas.

- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

O limite de risco é um processo dinâmico que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração interesse por riscos (apetite de riscos) e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar a relação risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (retorno ajustado ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice Presidência de Risco tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma que sejam tomadas ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado "firmas sob vigilância especial" (FEVE, sigla em espanhol) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

O rating atribuído é revisado pelo menos anualmente, mas, caso seja detectada qualquer debilidade ou em virtude do próprio rating, a periodicidade deve ser aumentada.

No caso dos riscos de clientes, com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

b.5) Função de controle de risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do processo de risco, de sua qualidade e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco são controladas de forma contínua e sistemática contra o orçamento, limites e benchmarks, e os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

Notas Explicativas

b.5.1) Recuperação de Crédito

O Departamento de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco Santander. As estratégias e os canais de atuação de cobrança são definidos de acordo com as análises que mostram a maior eficiência na recuperação. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Os clientes com probabilidade de efetuar o pagamento são classificados com de baixo risco, e uma maior atenção é dada à manutenção de um saudável relacionamento com eles. Os clientes com pouca probabilidade de efetuar o pagamento, por sua vez, são classificados com de alto risco, e passam a ser acompanhados de maneira próxima. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

Vendas de carteira de créditos inadimplidos, com foco em operações em situação de prejuízo, também são realizadas periodicamente através de processos de leilão, nos quais se avaliam as condições e características das operações para sua avaliação, sem retenção de risco.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira.

Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Área de Riscos atua juntamente com a Área Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente e de sua cadeia de valor verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Química, Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco Santander. A nossa experiência mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

b.7) Principais variações em 2012

A integração de sistemas e a busca por agilidade e simplicidade no dia a dia das nossas operações resultaram em um novo modelo de riscos, consolidado em 2012, em uma única plataforma tecnológica, o que nos permitiu otimizar processos e melhorar o prazo de aprovação de crédito para nossos clientes. O novo modelo trouxe ganhos de sinergia importantes para a análise de crédito como mais alçada à equipe comercial do Varejo e novos modelos de score, sem perder a qualidade do crédito e a prudência que sempre caracterizou nossa política de riscos.

Com isso, reforçamos nossa estrutura regionalizada e ficamos mais bem preparados para crescer e ganhar mercado, dando apoio à estratégia comercial do Santander no Brasil. Dessa forma, conseguimos fechar o ano com resultados acima do mercado, revertendo a tendência dos primeiros meses.

Em 2012, trabalhamos também na recuperação de crédito, especialmente por conta do aumento da inadimplência. Reforçamos os controles e a orientação que oferecemos a nossos clientes com o objetivo de garantir que eles tenham acesso a produtos e serviços condizentes com os seus rendimentos. Para isso, criamos uma equipe de especialistas preparados para entender a realidade dos clientes e, assim, oferecer soluções para todos os tipos de situação.

Mesmo diante desse contexto, continuamos adotando uma estratégia expansiva de crédito, apoiada no momento positivo da economia brasileira e na nossa política de riscos. Um dos diferenciais dessa política é o envolvimento da alta direção na tomada de decisão. As discussões acontecem no Comitê de Riscos e as resoluções são definidas de forma colegiada para garantir o maior alinhamento. Outro ponto importante é a independência da equipe em relação à área de negócios, o que permite decisões mais assertivas e reduz o risco de crédito.

Na parte de riscos socioambientais, o ano de 2012 foi importante para consolidarmos nossas práticas e melhorarmos processos, aumentando o rigor nos controles das áreas mais críticas do setor produtivo.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2012	2011	2010
Exposição ao risco de Crédito - clientes (*) (Milhares de Reais)	238.803.816	216.756.389	183.121.435
Índice de empréstimos inadimplentes (%)	7,58%	6,73%	5,82%
Índice de cobertura impairment (perda do valor recuperável) (%)	87,45%	85,52%	98,32%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (**) (Milhares de Reais)	14.041.987	11.179.835	9.191.762
Custo do crédito (% do risco)	7,25%	4,76%	4,86%

Dados preparados de acordo com o critério de gestão de acordo com o critério contábil da unidade do controlador.

(*) Inclui empréstimos brutos e adiantamentos a clientes, garantias e créditos documentários.

(**) RAWO = Recoveries of Assets Written Off (Recuperação de Ativos Baixados).

Notas Explicativas

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value At Risk - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assuma risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- Riscos estruturais:
 - i. Risco estrutural de câmbio/coertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o real (cobertura de resultados).
 - ii. Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Tesouraria é responsável por gerenciar as posições tomadas na atividade de intermediação financeira.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais centralmente através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO nos respectivos países e, em última análise, pelo Comitê de Mercados da Matriz.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo Bacen.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2012 foi a Value at Risk (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida. Ele é utilizado pela sua facilidade de cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitem obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente. Preparar uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do underlying (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao spread, jump-to-default e concentrações de posições por nível de classificação.

Notas Explicativas

Com relação ao risco de crédito da carteira de negociação (quando existe mercado de negociação para o mesmo), e na manutenção das recomendações feitas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, foi introduzida uma medida adicional, o "Incremental Risk Charge" (IRC), para cobrir o risco de inadimplência não mensurado adequadamente no VaR, por meio da variação de preços de mercado dos respectivos spreads de crédito. Os instrumentos afetados são basicamente títulos de renda fixa, derivativos sobre títulos (futuros, opções, etc.) e derivativos de crédito (swaps de inadimplência, títulos lastreados por ativos, etc.). O método usado para calcular o IDR, e definido globalmente para o Grupo Santander.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco para a atividade de balanço e carteiras de investimento é calculado aplicando-se o mesmo padrão aplicado às atividades de intermediação financeira: simulação histórica com um intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. São efetuados ajustes estatísticos que permitem incorporar de forma rápida e eficiente os acontecimentos mais recentes que condicionam os níveis de riscos assumidos.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. O Banco monitora permanentemente os perfis máximos de defasagem temporal.

As medidas utilizadas para controlar o risco de liquidez na gestão de balanço são o gap de liquidez, os índices de liquidez, os cenários de estresse e os planos de contingência.

Gap de liquidez

O gap de liquidez informa os fluxos de pagamentos e recebimentos no horizonte de tempo das contas ativas, passivas (nota 42.d) e extrapatrimoniais do balanço, possibilitando a análise dos descasamentos existentes entre as expectativas de entradas e saídas de recursos do Banco.

O gap de liquidez é elaborado e analisado em dois segmentos distintos: gap de liquidez em moeda local e gap de liquidez em moeda estrangeira, em que o caixa disponível, os fluxos de pagamentos/recebimentos e as estratégias são segregados em moeda local e estrangeira, respectivamente.

O Banco elabora três tipos de gap de liquidez:

1 - Gap de liquidez contratual

O gap de liquidez contratual demonstra os fluxos de vencimentos contratuais de forma consolidada dos principais produtos do Banco e os descasamentos existentes. Informa também a liquidez disponível a um dia e o consumo ou incremento da liquidez no período.

2 - Gap de liquidez operacional

Acompanhamento e gestão do caixa realizados diariamente, levando-se em consideração a situação de mercado, vencimentos e renovações de ativos e passivos, necessidade de curto prazo de liquidez e eventos específicos.

3 - Gap de liquidez projetado

Com base no gap de liquidez contratual, novos fluxos de vencimentos são projetados levando-se em consideração o plano orçamentário do Banco.

Índices de liquidez

Complementarmente à análise do gap de liquidez também é elaborado um modelo da liquidez estrutural, cujo objetivo é avaliar o perfil da estrutura das fontes e dos usos dos recursos do Banco e inclui também estudos de índices de liquidez.

Notas Explicativas

Os principais índices de liquidez analisados são:

- Depósitos/Operações de Crédito - mede a capacidade da instituição de financiar operações de crédito com funding mais estáveis e de menor custo.
- Passivos Estáveis/Ativos Permanentes - mede a relação entre o Capital + Outros Passivos Estáveis e os Investimentos + Outros Ativos Permanentes.
- Funding de Mercado/Ativos Totais - mede o percentual dos ativos do Banco que estão sendo financiados com funding pouco estáveis e de maior custo.
- Funding de Mercado Curto Prazo/Funding de Mercado - mede o percentual de perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias) sobre o total de funding pouco estáveis.
- Ativos Líquidos/Funding de Mercado Curto Prazo - mede a relação de comprometimento dos ativos de liquidez imediata e a perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias).

Análise de cenário/plano de contingência

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de Stress.

O Teste de Stress avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de Stress para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez de até 90% por 90 dias em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez:

• Identificação de Crise - A elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez da instituição. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de Stress para Liquidez. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, consequentemente, acionando o Plano de Contingência.

• Comunicação Interna - Após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas.

• Ações Corretivas - São as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:

- Avaliar o tipo e a gravidade da crise;

- Identificar qual o segmento mais impactado;

- Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja, custo financeiro ou custo de imagem.

O ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de stress, da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência semestralmente.

Se ocorrerem condições de mercados adversas, o ALCO pode revisar e aprovar novos modelos, Liquidez Mínima e Plano de Contingência a qualquer momento que se faça necessário.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O back-testing consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de back-testing realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Alta Administração, a fim de evitar riscos não desejados.
3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.
4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.
5. Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

Notas Explicativas

c.7) Riscos e resultados em 2012

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2012 ficou em R\$20,8 milhões (R\$21,7 milhões em 2011 e R\$27,2 milhões em 2010). A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço ⁽¹⁾

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2012, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou negativa em R\$271,62 milhões.

Também no encerramento de 2012, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou negativo em R\$1.532,94 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou R\$9 milhões ao longo do ano de 2012, atingindo o máximo de R\$272 milhões no mês de dezembro. A sensibilidade de valor, aumentou R\$41 milhões durante o ano de 2012. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2012 e influenciaram neste crescimento de sensibilidade, foram:

- Crescimento da carteira de crédito: aumento de R\$84 milhões no MVE;
- Crescimento da duration da carteira de títulos públicos pré-fixados: aumento de R\$94 milhões no MVE;
- Venda de 181.420 futuros de DI (Cash Flow Hedge): diminuição de R\$144 milhões no MVE.

Em milhões de Reais	2012	2011	2010
Sensibilidades			
Margem Financeira	272	263	254
Valor Patrimonial	1.533	1.492	1.249
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	296	252	309

(1) Inclui o total do balanço patrimonial, exceto quanto aos ativos e passivos financeiros mantidos para negociação.

Gestão da liquidez estrutural

A gestão da liquidez estrutural tem como objetivo financiar as atividades recorrentes do Banco em condições ótimas de prazos e custos, evitando, assim, que a instituição assuma riscos de liquidez não desejados.

As principais características da gestão da liquidez estrutural em 2012 foram as seguintes:

- Posição confortável de liquidez estrutural. Como o Santander é um banco fundamentalmente comercial, os depósitos dos clientes constituem a principal fonte de obtenção de liquidez na sua estrutura de financiamento. Esses depósitos, somados ao capital e outros instrumentos similares, permitem ao Banco cobrir a maior parte de suas necessidades de liquidez. Como resultado, as captações no mercado de atacado são moderadas com relação ao tamanho de seu balanço.
- No Brasil, a obrigatoriedade de constituir reserva legal absorve uma parcela considerável da captação.
- Diversificação de instrumentos para obter liquidez. Adicionalmente, as dívidas preferenciais e subordinadas são de longo prazo.
- O balanço local deve ser "autofinanciável".
- Com base nos resultados do teste de stress, mantém-se uma reserva mínima de liquidez.
- A dependência do Santander de captações internacionais não é representativa.
- O objetivo é que as atividades relacionadas com moedas fortes sejam financiadas com captações em moeda forte com terceiros.
- Dadas as turbulências potenciais nesse mercado, o Banco Santander tem mecanismos para utilizar a liquidez local para suportar atividades em moeda forte.
- Alta capacidade de obter liquidez dos itens que compõem o balanço. As posições de títulos do governo são mantidas para fins de gestão da liquidez.
- O Banco executa funções de controle e gestão, o que envolve planejar suas necessidades de recursos, estruturar as fontes de financiamento, melhorar sua diversificação com prazos e instrumentos, e definir planos de contingências.

Na prática, a gestão da liquidez executada pelo Banco consiste no seguinte:

- Anualmente é elaborado um plano de liquidez, com base nas necessidades de financiamento derivadas dos orçamentos de cada negócio. A partir dessas necessidades de liquidez, e trabalhando com limites prudenciais da demanda nos mercados de curto prazo, o Banco traça um plano de emissões e securitizações para o exercício.
- Durante o ano é feito um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento e é atualizado esse plano.
- Controle e análise do risco de liquidez. O principal objetivo é garantir que o mantenha níveis aceitáveis de liquidez para cobrir suas necessidades de financiamento no curto e no longo prazo, em situações normais de mercado. Para isso, o Banco utiliza medidas de controle de balanços, como gap de liquidez e índices de liquidez.

Também são feitas diferentes análises de cenários (ou cenários de stress) nas quais são consideradas necessidades adicionais que poderiam surgir caso certos eventos extremos, porém plausíveis, ocorram. O objetivo é cobrir um amplo espectro de situações que, em maior ou menor grau, podem afetar o Banco, permitindo que a instituição prepare os respectivos planos de contingências.

Notas Explicativas

c.8) Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2012.

Em milhares de Reais

Carteira Negociação		2012		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(11.496)	(238.391)	(476.783)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(11.516)	(78.209)	(156.418)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(3.615)	(530)	(1.059)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(20)	(220)	(440)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(139)	(3.465)	(6.931)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(2.137)	(9.629)	(19.257)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(9.420)	(90.228)	(180.455)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(814)	(20.343)	(40.686)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(557)	(8)	(16)
Total ⁽¹⁾		(39.714)	(441.023)	(882.045)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais

Carteira "Banking"		2012		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(36.192)	(728.811)	(1.372.543)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(9.644)	(205.091)	(386.553)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.462)	(13.098)	(25.872)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(81.689)	(302.486)	(628.257)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(10.432)	(67.027)	(147.911)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(84.457)	(325.515)	(625.725)
Total ⁽¹⁾		(223.876)	(1.642.028)	(3.186.861)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade na contínua melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, e assim assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em março de 2013 e não identificou qualquer incidência considerada material.

Notas Explicativas

d.1) Área de Riscos Operacionais e Tecnológicos - ROT

Responsável por implementar as melhores práticas na gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos e da Gestão de Continuidade dos Negócios, que visam: auxiliar os gestores no cumprimento dos objetivos estratégicos; contribuir no processo decisório do Santander e na condução das atividades; assegurar a adequação e cumprimento aos requerimentos obrigatórios, e assim obter a manutenção da solidez, confiabilidade e reputação do Banco.

Os alicerces do modelo adotado para gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos combinam duas abordagens: centralizada e descentralizada.

Abordagem centralizada: define que o controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é responsabilidade da diretoria de Riscos Operacionais, correspondendo às atividades de identificar, avaliar, capturar, monitorar, controlar, analisar, consolidar, auxiliar na mitigação e modelar os riscos operacionais relevantes e os eventos e perdas por riscos operacionais e tecnológicos, alcançando as áreas, processos e instituições que fazem parte do Santander.

Abordagem descentralizada: define que a gestão dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é responsabilidade dos gestores das áreas da organização, dos processos e dos produtos, com auxílio dos Representantes de Riscos Operacionais e Controles Internos e suportados pelas políticas, metodologias e ferramentas definidas pela área de ROT. Os gestores devem identificar e informar os eventos de riscos operacionais à ROT, para registro na base histórica de dados e de eventos e perdas, além de desenvolver e aplicar ações corretivas e preventivas.

O Banco Santander trabalha na convergência e na integração consistente das melhores práticas para controle e gestão dos Riscos Operacionais. Para isso, também são adotados: enfoques Qualitativo e Quantitativo, a Gestão e o Controle para os Riscos Tecnológicos e a Continuidade dos Negócios.

d.2) Enfoques: qualitativo e quantitativo

O enfoque Qualitativo visa identificar e prevenir o risco operacional e definir o perfil de risco das áreas, processos e produtos, buscando fortalecer o ambiente de controles internos e acompanhar os indicadores-chave de riscos operacionais (KRIs) qualitativos.

O enfoque Quantitativo está correlacionado com o enfoque qualitativo, ajudando a detectar, corrigir e atuar na prevenção dos riscos operacionais e também prover mecanismos para análise e tomada de decisões estratégicas ou operacionais.

Ambos os enfoques são responsáveis por prover metodologias e ferramental para auxiliar os gestores na identificação e avaliação dos riscos e controles, bem como definir o perfil de riscos operacionais das áreas, processos e produtos. Adicionalmente, esses enfoques contribuem na implementação de políticas, normas, procedimentos e ferramentas para manutenção do fluxo de captura dos eventos de riscos, perdas e indicadores-chave de riscos operacionais para o banco, consolidando-os em base única, a fim de permitir a análise dos riscos, a identificação das suas principais causas e a coordenação, junto com os gestores responsáveis, da efetiva implementação dos planos de ação para mitigar e reduzir riscos e perdas operacionais.

d.3) Gestão e Controle dos Riscos Tecnológicos

Auxilia os gestores na identificação e avaliação dos Riscos Tecnológicos e respectivos controles internos, específicos aos processos e às atividades relacionados à tecnologia. Atua na definição da metodologia e do ferramental, bem como na gestão corporativa e coordenação com os responsáveis das ações para a prevenção e redução dos impactos causados por eventos de riscos tecnológicos.

d.4) Gestão e Controle dos Riscos de Continuidade dos Negócios

Responsável pela coordenação e controle da implantação, manutenção e atualização da metodologia de Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) das áreas do Santander.

Tem como objetivo principal a preservação da integridade das pessoas, valores da organização e compromissos e também avaliar a necessidade do desenvolvimento e implantação do Plano de Continuidade de Negócios e consequente formalização dos procedimentos e infra-estrutura alternativa para assegurar a continuidade aos principais negócios do Santander com os públicos com que o banco se relaciona. Tais planos são desenvolvidos mediante avaliação dos impactos pela eventual interrupção de atividades decorrente de eventos extremos que podem atingir à empresa.

Possui como principais resultados:

- Análises de Impacto nos Negócios - BIA;
- Plano de Continuidade de Negócios – PCN;
- Testes de acionamento de estrutura de contingência; e
- Criação de Grupo para Resposta às Crises - GRC.

d.5) Abrangência e sustentabilidade

A abrangência da gestão e do controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos, assim como a Gestão da Continuidade dos Negócios do Santander, ultrapassa a alocação de capital regulamentar. Atuando de maneira ética e profissional, o controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos obtém conquistas importantes para o Banco, assegurando o desenvolvimento sustentável, entre elas:

- Melhoria da eficiência operacional e da produtividade nas atividades e nos processos e otimização na alocação do Capital Econômico e Regulamentar.
- Adequação às regulamentações existentes: Bacen, CVM, Susep e BIS-II, bem como novos requerimentos e acompanhamento do atendimento oportuno das solicitações dos órgãos reguladores.
- Fortalecimento da reputação e melhora da relação Risco x Retorno para os públicos com que o Banco se relaciona.
- Manutenção e preservação da qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços disponibilizados, bem como das partes relacionadas.
- Identificação e endereçamento oportuno, das correções de vulnerabilidades identificadas em processos e realização de testes de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres.
- Desenvolvimento e aplicação de treinamentos, por meio de cursos online e presenciais, visando a disseminação da cultura de Riscos Operacionais, Tecnológicos e GCN.
- Difusão da cultura de gestão e controle de Riscos Operacionais, por meio de comunicação interna (intranet, material impresso e outros meios), com reforço no *Accountability*.

Essa estrutura, sólida e eficaz, permite o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e aprofundamento da disseminação da cultura de responsabilidade sobre a gestão e controle dos eventos de riscos operacionais.

d.6) Fator diferencial

A área de Riscos Operacionais investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações.

Notas Explicativas

Destacam-se:

- Realização anual da Semana de Prevenção e Controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos.
- Manutenção do Programa de Integração para Novos Funcionários - "Uma só voz", com palestras e aulas expositivas que orientam sobre a responsabilidade e atuação na gestão dos riscos operacionais.
- Treinamentos sobre os procedimentos necessários para a avaliação do Ambiente de Controles Internos.
- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais e Continuidade de Negócios.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Desenvolvimento de Indicadores Chave de Risco, com o objetivo de extrair análises absolutas e relativas com base em volumetria e análise do mercado.
- Integração com as demais áreas do Banco, elegendo representantes para as mais relevantes, incluindo a de tecnologia.

d.7) Perspectivas futuras

Como resultado da estrutura, metodologia e o Modelo de Gestão desenvolvido e adotado, comprovados pela implementação de um ambiente eficiente de controles internos e identificação da exposição aos riscos, espera-se o fortalecimento do Banco Santander, tanto no cenário local como internacional e a consolidação dessa estratégia para mantê-lo reconhecido como instituição de vanguarda no processo de gestão e controle dos Riscos Operacionais, Tecnológicos e na Continuidade dos Negócios.

d.8) Política de Comunicação

A Diretoria de Riscos Operacionais faz parte da estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para alta direção de relatórios específicos, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos e preventivos identificados e seu acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

Semestralmente elabora o Relatório de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais, Tecnológicos, de Continuidade de Negócios e de Avaliação do Ambiente de Controles Internos, apresentado ao Conselho de Administração do Banco para ciência e deliberações sobre os resultados e atividades desenvolvidos no período.

Informações adicionais podem ser obtidas na página do Banco, nos relatórios Anual e Social.

Área de Controles Internos e a Lei Sarbanes-Oxley (Sox)

O Banco instituiu a área de Controles Internos SOX para fortalecer o monitoramento e aperfeiçoamento constante do Modelo de Controles Internos - MCI, por meio da implementação e coordenação desse Modelo, que visa à mitigação de riscos na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

É uma área corporativa responsável pela implementação e manutenção do Modelo de Controles Internos – SOX (MCI). Este modelo está consolidado por informações documentadas em base de dados única, denominada "Sistema SOX", com acesso aos gestores responsáveis e outros usuários autorizados, inclusive auditores, por meio da Intranet local ou endereço eletrônico.

O sistema apoia a administração na gestão do MCI, além de documentar os subprocessos, riscos e controles associados, e também para realizar a certificação pelos gestores responsáveis das atividades de controles, subprocessos, processos, atividades e subgrupos, que provê conforto quanto às demonstrações financeiras para a certificação pelo Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo.

A metodologia aplicada no Banco estabelece a avaliação periódica do sistema de controles internos, com o objetivo de:

- Obter, a partir dos testes estabelecidos e realizados, uma razoável segurança sobre o desenho e funcionamento das atividades de controles documentadas no Modelo de Controle Interno;
- Assegurar que as atividades de controle estão operando de forma apropriada, para todas as transações e durante todo o exercício;
- Obter informações para suportar medidas corretivas visando resolver as deficiências nos controles internos; e
- Desenvolver um programa de testes sustentável que fundamente as avaliações periódicas da administração do Santander.

Atribuições da área de Controles Internos Sox

Contribuir para o fortalecimento do Modelo de Controles Internos SOX com eficaz atendimento ao requerido pela lei americana "Sarbanes-Oxley" que foi promulgada em 2002.

Para cumprir com os requisitos exigidos na referida lei, o Santander adequou seu MCI - Modelo de Controles Internos aos padrões internacionais mais exigentes, que cumpre com as diretrizes estabelecidas pelo COSO - "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comisión", cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de "compliance".

A metodologia contempla os seguintes períodos para a certificação interna:

- certificação semestral - início do segundo semestre: decorrente da avaliação do desenho e funcionamento das atividades de controles em relação ao primeiro semestre.
- certificação anual - início do exercício seguinte: resultante da avaliação do desenho e funcionamento dos controles no segundo semestre ou durante o exercício findo - controles anuais ou não contemplados na certificação semestral.

Adicionalmente, elabora um relatório semestral para avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos e identificar riscos de distorção relevante que possam impactar as Demonstrações Financeiras bem como para avaliar a qualidade do ambiente de controles internos que permita a adequada elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e assim atender aos requisitos dos órgãos reguladores. O relatório de controles internos considera toda a metodologia desenvolvida, aplicada e monitorada do Modelo de Controles Internos no Sistema Sox.

Principais Objetivos da área:

- Disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos nas diversas camadas da organização;
- Implementar e prover manutenção formal do Modelo de Riscos e Controles embasada em metodologia consistente (COSO e COBIT) e aceita perante os órgãos fiscalizadores e contemplando todas as áreas relevantes;
- Documentar o fluxo operacional, permitindo uma visão do processo como parte de um todo, identificação dos riscos e controles relevantes que envolvem o negócio e melhoria de processos;
- Respalidar a conclusão de que o Modelo de Controles Internos esteja adequado à natureza e à complexidade dos seus negócios; e
- Validar os controles identificados e documentados para mitigar riscos potenciais relevantes das atividades, através de testes de efetividade com relação ao desenho e funcionamento (aplicação).

Notas Explicativas

e) Risco de Reputação

e.1) Risco de reputação

Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

Nesse sentido o Banco Santander busca oferecer o produto mais adequado, de acordo com o perfil do cliente.

e.2) Compliance

O Risco de Compliance é o risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que um banco pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O Compliance no Banco Santander tem enfoque proativo, atuando em processos educativos, de monitoramento e comunicação corporativa.

Atua de forma independente e reporta à Alta Administração, Painel de Aderência Regulatória, contribuindo para manutenção da reputação do banco.

e.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados e monitoramentos e controles são aplicados de forma a garantir a adesão às regras.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da alta gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Compliance, que se reúne trimestralmente para deliberar assuntos relacionados ao tema e envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e denúncia de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são deliberados por comitês internos em vários níveis até que seus riscos sejam completamente atenuados, sendo a última instância o Comitê Corporativo de Comercialização (Comitê Corporativo de Comercialização - CCC) composto por Executivos do Santander, com sede na Espanha. Após a aprovação os novos produtos e serviços são acompanhados, com vistas a identificar de forma tempestiva eventos que possam representar risco reputacional, que são reportados ao Comitê Local de Comercialização.

f) Adequação ao Novo Marco Regulamentar

O Banco Santander assumiu um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do programa Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe de Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas, nomeadamente, Riscos, Tecnologia e Operações, Controladoria, Gestão Financeira, Auditoria Interna e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional de Basileia II, o envolvimento da Alta Administração do Banco Santander tem sido total desde o início da implementação. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

O Banco pretende aplicar, nos próximos cinco anos, o modelo avançado baseado em classificação interna (AIRB) do Basileia II em praticamente todas as suas unidades, até que a sua exposição líquida coberta por esse método esteja próxima de 100%.

As exigências adicionais de capital, derivadas do processo de auto avaliação (Pilar II) devem ser compensadas pelo perfil de risco que caracteriza as atividades de negócios do Banco (risco médio baixo), devido ao seu enfoque em Banco Comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas) e pela diversificação dos negócios. O Pilar II leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I, além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

O Banco Santander continuou, em 2012, com o projeto de implementação das plataformas tecnológicas e desenvolvimento das metodologias necessárias para implantação dos modelos internos para o cálculo de capital regulamentar. Dessa forma, o Banco prevê aplicar os modelos avançados para o cálculo do capital regulamentar no Brasil em 2014, após obter a necessária aprovação das autoridades supervisoras.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia II, o Banco Santander está desenvolvendo modelos internos para Risco de Mercado e permanecerá utilizando o método padronizado para risco operacional, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim. Quanto ao Risco de Mercado o Banco Santander apresentou sua candidatura no segundo semestre de 2011 e aguarda a aprovação junto aos reguladores para utilização de modelos internos para cálculo do capital regulamentar.

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo de Basileia II. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte quando o ocorrer a implementação dos modelos internos previstos no Pilar I.

Além das implementações de Basileia II o Banco Santander esta envolvido com os estudos para implementação de Basileia III conforme orientações preliminares e cronograma divulgado pelo Bacen. Os estudos envolvem metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Requerimentos mínimos de manutenção do PR, Nível I do PR e Capital Principal e Criação de Adicional de Capital Contra cíclico e Conservação.

f.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por órgãos de regulação na implementação de Basileia II. Uma equipe especializada da própria Entidade, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle do risco estão adequados à estratégia e ao perfil de risco da Entidade.

Adicionalmente, a função de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a alta gestão do Banco, pois eles são responsáveis em garantir a existência de procedimentos e sistemas adequados para monitorar e controlar o risco da entidade. Neste caso, a área de validação interna é responsável pela autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório), além de realizar revisões regulares.

Notas Explicativas

Os modelos de validação interna no Banco Santander englobam modelos de risco de crédito, mercado, precificação de opções e modelo de capital econômico. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, *reporting*, uso, envolvimento da alta gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados a Basileia e gestão de riscos.

A função de validação interna é executada pelo departamento de Validação Interna de Riscos (CIVIR) que é integrante da área de Riscos (Controle Integrado de Riscos) e tem relacionamento direto com a matriz do Banco Santander (terceiro deputy chairman do Banco e o chairman do Comitê de Riscos) em Madri. Esta função é executada em nível corporativo visando garantir uniformidade das aplicações. A necessidade de validar modelos implementados em diversos países e diferentes unidades demandou criar 4 centros de corporativos de Validação localizados em Madri, Londres, Nova Iorque e São Paulo. Esta estrutura facilita a aplicação de uma metodologia corporativa que é suportada por diversas ferramentas desenvolvidas internamente pelo Banco Santander o que fornece quadro corporativo robusto para aplicação em todas as unidades do Banco e no qual automatiza certas verificações para garantir a eficiência das revisões.

É importante notar que o quadro corporativo de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação interna para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia e pelos órgãos reguladores. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre validação interna e auditoria interna, que é a última camada de validação do controle do Banco. A auditoria interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia, ferramentas e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de independência efetiva.

f.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de *rating* e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referencia para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

g) Capital Econômico

g.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio.

Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

g.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio. O intervalo de confiança adotado pelo Santander é superior aos 99,90% exigidos pelo Basileia II.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Imobilizado. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basileia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Créditos Tributários, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital Tipo de Risco	2012		2011	2010
	Nova Metodologia	Comparativo		
Crédito	57%	65%	63%	53%
Mercado	4%	4%	4%	7%
ALM	5%	6%	7%	12%
Negócio	8%	9%	9%	11%
Operacional	13%	14%	16%	16%
Imobilizado	1%	1%	1%	1%
Intangíveis	4%	-	-	-
Fundos de Pensão	3%	-	-	-
Créditos Tributários	5%	-	-	-
	100%	100%	100%	100%

Ainda assim, o Crédito é a principal fonte de risco do Santander, sendo o aumento da carteira de crédito o principal responsável por sua variação no ano. Na sequência, os riscos mais representativos na composição do capital são o Operacional, Negócio e ALM, respectivamente.

O Risco Operacional recorre ao Método Padronizado. Por conseguinte, são aplicados os fatores Beta à Receita Bruta, sendo considerado bastante conservador para um país com spreads elevados, como é o caso do Brasil.

O Banco Santander avalia periodicamente o nível e a evolução do RORAC (retorno ajustado ao risco) das principais unidades de negócios. O RORAC é o quociente do lucro gerado sobre o capital econômico alocado, utilizando a seguinte fórmula:

RORAC = Lucro/Capital Econômico.

O Banco Santander também faz o planejamento do capital visando obter projeções futuras de capital econômico e regulamentar. As previsões obtidas para o Banco são incorporadas aos diferentes cenários de forma coerente, incluindo seus objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de pay-out, créditos, etc.). São identificadas estratégias possíveis de gestão de capital que permitam otimizar a solvência e o retorno do Banco.

Notas Explicativas

O Banco Santander tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- 1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- 2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- 3 - Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo dos prejuízos esperados e imprevistos.

Entre essas variáveis temos:

- 1 - Rating de contraparte.
- 2 - Vencimento.
- 3 - Garantias.
- 4 - Natureza do financiamento.

O retorno sobre o capital é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander. Uma operação que não consegue cobrir o custo de capital não é aprovada.

46. Informações complementares - Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2012	2011	2010
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP				
65.869.363				
65.578.565				
64.850.978				
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	7.032	13.840	(251)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	460.340	303.686	558.032
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	80.413	1.128.106	220.590
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva				
394.823				
545.763				
300.000				
Reversão da amortização do ágio	e	13.423.171	9.786.227	6.682.775
Realização dos ajustes do preço de compra	f	1.068.715	708.533	639.520
Pagamento baseado de ações	g	-	34.132	20.976
Outros		12.994	(85.820)	52.698
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em IFRS				
81.316.851				
78.013.032				
73.325.318				
Participações não-controladoras em IFRS				
249.260				
18.960				
8.076				
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS				
81.566.111				
78.031.992				
73.333.394				
Em milhares de Reais	Nota explicativa	2012	2011	2010
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP				
2.691.802				
3.557.203				
3.863.298				
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	(20.797)	18.918	(17.887)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	(118.847)	18.402	(16.300)
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	(628.474)	907.516	219.630
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva				
(150.940)				
245.763				
82.795				
Reversão da amortização do ágio	e	3.636.944	3.103.452	3.241.146
Realização dos ajustes do preço de compra	f	(59.037)	69.013	(87.581)
Taxa de desconto de planos de previdência privada	h	-	-	(1.082)
Outros		98.009	(172.342)	98.074
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS				
5.448.660				
7.747.925				
7.382.093				
Participações não-controladoras em IFRS				
10.618				
7.928				
481				
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS				
5.459.278				
7.755.853				
7.382.574				

a) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado", visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a "valor justo através do resultado", como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

b) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns Investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus Investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central, foram reclassificados títulos de dívida para categoria "negociação" com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses Investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que não permite reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

c) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

No resultado refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de empréstimos e recebíveis, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Adicionalmente, o patrimônio líquido acumula os ajustes da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, conforme as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios".

Notas Explicativas

d) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

e) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 - Imposto sobre a renda, relativo às diferenças temporárias.

f) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios", o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:

- Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

g) Pagamento baseado em ações:

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 "Pagamento Baseado em Ações", o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BRGAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas". Em janeiro de 2012, o BRGAAP passou a adotar a resolução CMN 3.989/11 o que eliminou a assimetria com a norma internacional.

h) Taxa de desconto de planos de previdência privada:

Em 2010, o BRGAAP utilizava a taxa nominal de juros para o desconto das obrigações com benefícios previdenciários, enquanto o IFRS, em consonância com o IAS 19 "Benefícios de funcionários" utiliza a taxa de remuneração de mercado de títulos de dívida. Em dezembro de 2010, o BRGAAP passou a adotar a deliberação CVM 600/2009 o que eliminou a assimetria com a norma internacional.

47. Evento Subsequente

Redução do Capital da empresa Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013.

A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing.

Notas Explicativas

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Em milhares de Reais

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação %		Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
		Direta	Indireta		
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	Administradora de Ativos	99,99%	100,00%	172.443	55.313
Banco Bandepe S.A. ⁽²⁾	Banco	100,00%	100,00%	3.168.549	284.022
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ⁽²⁾	Leasing	78,57%	99,99%	10.247.511	1.063.864
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽²⁾	Financeira	100,00%	100,00%	1.117.959	(103.556)
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ^{(2) (11)}	Consórcio	100,00%	100,00%	108.036	31.028
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. ⁽⁴⁾	Microcrédito	100,00%	100,00%	19.064	6.571
Santander Brasil Advisory Services S.A. ^{(1) (4)}	Outras atividades	96,52%	96,52%	12.738	1.438
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ^{(2) (5)}	Distribuidora	100,00%	100,00%	25.381	4.256
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	Corretora	99,99%	100,00%	301.868	63.142
Santander Participações S.A. ^{(1) (4) (5)}	Holding	100,00%	100,00%	1.199.541	190.317
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. ^{(4) (8)}	Outras atividades	50,00%	50,00%	53.271	36.481
Sancap Investimentos e Participações S.A. ⁽⁴⁾	Holding	100,00%	100,00%	333.744	116.873
Mantiq Investimentos Ltda. ^{(4) (6)}	Outras Atividades	100,00%	100,00%	6.503	1.703
Santos Energia Participações S.A. ^{(4) (6)}	Holding	100,00%	100,00%	5.281	(841)
MS Participações Societárias S.A. ^{(4) (9)}	Holding	99,97%	99,97%	26.627	(16.577)
Santander Brasil EFC ^{(2) (7)}	Financeira	100,00%	100,00%	2.018.347	2.263
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽¹⁰⁾	Corretora de Seguros	60,65%	60,65%	562.660	8.614
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	Capitalização	-	100,00%	272.003	116.889
Controladas da Santander Serviços S.A.					
Webmotors S.A. ^{(4) (10)}	Outras atividades	-	100,00%	70.102	9.680
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company		Securitização		-	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo, de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósito Específico, e não há participação societária.

(1) Nas AGEs realizadas em 26 de agosto de 2011, foram aprovadas: (i) a alteração de sua denominação social de Santander Advisory Services S.A. para Santander Participações S.A.; (ii) a alteração da denominação social da Santander CHP S.A. para Santander Brasil Advisory Services S.A.; e (iii) alteração dos seus objetos sociais de ambas as empresas.

(2) O Patrimônio Líquido Ajustado e o Lucro Líquido estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

(3) O Patrimônio Líquido Ajustado e o Lucro Líquido estão de acordo com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

(4) O Patrimônio Líquido Ajustado e o Lucro Líquido estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do CPC, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

(5) Em 31 de agosto de 2011, ocorreu a cisão parcial da CRV DTVM com a versão do acervo cindido à Santander Participações, sendo que a parcela cindida referia-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTVM no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities). Na mesma data, a Santander Securities foi incorporada pela Santander Participações. Em 23 de janeiro de 2012 este processo foi

(6) Participação adquirida em dezembro 2011.

(7) Subsidiária independente na Espanha, estabelecida em março de 2012.

(8) O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina a controle do Banco sob a entidade.

(9) Participação adquirida em fevereiro de 2011.

(10) Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial"), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços; Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371.000, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa"). Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente e Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancária S.A. - Tecban (Tecban) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da Tecban, está condicionada à autorização do Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012.

(11) Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios ("Incorporada") pela Santander Brasil Consórcio ("Incorporadora") ("Incorporação") que foi aprovada em Reunião de Sócios da incorporada e incorporadora em 31 de julho de 2012. A incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da incorporada para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora. Em 30 de novembro de 2012, este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas a participação societária, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e dependências no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 30 de janeiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional**Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Notas Explicativas

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

Notas Explicativas

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

j.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Notas Explicativas

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 33.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado, líquido (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como outros créditos - diversos, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

I) Remuneração Baseada em Ações

Liquidação em Ação

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro

Notas Explicativas

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações “hipotéticas” que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações “hipotéticas” e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 21.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander na reunião realizada em 30 de janeiro de 2013.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

p) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

q) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	4.653.214	4.458.365	4.375.077
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.648.641	5.444.731	5.124.336
Aplicações no Mercado Aberto	4.273.832	1.377.537	767.162
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	486.036	1.115.424	78.842
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.888.773	2.951.770	4.278.332
Total	18.301.855	9.903.096	9.499.413

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2012			31/12/2011	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	14.225.262	7.128.400	-	21.353.662	18.966.086
Posição Bancada	3.373.506	2.119.202	-	5.492.708	2.809.657
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	151.079	-	-	151.079	20
Letras do Tesouro Nacional - LTN	857.747	493.521	-	1.351.268	584.150
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.364.680	1.625.681	-	3.990.361	2.225.487
Posição Financiada	5.269.197	2.340.969	-	7.610.166	8.547.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.999.995	-	-	1.999.995	1.000.545
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.519.658	759.182	-	2.278.840	506.603
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.749.544	1.581.787	-	3.331.331	7.040.324
Posição Vendida	5.582.559	2.668.229	-	8.250.788	7.608.957
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.494.342	1.372.210	-	2.866.552	1.467.574
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.088.217	1.296.019	-	5.384.236	6.141.383
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.322.148	14.136.593	14.431.441	34.890.182	39.372.653
Aplicações em Moedas Estrangeiras	8.889.386	405.087	-	9.294.473	3.323.884
Provisões para Perdas	-	-	-	-	(200)
Total	29.436.796	21.670.080	14.431.441	65.538.317	61.662.423
Circulante				51.106.876	47.442.765
Longo Prazo				14.431.441	14.219.658

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2012			31/12/2011	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Resultado	Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	28.505.144	448.410	-	28.953.554	27.311.123
Títulos Públicos	25.558.843	444.260	-	26.003.103	24.261.521
Títulos Privados	2.946.301	4.150	-	2.950.451	3.049.602
Títulos Disponíveis para Venda	65.835.280	-	1.244.392	67.079.672	72.622.162
Títulos Públicos	18.898.306	-	1.308.351	20.206.657	29.041.690
Títulos Privados	46.936.974	-	(63.959)	46.873.015	43.580.472
Títulos Mantidos até o Vencimento	809.355	-	-	809.355	964.596
Títulos Públicos	809.355	-	-	809.355	964.596
Total de Títulos e Valores Mobiliários	95.149.779	448.410	1.244.392	96.842.581	100.897.881
Derivativos (Ativo)	4.355.512	380.492	(3.008)	4.732.996	4.249.005
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	99.505.291	828.902	1.241.384	101.575.577	105.146.886
Circulante				37.326.162	36.552.965
Longo Prazo				64.249.415	68.593.921
Derivativos (Passivo)	(4.371.672)	(724.029)	(14.838)	(5.110.539)	(4.682.852)
Circulante				(1.763.114)	(2.138.328)
Longo Prazo				(3.347.425)	(2.544.524)

Notas Explicativas

II) Títulos para Negociação

			31/12/2012	31/12/2011
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
Títulos Públicos	25.558.843	444.260	26.003.103	24.261.521
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	73.768
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.372.673	(14.749)	11.357.924	9.038.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	711.193	137	711.330	868.181
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	7.062.018	150.007	7.212.025	6.615.312
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	273.815	202.744	476.559	879
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	6.021.043	103.945	6.124.988	7.545.986
Títulos da Dívida Agrária - TDA	111.296	1.772	113.068	96.208
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.805	404	7.209	4.144
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	-	18.827
Títulos Privados	2.946.301	4.150	2.950.451	3.049.602
Ações	356.341	10.721	367.062	173.897
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	24.132	-	24.132	28.779
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	372.977
Cotas de Fundos de Investimento	6.464	-	6.464	136.356
Debêntures	2.512.251	(476)	2.511.775	2.316.890
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	47.113	(6.095)	41.018	20.703
Total	28.505.144	448.410	28.953.554	27.311.123

Notas Explicativas

						31/12/2012
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	4.549.992	1.878.660	4.042.575	15.531.876	26.003.103
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.640.394	1.026.380	1.507.599	5.183.551	11.357.924
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	104.409	108.955	456.408	41.558	711.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	45.862	714.207	1.955.995	4.495.961	7.212.025
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	187	4.453	-	471.919	476.559
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	744.807	-	62.520	5.317.661	6.124.988
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	14.333	24.665	60.053	14.017	113.068
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	7.209	7.209
Títulos Privados	373.526	370	5.252	37.908	2.533.395	2.950.451
Ações	367.062	-	-	-	-	367.062
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	-	-	-	-	24.132	24.132
Cotas de Fundos de Investimento	6.464	-	-	-	-	6.464
Debêntures	-	370	4.918	28.348	2.478.139	2.511.775
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	334	9.560	31.124	41.018
Total	373.526	4.550.362	1.883.912	4.080.483	18.065.271	28.953.554

(1) Emissão de sociedade de economia mista.

(2) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

Notas Explicativas

m) Títulos Disponíveis para Venda

			31/12/2012	31/12/2011
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos	18.898.306	1.308.351	20.206.657	29.041.690
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	295	308	603	113.699
Crédito Securitizado	1.784	978	2.762	2.145
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.635.686	710.907	8.346.593	11.659.292
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.236.988	55	3.237.043	2.998.935
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	133.190	29.705	162.895	130.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	509.648	53.175	562.823	500.142
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽⁴⁾	-	-	-	982.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ⁽⁴⁾	7.071.332	512.025	7.583.357	12.447.410
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	-	-	-	114
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	17
Títulos Estaduais e Municipais - CEPAC	225.787	579	226.366	-
Debêntures ⁽¹⁾	83.596	619	84.215	206.426
Títulos Privados	46.936.974	(63.959)	46.873.015	43.580.472
Ações	554.433	(137.216)	417.217	731.081
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.447.841	-	1.447.841	2.118.797
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	502.965	(58.409)	444.556	448.237
Cotas de Fundos de Investimento	137.966	-	137.966	961
Cotas de Fundos Imobiliários	26.970	108	27.078	-
Debêntures ⁽³⁾	40.922.900	152.610	41.075.510	37.784.043
Eurobonds	202.773	164	202.937	184.872
Notas Promissórias - NP	961.925	246	962.171	950.933
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	22.497	2.108	24.605	24.228
Certificados de Direitos de Créditos de Agronegócios - CDCA	-	-	-	2.507
Letras Financeiras - LF	1.030.153	(41.754)	988.399	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.126.551	18.184	1.144.735	1.334.813
Total	65.835.280	1.244.392	67.079.672	72.622.162

Notas Explicativas

	31/12/2012					
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	296.873	2.949.413	11.791.719	5.168.652	20.206.657
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	603	603
Crédito Securitizado	-	-	-	113	2.649	2.762
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	8.000	-	8.338.593	-	8.346.593
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.422	2.854.178	381.443	-	3.237.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	875	-	162.020	162.895
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	1.719	561.104	-	562.823
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ⁽⁴⁾	-	287.188	-	2.376.741	4.919.428	7.583.357
Títulos Estaduais e Municipais - CEPAC	-	-	92.641	133.725	-	226.366
Debêntures ⁽¹⁾	-	263	-	-	83.952	84.215
Títulos Privados	2.474.658	464.289	1.130.102	6.185.354	36.618.612	46.873.015
Ações	417.217	-	-	-	-	417.217
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.447.841	-	-	-	-	1.447.841
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	444.556	-	-	-	-	444.556
Cotas de Fundos de Investimento	137.966	-	-	-	-	137.966
Cotas de Fundos Imobiliários	27.078	-	-	-	-	27.078
Debêntures ⁽³⁾	-	83.815	570.849	5.031.091	35.389.755	41.075.510
Eurobonds	-	199.006	3.931	-	-	202.937
Notas Promissórias - NP	-	139.516	431.997	97.188	293.470	962.171
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	4.442	-	6.951	13.212	24.605
Letras Financeiras - LF	-	-	-	988.399	-	988.399
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	37.510	123.325	61.725	922.175	1.144.735
Total	2.474.658	761.162	4.079.515	17.977.073	41.787.264	67.079.672

(1) Emissão de sociedade de economia mista.

(2) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(3) Em 31 de dezembro de 2012, inclui R\$399.703 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado.

(4) Durante o quarto trimestre de 2012 foram vendidos R\$7.034.688 de títulos referentes a Notas do Tesouro Nacional (NTN-F e NTN-C) do Banco Santander para a Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), gerando para o Banco Santander um resultado de R\$516.272 líquido de imposto.

Notas Explicativas

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

							31/12/2012
							Abertura por Vencimento
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
	31/12/2012	31/12/2011					
Títulos Públicos	809.355	964.596	101	16.048	330	792.876	809.355
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	808.374	962.041	-	15.498	-	792.876	808.374
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	981	2.555	101	550	330	-	981
Total	809.355	964.596	101	16.048	330	792.876	809.355

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 1.514.735 (31/12/2011 - R\$1.553.540).

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados líquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

Durante o quarto trimestre de 2012, o Banco Santander transferiu um montante de R\$228.318 referente a Notas do Tesouro Nacional - NTN-C da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Rendas de Títulos de Renda Fixa	11.116.635	12.464.216
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.016.653	5.380.700
Resultado de Títulos de Renda Variável	(375.461)	(422.459)
Outros	210.009	307.051
Total	17.967.836	17.729.508

Notas Explicativas

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2012			31/12/2011		
	Negociação			Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		(128.878)	(121.484)		(228.196)	(191.671)
Ativo	111.903.143	15.980.670	16.791.030	98.498.396	9.089.791	9.233.118
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	34.842.508	4.330.806	4.976.512	31.775.414	8.036.533	8.184.818
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	16.344.817	11.649.864	11.814.518	5.726.569	1.053.258	1.048.300
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	14.386.596	-	-	13.259.314	-	-
Moeda Estrangeira	46.238.783	-	-	47.621.292	-	-
Outros	90.439	-	-	115.807	-	-
Passivo	112.032.021	(16.109.548)	(16.912.514)	98.726.592	(9.317.987)	(9.424.789)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	30.511.702	-	-	23.738.881	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.694.953	-	-	4.673.311	-	-
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)	19.781.674	(6.522.360)	(6.352.475)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	57.178.415	(10.939.632)	(11.366.283)	50.340.717	(2.719.425)	(3.004.037)
Outros	137.455	(47.016)	(34.060)	192.009	(76.202)	(68.277)
Opções	266.060.934	(94.073)	(159.054)	266.612.580	(217.101)	(329.357)
Compromissos de Compra	107.224.375	228.372	297.118	110.672.248	239.107	208.117
Opções de Compra Dólar	1.792.837	44.838	31.993	1.299.890	22.549	39.528
Opções de Venda Dólar	1.748.915	24.039	24.087	794.230	2.656	65
Opções de Compra Outras	46.244.218	86.364	45.914	74.456.856	111.458	48.267
Mercado Interfinanceiro	45.411.468	51.667	2.289	73.455.970	62.801	14.994
Outras ⁽²⁾	832.750	34.697	43.625	1.000.886	48.657	33.273
Opções de Venda Outras	57.438.405	73.131	195.124	34.121.272	102.444	120.257
Mercado Interfinanceiro	56.963.540	57.121	185.813	31.754.691	16.250	41.309
Outras ⁽²⁾	474.865	16.010	9.311	2.366.581	86.194	78.948
Compromissos de Venda	158.836.559	(322.445)	(456.172)	155.940.332	(456.208)	(537.474)
Opções de Compra Dólar	1.453.215	(36.653)	(28.003)	2.842.096	(21.179)	(17.896)
Opções de Venda Dólar	1.385.098	(14.684)	(6.036)	2.848.995	(19.867)	(7.683)
Opções de Compra Outras	83.389.536	(152.818)	(103.294)	69.094.441	(187.362)	(100.105)
Mercado Interfinanceiro	81.602.615	(68.927)	(4.241)	67.744.926	(87.838)	(20.471)
Outras ⁽²⁾	1.786.921	(83.891)	(99.053)	1.349.515	(99.524)	(79.634)
Opções de Venda Outras	72.608.710	(118.290)	(318.839)	81.154.800	(227.800)	(411.790)
Mercado Interfinanceiro	71.156.608	(64.771)	(272.536)	78.492.974	(101.163)	(293.479)
Outras ⁽²⁾	1.452.102	(53.519)	(46.303)	2.661.826	(126.637)	(118.311)
Contratos de Futuros	61.247.088	-	-	100.361.012	-	-
Posição Comprada	40.376.893	-	-	46.879.640	-	-
Cupom Cambial (DDI)	2.916.996	-	-	1.727.725	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	30.144.684	-	-	42.328.562	-	-
Moeda Estrangeira	6.576.093	-	-	2.563.038	-	-
Índice ⁽³⁾	133.917	-	-	78.332	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	605.203	-	-	178.570	-	-
Outros	-	-	-	3.413	-	-
Posição Vendida	20.870.195	-	-	53.481.372	-	-
Cupom Cambial (DDI)	14.091.511	-	-	17.359.882	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	6.556.673	-	-	21.981.554	-	-
Moeda Estrangeira	12.414	-	-	13.923.253	-	-
Índice ⁽³⁾	17.926	-	-	38.496	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	191.671	-	-	178.187	-	-

Notas Explicativas

	31/12/2012			31/12/2011		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Contratos a Termo e Outros	22.072.671	166.807	26.569	22.726.883	(13.515)	42.544
Compromissos de Compra	11.046.667	(593.458)	197.859	11.564.473	412.217	298.083
Moedas	11.046.667	(593.458)	197.859	11.556.048	412.217	298.083
Outros	-	-	-	8.425	-	-
Compromissos de Venda	11.026.004	760.265	(171.290)	11.162.410	(425.732)	(255.539)
Moedas	10.797.139	745.350	(185.614)	11.138.022	(442.856)	(272.312)
Outros	228.865	14.915	14.324	24.388	17.124	16.773

(1) Inclui derivativos de crédito.
(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial			31/12/2012	31/12/2011
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	33.630.063	42.506.057	35.767.023	111.903.143	98.498.396
Opções	2.918.952	-	263.141.982	266.060.934	266.612.580
Contratos de Futuros	-	-	61.247.088	61.247.088	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	11.911.600	10.103.294	57.777	22.072.671	22.726.883

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial			31/12/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	18.680.225	24.446.327	68.776.591	111.903.143	98.498.396
Opções	149.205.427	68.038.208	48.817.299	266.060.934	266.612.580
Contratos de Futuros	21.798.030	7.963.925	31.485.133	61.247.088	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	13.057.472	5.274.876	3.740.323	22.072.671	22.726.883

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial			31/12/2012	31/12/2011
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	26.772.074	49.286.387	35.844.682	111.903.143	98.498.396
Opções	264.359.388	1.701.546	-	266.060.934	266.612.580
Contratos de Futuros	61.247.088	-	-	61.247.088	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	3.077	14.716.529	7.353.065	22.072.671	22.726.883

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

O volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R\$607.119 de custo (31/12/2011 - R\$557.327) e R\$669.507 de valor de mercado (31/12/2011 - R\$500.425). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.585 (31/12/2011 - R\$3.291).

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Notas Explicativas

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	58.851	(145.712)	(86.861)	74.928	1.247	76.175
Ativo	1.294.285	29.543	1.323.828	417.731	35.864	453.595
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.039.229	5.241	1.044.470	145.940	771	146.711
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	255.056	24.302	279.358	271.791	35.093	306.884
Passivo	(1.235.434)	(175.255)	(1.410.689)	(342.803)	(34.617)	(377.420)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(783.790)	(107.159)	(890.949)	(101.410)	(908)	(102.318)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(245.530)	(50.678)	(296.208)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(35.076)	(3.062)	(38.138)	(55.498)	(5.067)	(60.565)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(171.038)	(14.356)	(185.394)	(185.895)	(28.642)	(214.537)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.234.161	118.007	1.352.168	342.473	3.787	346.260
Operação de Crédito	870.491	81.974	952.465	342.473	3.787	346.260
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	661.913	91.351	753.264	100.871	1.450	102.321
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	35.094	676	35.770	55.663	4.902	60.565
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	173.484	(10.053)	163.431	185.939	(2.565)	183.374
Títulos e Valores Mobiliários	363.670	36.033	399.703	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	363.670	36.033	399.703	-	-	-

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$753.264 (31/12/2011 - R\$102.321) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$133.273.

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$266.430.

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$35.770 (31/12/2011 - R\$60.565).

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$163.431 (31/12/2011 - R\$183.374).

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

Notas Explicativas

				31/12/2012
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de “Swap”		(18.867)	(17.846)	(36.713)
Ativo	818.997	818.997	60.173	879.170
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	678.335	678.335	53.619	731.954
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	91.379	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	49.283	49.283	(30)	49.253
Passivo	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Contratos de Futuros	34.567.439	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁴⁾	18.962.863	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁵⁾	15.604.576	-	-	-

				31/12/2011
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de “Swap”		(30.354)	(1.184)	(31.538)
Ativo	651.490	651.490	26.989	678.479
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	300.488	300.488	25.792	326.280
Indexados com Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	351.002	351.002	1.197	352.199
Passivo	(681.844)	(681.844)	(28.173)	(710.017)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(681.844)	(681.844)	(28.173)	(710.017)
Contratos de Futuros	(1.794.034)	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁴⁾	(1.794.034)	-	-	-

	31/12/2012	31/12/2011
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva		
Ativo	15.538.109	-
Operações de Crédito - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	15.538.109	-
Passivo	19.607.312	2.518.986
Eurobonds	820.077	300.803
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	351.002
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18.787.235	1.867.181

- (1) Operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.
- (2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.
- (3) Operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.
- (4) Operação com vencimento em 2 de janeiro de 2014 e valor atualizado dos instrumentos de R\$18.237.294 (31/12/2011 - R\$1.812.796) cujo objeto de "hedge" são certificados de depósitos bancários - CDB.
- (5) Operação com vencimento em 31 de janeiro de 2013 e valor atualizado dos instrumentos de R\$15.531.390, cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.
- (6) Operação com vencimento em 15 de junho de 2012, cujo objeto de "hedge" são operações com obrigações por empréstimo no exterior.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$258.555 e em 31 de dezembro de 2011 a um crédito de R\$15.149 e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

Notas Explicativas

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2012	31/12/2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.233.438	1.007.553
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.699.901	4.363.944
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.024.811	3.306.856
Total	7.958.150	8.678.353

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	4.004.090	3.338.882
Prêmios de Opções a Exercer	297.118	208.117
Contratos a Termo e Outros	431.788	702.006
Total	4.732.996	4.249.005
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	4.249.148	3.485.916
Prêmios de Opções Lançadas	456.172	537.474
Contratos a Termo e Outros	405.219	659.462
Total	5.110.539	4.682.852

(1) Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais “hedges”. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Carteira Negociação

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(11.496)	(238.391)	(476.783)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(11.516)	(78.209)	(156.418)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(3.615)	(530)	(1.059)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(20)	(220)	(440)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(139)	(3.465)	(6.931)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(2.137)	(9.629)	(19.257)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(9.420)	(90.228)	(180.455)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(814)	(20.343)	(40.686)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(557)	(8)	(16)
Total ⁽¹⁾		(39.714)	(441.023)	(882.045)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

- Cenário 1:** choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).
- Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(36.192)	(728.811)	(1.372.543)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(9.644)	(205.091)	(386.553)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.462)	(13.098)	(25.872)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(81.689)	(302.486)	(628.257)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(10.432)	(67.027)	(147.911)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(84.457)	(325.515)	(625.725)
Total ⁽¹⁾		(223.876)	(1.642.028)	(3.186.861)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

- Cenário 1:** choque de 10bps nas curvas de juros.
- Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

Notas Explicativas

a) Carteira de Créditos

	31/12/2012	31/12/2011
Operações de Crédito	153.292.914	146.209.701
Empréstimos e Títulos Descontados	97.676.650	96.317.939
Financiamentos	31.603.278	29.774.300
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.384.576	4.401.149
Financiamentos Imobiliários	19.601.192	15.611.354
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	27.218	104.959
Operações de Arrendamento Mercantil	59.816	173.977
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	2.354.781	2.225.486
Outros Créditos ⁽²⁾	17.612.703	12.524.121
Total	173.320.214	161.133.285
Circulante	72.831.944	72.220.194
Longo Prazo	100.488.270	88.913.091

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio da sua subsidiaria integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander S.A - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US\$29 milhões e US\$90 milhões equivalentes a R\$60 milhões e R\$121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Referidas operações foram celebradas, observando a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, incluindo a aprovação pelo Conselho de Administração e suportada por avaliação preparada por empresa especializada independente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o exercício de 2012, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$1.135.213 e estavam registrados substancialmente em empréstimos e títulos descontados. O resultado apurado como receita foi de R\$21.380.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação no montante de R\$688.821. O resultado da cessão apurado foi de R\$111.539, registrado em outras receitas operacionais. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão relativo àquele exercício até outubro de 2041. O valor presente das operações cedidas em 31 de dezembro de 2012 é de R\$508.714.

A operação de cessão foi realizada com clausula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas	9.846.101	9.596.484
A Vencer:		
Até 3 Meses	27.431.524	31.652.406
De 3 a 12 Meses	45.400.420	40.567.788
Acima de 12 Meses	90.642.169	79.316.607
Total	173.320.214	161.133.285

c) Carteira de Arrendamento

	31/12/2012	31/12/2011
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	65.562	202.525
Arrendamentos a Receber	26.578	80.243
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	38.984	122.282
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(25.505)	(78.689)
Valores Residuais a Balancear	(38.984)	(122.282)
Imobilizado de Arrendamento	398.336	634.178
Depreciações Acumuladas	(374.451)	(522.549)
Superveniências de Depreciações	309.243	460.577
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	6
Credores por Antecipação de Valor Residual	(274.385)	(399.789)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	59.816	173.977

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$5.746 (31/12/2011 - R\$28.548).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas	3.978	7.617
A Vencer:		
Até 1 Ano	54.725	114.443
De 1 a 5 Anos	6.859	80.436
Acima de 5 Anos	-	29
Total	65.562	202.525

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas	4.222	5.549
A Vencer:		
Até 1 Ano	49.904	106.344
De 1 a 5 Anos	5.690	62.071
Acima de 5 Anos	-	13
Total	59.816	173.977

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011
Setor Privado	173.174.258	160.952.649
Indústria	29.571.911	28.180.051
Comércio	21.646.181	18.563.539
Instituições Financeiras	20.066	155.595
Serviços e Outros ⁽¹⁾	48.294.499	46.616.070
Pessoas Físicas	69.257.059	63.036.245
Cartão de Crédito	16.174.379	14.144.321
Crédito Imobiliário	11.812.395	9.331.186
Crédito Consignado	13.547.617	12.248.013
Financiamento e Leasing de Veículos	2.841.063	2.645.605
Outros ⁽²⁾	24.881.605	24.667.120
Agricultura	4.384.542	4.401.149
Setor Público	145.956	180.636
Governo Federal	1	5.151
Governo Estadual	139.702	167.973
Governo Municipal	6.253	7.512
Total	173.320.214	161.133.285

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							31/12/2012
Carteira de Créditos							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	46.442.015	-	46.442.015	-	-	-
A	0,5%	79.499.827	-	79.499.827	397.499	306.665	704.164
B	1%	13.666.121	2.391.164	16.057.285	160.572	273.016	433.588
C	3%	6.387.481	4.825.905	11.213.386	336.402	-	336.402
D	10%	1.083.947	3.758.183	4.842.130	484.213	-	484.213
E	30%	501.252	1.871.597	2.372.849	711.855	-	711.855
F	50%	177.283	3.494.134	3.671.417	1.835.709	-	1.835.709
G	70%	75.120	1.349.766	1.424.886	997.420	-	997.420
H	100%	167.451	7.628.968	7.796.419	7.796.419	-	7.796.419
Total		148.000.497	25.319.717	173.320.214	12.720.089	579.681	13.299.770

							31/12/2011
Carteira de Créditos							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	64.581.385	-	64.581.385	-	-	-
A	0,5%	67.917.806	-	67.917.806	339.589	254.404	593.993
B	1%	4.632.093	1.480.012	6.112.105	61.121	107.183	168.304
C	3%	3.923.720	2.897.239	6.820.959	204.629	196.551	401.180
D	10%	937.446	2.855.641	3.793.087	379.309	-	379.309
E	30%	292.421	1.510.848	1.803.269	540.981	-	540.981
F	50%	58.995	2.379.044	2.438.039	1.219.020	-	1.219.020
G	70%	18.905	1.003.188	1.022.093	715.465	-	715.465
H	100%	194.241	6.450.301	6.644.542	6.644.542	-	6.644.542
Total		142.557.012	18.576.273	161.133.285	10.104.656	558.138	10.662.794

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Notas Explicativas

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	10.662.794	7.640.896
Constituições	13.072.319	9.976.729
Baixas	(10.435.343)	(6.954.831)
Saldo Final ⁽¹⁾	13.299.770	10.662.794
Circulante	2.501.262	1.552.882
Longo Prazo	10.798.508	9.109.912
Créditos Recuperados ⁽²⁾	1.551.874	1.858.730

(1) Inclui R\$7.252 (31/12/2011 - R\$14.042) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação, relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$232.865 (2011 - R\$ 308.323).

g) Créditos Renegociados

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos Renegociados	10.991.962	7.725.482
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.633.351)	(3.922.217)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	51,3%	50,8%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/12/2012		Consolidado 31/12/2011	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	9.399.824	3,4%	10.068.894	4,0%
10 Maiores	31.380.670	11,4%	28.285.880	11,2%
20 Maiores	42.713.428	15,5%	37.817.838	15,0%
50 Maiores	60.053.118	21,8%	55.371.687	21,9%
100 Maiores	74.531.667	27,1%	69.464.830	27,5%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	19.012.376	16.390.313
Câmbio Comprado a Liquidar	19.597.683	18.778.367
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(117.647)	(100.932)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	61.722	68.963
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	9.006
Total	38.554.134	35.145.717
Circulante	38.349.206	34.851.804
Longo Prazo	204.928	293.913
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	18.920.118	16.993.366
Obrigações por Compra de Câmbio	19.832.738	18.007.976
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(2.354.781)	(2.225.486)
Outros	491	17.998
Total	36.398.566	32.793.854
Circulante	36.246.517	32.393.881
Longo Prazo	152.049	399.973
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	945.555	700.160
Créditos de Exportação Confirmados	353.018	166.825

10. Negociação e Intermediação de Valores

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	301.003	256.101
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	12.160	73.135
Bolsas - Depósitos em Garantia	7.370	276.919
Outros	583.745	88.408
Total (Circulante)	904.278	694.563
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	226.204	290.187
Credores - Conta Liquidações Pendentes	55.925	51.000
Credores por Empréstimos de Ações	281.244	351.296
Comissões e Corretagens a Pagar	1.475	1.787
Total	564.848	694.270
Circulante	564.848	694.242
Longo Prazo	-	28

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.098.216	5.071.235	(5.022.980)	4.146.471
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	531.309	244.800	(198.259)	577.850
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.613.798	803.532	(117.680)	3.299.650
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.221.829	533.795	(759.656)	995.968
Ágio Amortizado	116.762	-	(116.762)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.264	-	(501.877)	1.172.387
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.788	246.288	-	347.076
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	314.938	-	(6.101)	308.837
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	313.422	363.191	(427.759)	248.854
Outras Provisões Temporárias	1.452.661	-	(37.181)	1.415.480
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	12.437.987	7.262.841	(7.188.255)	12.512.573
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	329.249	1.136.704	-	1.465.953
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	13.450.817	8.399.545	(7.188.255)	14.662.107
Créditos não Registrados	(889.053)	-	325.356	(563.697)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	12.561.764	8.399.545	(6.862.899)	14.098.410
Circulante	5.980.796			6.020.627
Longo Prazo	6.580.968			8.077.783

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.987.213	4.070.056	(3.959.053)	4.098.216
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	578.053	75.310	(122.054)	531.309
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.965.458	795.768	(147.428)	2.613.798
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.011.718	684.871	(474.760)	1.221.829
Ágio Amortizado	189.020	-	(72.258)	116.762
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.762.752	-	(88.488)	1.674.264
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	92.408	8.380	-	100.788
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	301.201	13.737	-	314.938
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	272.942	467.340	(426.860)	313.422
Outras Provisões Temporárias	1.717.343	-	(264.682)	1.452.661
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	11.878.108	6.115.462	(5.555.583)	12.437.987
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	152.806	176.443	-	329.249
Contribuição Social - MP 2.158/2001	727.290	-	(43.709)	683.581
Total dos Créditos Tributários	12.758.204	6.291.905	(5.599.292)	13.450.817
Créditos não Registrados	(1.427.846)	-	538.793	(889.053)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	11.330.358	6.291.905	(5.060.499)	12.561.764
Circulante	4.925.931			5.980.796
Longo Prazo	6.404.427			6.580.968

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

							31/12/2012
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base		Total	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%		
2013	3.680.009	2.191.272	68.274	64.835	16.237	6.020.627	6.020.627
2014	1.763.841	863.414	68.274	689.388	203.566	3.588.483	3.588.483
2015	1.069.902	649.449	7.229	337.218	85.450	2.149.248	2.149.248
2016	247.412	145.159	7.229	339.798	267.096	1.006.694	1.006.694
2017	162.947	96.757	7.229	-	111.232	378.165	378.165
2018 a 2020	365.846	205.622	-	-	-	571.468	571.468
2021 a 2022	233.113	150.612	-	-	-	383.725	383.725
2023 a 2025	278.639	139.856	-	34.714	-	453.209	-
2026 a 2027	16.567	9.940	-	-	-	26.507	-
Após 2027	52.488	31.493	-	-	-	83.981	-
Total	7.870.764	4.483.574	158.235	1.465.953	683.581	14.662.107	14.098.410

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$13.008.571 (31/12/2011 - R\$11.511.849) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$12.724.981 (31/12/2011 - R\$11.133.475), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	11.691.143	10.150.781
Direitos Creditórios	5.580.687	2.090.820
Cédula de Produto Rural (CPR)	235.419	137.266
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.072.467	3.052.996
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.932.400	1.957.752
Outros	555.362	590.224
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 21.i)	827.471	840.772
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.502.900	1.438.191
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	3.759.737	1.669.988
Pagamentos a Ressarcir	319.332	215.237
Adiantamentos Salariais/Outros	230.280	402.682
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	34.540	74.468
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.g)	224.166	435.710
Outros	1.280.936	802.191
Total	32.246.840	23.859.078
Circulante	22.820.862	13.865.062
Longo Prazo	9.425.978	9.994.016

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander estabeleceu uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica – grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior – e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

O processo de aprovação da constituição da subsidiária perante os órgãos reguladores (Bacen, Ministério de Economia y Hacienda da Espanha e Banco de España) foi concluído em 28 de março de 2012. A integralização do capital social da subsidiária foi realizada no montante equivalente a €748 milhões.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	Agência	Grand Cayman	Santander Brasil EFC
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
Ativo	54.205.207	46.442.545	2.106.781
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	54.205.166	46.442.510	2.105.386
Disponibilidades	158.240	215.913	2.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.878.978	3.293.618	1.506.745
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	23.278.996	18.222.565	88.907
Operações de Crédito ⁽¹⁾	18.142.854	21.062.945	503.286
Carteira de Câmbio	1.744.631	3.010.026	-
Outros	1.001.467	637.443	3.582
Ativo Permanente	41	35	1.395
Passivo	54.205.207	46.442.545	2.106.781
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	33.376.847	28.361.201	88.434
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	2.307.837	4.153.380	9.865
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.760.372	8.169.049	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	12.403.362	10.893.792	-
Carteira de Câmbio	1.667.876	3.112.695	-
Outros	2.237.400	2.032.285	78.569
Resultados de Exercícios Futuros	5.213	15.213	-
Patrimônio Líquido	20.823.147	18.066.131	2.018.347
Lucro Líquido do Exercício	1.150.377	1.201.241	2.263

(1) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

Notas Explicativas

14. Participações em Coligadas e Controladas

31/12/2012					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	Administradora de Ativos	12.493.834	-	99,99%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) ⁽¹¹⁾	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,89%	39,89%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	-	96,52%	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ^{(7) (9)}	Holding	3.234	-	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽³⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	11.251.175	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) ⁽⁹⁾	Corretora de Seguros	174.360.541	-	60,65%	60,65%
MS Participações Societárias S.A. (MS Participações)	Holding	12.152.468	-	99,97%	99,97%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia)	Holding	37.406	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC ⁽⁵⁾	Financeira	75	-	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

31/12/2012

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controlada da CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾					
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)	Leasing	163	81	-	100,00%
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços ⁽⁹⁾					
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾ ⁽⁹⁾	Outras Atividades	348.253.362	17.929.313	-	100,00%
Controladas em Conjunto					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽⁴⁾	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽⁴⁾	Outras Atividades	3.859	1.217	11,11%	11,11%
Coligada					
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2012	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2012	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
			31/12/2012	31/12/2011		
Controladas do Banco Santander						
Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) ⁽²⁾	-	-	-	-	-	410.678
Santander Leasing	10.247.511	1.063.864	8.051.883	7.856.850	835.921	762.033
RCI Brasil Leasing ⁽⁶⁾	-	-	-	228.253	8.732	25.334
Santander Brasil Asset	172.443	55.313	172.443	187.770	55.313	73.977
Santander Consórcios ⁽⁸⁾	-	62	-	4.231	62	173
Santander Brasil Consórcio	108.036	31.028	108.036	147.715	31.028	38.876
Banco Bandepe	3.168.549	284.022	3.168.549	4.408.918	284.022	378.659
Aymoré CFI	1.117.959	(103.556)	1.117.959	1.221.515	(103.556)	347.494

Notas Explicativas

	Patrimônio Líquido (Prejuízo) Ajustado 31/12/2012	Lucro Líquido Ajustado 01/01 a 31/12/2012	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
			31/12/2012	31/12/2011		
CFI RCI Brasil	984.340	163.872	392.662	123.450	66.206	22.767
CRV DTVM	25.381	4.256	25.381	22.394	4.256	13.224
Santander CCVM	301.868	63.142	301.868	253.076	63.142	60.353
Microcrédito	19.064	6.571	19.064	17.556	6.571	5.882
Santander Brasil Advisory	12.738	1.438	12.295	39.262	1.369	36.474
Santander Participações ^{(1) (7) (9)}	1.199.541	190.317	1.199.541	268.730	190.317	39.191
Webmotors S.A. ^{(7) (9)}	-	-	-	60.514	5.324	11.207
Santander Getnet ⁽³⁾	53.271	36.481	26.636	13.061	13.576	6.450
Sancap	333.744	116.873	333.744	241.716	116.873	146.248
Santander Serviços ^{(9) (10)}	562.660	8.614	341.272	-	(485)	-
MS Participações	26.627	(16.577)	26.620	12.311	(15.691)	311
Mantiq	6.503	1.703	6.503	50	1.703	-
Santos Energia	5.281	(841)	5.288	1.310	(1.225)	(144)
Santander Brasil EFC ⁽⁵⁾	2.018.347	2.263	2.018.329	-	2.297	-
Outras	-	-	-	-	-	62
Controlada da CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾						
RCI Brasil Leasing ⁽⁶⁾	612.340	86.929	-	-	-	-
Controlada da Sancap						
Santander Capitalização	272.003	116.889	-	-	-	-
Controlada da Santander Serviços ⁽⁹⁾						
Webmotors S.A. ^{(7) (9)}	70.102	9.680	-	-	-	-
Controladas em Conjunto						
Cibrasec ⁽⁴⁾	75.425	9.579	10.285	10.287	1.306	1.564
Norchem Participações	46.737	1.681	23.369	22.528	840	(2.973)
EBP ⁽⁴⁾	24.532	20.884	2.726	679	2.046	(2.320)
Coligada						
Norchem Holding	104.213	4.947	22.666	24.200	1.076	4.074
Total			17.387.119	15.166.376	1.571.023	2.379.594

(1) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de março de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Santander Participações no valor de R\$1.000.000, através da transferência de ativos do Banco Santander, no valor de R\$745.191 e em forma de caixa, no valor de R\$254.809.

(2) Investimento alienado em outubro de 2011 (Nota 35.c).

(3) O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina o controle do Banco sob a entidade.

(4) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco presume influência significativa sobre essa participação, que é comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração da investida e à participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e a investida.

(5) Subsidiária independente na Espanha estabelecida em março de 2012 (Nota 13).

(6) Nas AGEs de 31 de maio de 2012, os acionistas da RCI Brasil Leasing e da CFI RCI Brasil, aprovaram a incorporação da totalidade de ações de emissão da RCI Brasil Leasing ao patrimônio da CFI RCI Brasil na data-base de 31 de março de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil (Nota 35.e).

(7) Em 29 de junho de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Participações no valor de R\$135.000, mediante a emissão de novas ações, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$69.163 em moeda corrente nacional e R\$65.837 mediante a conferência de 366.182.675 mil ações de sua subsidiária integral Webmotors S.A., transferindo o controle para a Santander Participações na data-base de 30 de abril de 2012.

(8) Empresa incorporada pela Santander Brasil Consórcio em 31 de julho de 2012 (Nota 35.b).

Notas Explicativas

(9) Reestruturação societária com o objetivo de segregar os investimentos em participações societárias de natureza temporária (private equity) e as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado (Nota 35.a).

(10) O resultado da equivalência patrimonial foi calculado sobre o resultado apurado no mês de dezembro de 2012 que corresponde a um prejuízo no valor de R\$800.

(11) Na AGE realizada em 29 de novembro de 2012, os acionistas do Bandepe aprovaram o grupamento de suas ações, passando de 2.183.667.026 mil ações para 2.184 mil ações ordinárias, ainda pendente de aprovação pelo Bacen.

Notas Explicativas

15. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2012 Residual	31/12/2011 Residual
Imóveis de Uso	2.065.276	(437.434)	1.627.842	1.708.109
Terrenos	683.092	-	683.092	707.991
Edificações	1.382.184	(437.434)	944.750	1.000.118
Outras Imobilizações de Uso	7.878.484	(3.940.186)	3.938.298	3.194.782
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.868.519	(725.590)	1.142.929	928.980
Sistemas de Processamento de Dados	2.083.867	(1.594.855)	489.012	505.282
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.398.682	(1.110.414)	1.288.268	1.139.294
Sistemas de Segurança e Comunicações	498.955	(282.713)	216.242	201.885
Outras	1.028.461	(226.614)	801.847	419.341
Total	9.943.760	(4.377.620)	5.566.140	4.902.891

16. Intangível

	Custo	Amortização	31/12/2012 Líquido	31/12/2011 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	(13.207.821)	12.804.269	16.441.254
Outros Ativos Intangíveis	6.996.274	(2.799.086)	4.197.188	3.420.251
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.607.345	(1.469.885)	2.137.460	2.038.763
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.228.459	(1.312.335)	1.916.124	1.302.155
Outros	160.470	(16.866)	143.604	79.333
Total	33.008.364	(16.006.907)	17.001.457	19.861.505

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 10 anos, feito com auxílio de um terceiro especializado e independente e revisado e aprovado pela diretoria executiva, horizonte considerado adequado para determinar o valor econômico no caso de uma unidade geradora de caixa com perspectivas de continuidade do nível de atividade de suas operações. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2012 e 2011.

	31/12/2012	31/12/2011
Segmento Operacional:		
Banco Comercial	12.804.270	16.441.254
Total	12.804.270	16.441.254

	31/12/2012	31/12/2011
Principais Premissas:		
Base de Avaliação	Valor em Uso: Fluxos de Caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	10 Anos	10 Anos
Taxa de Crescimento	6,0%	5,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,0%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Notas Explicativas

a) Depósitos

					31/12/2012	31/12/2011
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	13.680.737	-	-	-	13.680.737	13.684.773
Depósitos de Poupança	26.856.910	-	-	-	26.856.910	23.293.434
Depósitos Interfinanceiros	-	496.185	31.061.299	999.882	32.557.366	50.396.953
Depósitos a Prazo	247.832	18.487.437	13.797.775	50.339.269	82.872.313	82.002.743
Total	40.785.479	18.983.622	44.859.074	51.339.151	155.967.326	169.377.903
Circulante					104.628.175	113.464.541
Longo Prazo					51.339.151	55.913.362

b) Captações no Mercado Aberto

				31/12/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	27.969.354	6.539.498	27.468.352	61.977.204	64.559.541
Títulos Públicos	25.182.447	32.946	-	25.215.393	33.634.347
Outros	2.786.907	6.506.552	27.468.352	36.761.811	30.925.194
Carteira de Terceiros	9.146.494	-	-	9.146.494	8.424.898
Carteira de Livre Movimentação	5.843.906	2.686.076	-	8.529.982	7.911.677
Total	42.959.754	9.225.574	27.468.352	79.653.680	80.896.116
Circulante				52.185.328	59.231.381
Longo Prazo				27.468.352	21.664.735

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	9.510.795	16.256.098	12.798.608	38.565.501	29.817.371
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽³⁾	3.806.164	6.997.930	432.748	11.236.842	8.550.108
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	860.427	1.082.732	65.313	2.008.472	1.341.232
Letras Financeiras ⁽¹⁾	4.844.204	8.175.436	12.300.547	25.320.187	19.926.031
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.414.933	2.375.405	11.508.100	15.298.438	8.696.644
Eurobonds	1.263.199	2.238.685	9.560.465	13.062.349	6.544.102
Notas de Securitização - MT100 ⁽²⁾	151.734	136.720	1.947.635	2.236.089	2.152.542
Total	10.925.728	18.631.503	24.306.708	53.863.939	38.514.015
Circulante				29.557.231	17.426.772
Longo Prazo				24.306.708	21.087.243

(1) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2012, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2018.

(2) Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

(3) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2012, possuem prazo de vencimento entre 2013 a 2017.

Notas Explicativas

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2012 Total	31/12/2011 Total
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	2.806.547	-
Eurobonds	março-11	março-14	US\$	Libor + 2,1%	2.452.473	2.252.536
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	1.741.878	1.608.424
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.740.005	1.617.341
Eurobonds	outubro-12	janeiro-13	US\$	Zero Cupom	630.533	-
Eurobonds	dezembro-12	junho-13	US\$	Zero Cupom	591.958	-
Eurobonds	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	343.275	-
Eurobonds	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	335.749	300.803
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	333.182	333.182
Eurobonds	outubro-12	abril-13	US\$	Zero Cupom	217.196	-
Eurobonds	novembro-12	novembro-13	US\$	Zero Cupom	214.794	-
Outras					1.654.759	431.816
Total					13.062.349	6.544.102

Notas de Securitização - MT100	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2012 Total	31/12/2011 Total
Série 2008-1 ⁽¹⁾	maio-08	março-15	US\$	6,2%	212.565	265.203
Série 2008-2 ^{(1) (2)}	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 meses) + 0,8%	820.758	753.126
Série 2009-1 ⁽¹⁾	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 meses) + 2,1%	69.730	94.494
Série 2009-2 ^{(1) (3)}	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	103.967	95.434
Série 2010-1 ^{(1) (4)}	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,5%	513.993	471.594
Série 2011-1 ^{(1) (5)}	maio-11	março-18	US\$	4,2%	206.758	189.790
Série 2011-2 ^{(1) (6)}	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,4%	308.318	282.901
Total					2.236.089	2.152.542

(1) Encargos pagos semestralmente.

(2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).

(3) Principal será pago em 14 parcelas semestrais a partir de março de 2013.

(4) Principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de março de 2013.

(5) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

(6) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Depósitos a Prazo	6.504.220	8.159.294
Depósitos de Poupança	1.491.810	1.944.715
Depósitos Interfinanceiros	4.043.469	4.433.249
Captação no Mercado Aberto	7.817.813	8.703.911
Outros ⁽¹⁾	5.464.558	5.887.418
Total	25.321.870	29.128.587

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

Notas Explicativas

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2012			31/12/2011	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	16.001	32.933	73.350	122.284	-
Obrigações por Empréstimos no Exterior	4.781.682	9.917.862	1.179.550	15.879.094	14.821.684
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.060.345	9.791.504	1.167.150	15.018.999	13.648.985
Outras Linhas de Crédito	721.337	126.358	12.400	860.095	1.172.699
Obrigações por Repasses do País	703.577	3.090.333	5.590.711	9.384.621	10.221.614
Obrigações por Repasses do Exterior	10.440	10.108	20.216	40.764	1.076.625
Total	5.511.700	13.051.236	6.863.827	25.426.763	26.119.923
Circulante				18.562.936	18.265.603
Longo Prazo				6.863.827	7.854.320

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2013 (31/12/2011 - até o ano de 2016) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,7% a.a. a 11,4% a.a. (31/12/2011 - 0,3% a.a. a 14,9% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros de 1,53% a.a. (31/12/2011 - 1,3% a.a. a 2,1% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (31/12/2011 - até o ano de 2014).

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21.b)	9.636.920	7.766.647
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.i)	814.160	817.570
Passivos Tributários Diferidos	1.611.893	1.403.690
Impostos e Contribuições a Pagar	337.250	328.955
Total	12.400.223	10.316.862
Circulante	9.093.831	7.306.192
Longo Prazo	3.306.392	3.010.670

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	630.792	209.956	-	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	646.056	47.203	-	693.259
Superveniência de Arrendamento Mercantil	115.144	-	(37.834)	77.310
Outros	11.698	-	(11.122)	576
Total	1.403.690	257.159	(48.956)	1.611.893

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.037.424	-	(406.632)	630.792
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	306.613	339.443	-	646.056
Superveniência de Arrendamento Mercantil	145.557	-	(30.413)	115.144
Outros	2.174	9.524	-	11.698
Total	1.491.768	348.967	(437.045)	1.403.690

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as Normas do Bacen, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível II, para apuração dos limites operacionais.

Notas Explicativas

					31/12/2012	31/12/2011
	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	3.048.617	2.801.102
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.649.313	1.516.018
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.553.537	1.427.982
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	1.010.620	920.870
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	929.321	848.876
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 a julho-18	R\$447 milhões	104,5% CDI	895.314	822.956
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-13	R\$300 milhões	104,0% CDI	561.379	516.217
CDB Subordinado	agosto-07	agosto-13	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	524.743	482.026
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R\$250 milhões	104,5% CDI	469.107	431.194
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R\$283 milhões	CDI ⁽²⁾	461.792	422.628
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R\$268 milhões	IPCA ⁽³⁾	494.490	431.919
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R\$100 milhões	120,5% CDI	161.101	146.183
CDB Subordinado	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85 milhões	IPCA + 7,9%	159.817	140.373
Total					11.919.151	10.908.344
Circulante					3.727.745	-
Longo Prazo					8.191.406	10.908.344

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.
(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

20. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações com Cartões de Crédito	12.696.600	11.004.024
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21.b)	4.019.530	4.627.112
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 33)	1.307.815	1.246.040
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	39.217	336.068
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.i)	13.311	23.202
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.219.567	1.173.165
Despesas Administrativas	186.300	141.782
Outros Pagamentos	177.992	164.338
Credores por Recursos a Liberar	615.274	629.516
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	176.583	153.296
Obrigações por Convênios Oficiais	-	85.447
Fornecedores	209.690	234.515
Outras	1.826.094	1.628.088
Total	22.487.973	21.446.593
Circulante	19.062.002	16.716.082
Longo Prazo	3.425.971	4.730.511

(1) Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$20.435 (31/12/2011 - R\$275.743).

21. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Notas Explicativas

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.m).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	9.636.920	7.766.647
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20)	4.019.530	4.627.112
Ações Trabalhistas	2.538.878	3.261.334
Ações Cíveis	1.480.652	1.365.778
Total	13.656.450	12.393.759

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.766.647	3.261.334	1.365.778	6.523.044	2.709.904	1.482.239
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.321.830	956.607	476.833	1.197.559	1.961.656	65.915
Atualização Monetária	581.953	220.078	114.827	610.375	266.379	129.433
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(18.414)	(1.880.280)	(495.647)	(15.175)	(1.664.563)	(322.988)
Outros ⁽³⁾	(15.096)	(18.861)	18.861	(549.156)	(12.042)	11.179
Saldo Final	9.636.920	2.538.878	1.480.652	7.766.647	3.261.334	1.365.778
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	861.597	757.558	111.934	818.304	822.798	125.772
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	25.732	51.626	4.478	24.366	60.697	4.708
Total dos Depósitos em Garantia ⁽⁴⁾	887.329	809.184	116.412	842.670	883.495	130.480

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2012, inclui os pagamentos de processos trabalhistas, referente a iniciativa do Banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco Santander vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.

(3) Em 2011, referem-se, principalmente, a transferência para provisão para processos judiciais e administrativos - responsabilidade de ex-controladores (Nota 21.i).

(4) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, registrados em provisão para riscos fiscais e obrigações legais (Nota 18) e com perda possível, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$7.836.446 (31/12/2011 - R\$6.168.062): o Banco Santander ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$448.624 (31/12/2011 - R\$419.548): o Banco Santander ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, e com perda provável, referem-se à discussão a seguir:

Notas Explicativas

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.519 (31/12/2011 - R\$3.440): o Banco Santander ingressou com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

ISS - Instituições Financeiras - R\$425.204 (31/12/2011 - R\$312.604): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$330.090 (31/12/2011 - R\$271.569): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. Ainda, no mês de outubro de 2011 o STJ decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Notas Explicativas As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, incluindo as obrigações legais, totalizaram R\$8,5 bilhões, sendo os principais processos os seguintes:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda pende de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$585 milhões cada.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador das instituições bancárias sucedidas pelo Banco Santander como reembolso de pagamentos realizados pelo Banco Santander e suas controladas com passivos originados das atividades realizadas por essas instituições quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo.

A Receita Federal entendeu que o valor ressarcido em favor das referidas entidades corresponde a “renda tributável” e não a reembolsos. Em novembro de 2011 o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração, tendo sido extinto em fevereiro de 2012 pelo decurso do prazo recursal. Em relação ao período-base 2004, tivemos nova decisão favorável no CARF, a qual ainda poderá ser objeto de recurso. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de dezembro de 2012, o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$141 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$344 milhões.

CSLL - Anterioridade - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Em julho de 2012 a ação teve decisão final favorável.

CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - o Banco questionou a autuação da Receita Federal do Brasil alegando irregularidades no recolhimento da CSLL, devido a uma sentença transitada em julgado cancelando a exigência das taxas da CSLL de acordo com as Leis nº. 7.689/1988 e 7.787/1989. Em janeiro de 2012 a classificação de risco do caso foi alterada para perda remota em razão de ter sido acolhida a tese da prescrição. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a essa ação era de aproximadamente R\$165 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais, originados de autos de infração, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. As autoridades fiscais alegam que os pagamentos feitos pelas empresas não atenderam aos requisitos da lei. O Banco recorreu contra essas acusações, em virtude de considerar o tratamento fiscal adequado com base nas leis aplicáveis e a natureza dos pagamentos. Em 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$302 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$0,6 bilhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF, o qual aguarda decisão. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$0,7 bilhão. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores médios estatísticos, e na avaliação de êxito segundo avaliação jurídica. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável às circunstâncias de cada caso.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$814.160, R\$10.078 e R\$3.233 (31/12/2011 - R\$817.570, R\$14.150 e R\$9.052), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 20) de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

Notas Explicativas

j) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade do Banco

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Tivemos decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Essa decisão pode ser objeto de recurso. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.. Em 31 de dezembro de 2012, o valor era de aproximadamente R\$223 milhões.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	31/12/2012			Em Milhares de Ações 31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	18.079.891	17.841.646	35.921.537	16.000.704	16.052.894	32.053.598
De Domiciliados no Exterior	194.761.841	168.360.739	363.122.580	196.841.028	170.149.491	366.990.519
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117
(-) Ações em Tesouraria	(568.882)	(517.166)	(1.086.048)	(391.254)	(355.685)	(746.939)
Total em Circulação	212.272.850	185.685.219	397.958.069	212.450.478	185.846.700	398.297.178

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	31/12/2012			
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Reais por Milhares de Ações/Units Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	400.000	0,9600	1,0560	105,6001
Dividendos Intermediários ^{(2) (5)}	490.000	1,1763	1,2939	129,3968
Dividendos Intercalares ^{(2) (4)}	410.000	0,9842	1,0827	108,2708
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (4)}	170.000	0,4081	0,4489	44,8927
Dividendos Intermediários ^{(6) (10)}	350.000	0,8402	0,9243	92,4273
Dividendos Intercalares ^{(6) (9)}	150.000	0,3601	0,3961	39,6117
Juros sobre Capital Próprio ^{(8) (9)}	450.000	1,0804	1,1884	118,8399
Dividendos Intercalares ^{(7) (9)}	250.000	0,6002	0,6602	66,0221
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2012	2.670.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R\$0,8160, preferenciais - R\$0,8976 e Units - R\$89,7600, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012, ordinárias - R\$0,3469, preferenciais - R\$0,3816 e Units - R\$38,1589, líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) O valor dos dividendos intermediários será imputado integralmente aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2012.

(7) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012.

(8) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012, ordinárias - R\$0,9183, preferenciais - R\$1,0101 e Units - R\$101,0139 líquidos de impostos.

Notas Explicativas

(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e será pago a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(10) Do valor dos dividendos intermediários, R\$348.950 serão imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e o valor de R\$1.050 será imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	31/12/2011			
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5) (9)}	600.000	1,4366	1,5802	158,0216
Dividendos Intermediários ^{(2) (5)}	273.840	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares ^{(2) (5) (9)}	476.160	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (5) (9)}	550.000	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares ^{(4) (5) (9)}	100.000	0,2394	0,2634	26,3369
Juros sobre o Capital Próprio ^{(6) (8) (9)}	400.000	0,9592	1,0551	105,5127
Dividendos Intercalares ^{(7) (8) (9)}	775.000	1,8590	2,0449	204,4944
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2011	3.175.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2011, ordinárias - R\$1,2211, preferenciais - R\$1,3432 e Units - R\$134,3184, líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em maio de 2011.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2011, ordinárias - R\$1,1193, preferenciais - R\$1,2313 e Units - R\$123,1252, líquidos de impostos.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2011.
- (5) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intermediários/intercalares foram pagos em 29 de agosto de 2011.
- (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2011, ordinárias - R\$0,8153, preferenciais - R\$0,8969 e Units - R\$89,6858, líquidos de impostos.
- (7) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2011.
- (8) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 28 de fevereiro de 2012.
- (9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2011.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Notas Explicativas

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de agosto de 2012 o Conselho de Administração deliberou aprovar a renovação, por mais um ano, do programa de recompra de certificado de depósito de ações ("Units") aprovado em 24 de agosto de 2011, até 24 de agosto de 2013.

O novo Programa de Recompra atual tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, em consonância com a Resolução do CMN 3.921/2010, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo e (3) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas será utilizada pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 57.006.302 Units, representativas de 3.135.346.633 ações ordinárias e 2.850.315.121 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman correspondendo, em 31 de julho de 2012, a aproximadamente 1,5% da totalidade do capital social do Banco, mesmo percentual do programa anterior.

Em 2012 foram adquiridas 3.229.618 Units que permaneceram em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2012 é de 8.610.418 Units (31/12/2011 - 5.380.800), equivalente a R\$134.371 (31/12/2011 - R\$79.547). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,80, R\$15,61 e R\$18,52. Em 2011 foram também adquiridas e permanecem em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante atual de R\$36.191 (31/12/2011 - R\$33.221). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$14,97 por Unit e US\$7,28 por ADR.

Adicionalmente, em 2012, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em uma perda de R\$41 registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

23. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio de Referência Nível I	65.213.301	64.759.590
Patrimônio de Referência Nível II	5.069.813	6.642.092
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	70.283.114	71.401.682
Patrimônio de Referência Exigido	37.131.442	31.701.580
Parcela de Risco de Crédito ⁽²⁾	32.409.974	28.761.446
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	2.951.238	1.219.396
Parcela de Risco Operacional	1.770.230	1.720.738
Índice de Basileia II ⁽⁴⁾	20,8	24,8

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para a carteira de pessoas físicas, a Circular Bacen 3.515/2010, introduziu a ponderação de risco de 150% para operações de crédito acima de 24 meses, permitindo algumas exceções dado o tipo da operação, prazo e garantias relacionadas. Contudo, em 11 de novembro de 2011, o Bacen revogou a Circular 3.515 e publicou a Circular 3.563 que exige a aplicação da ponderação de 150% para as operações de financiamento de veículos com prazo contratual acima de 24 e de até 60 meses, reduz a ponderação de risco para crédito consignados contratados anterior a esta Circular de 150% para 75% e eleva a ponderação de risco para 300% as operações de crédito consignado e crédito pessoal sem propósito específico com prazo acima de 60 meses, contratadas a partir de 14 de novembro de 2011.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

(4) Desconsiderando o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e AAB Dois Par, o índice de Basileia II é de 17,7% (31/12/2011 - 20,2%).

O Banco Santander, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

24. Partes Relacionadas

Notas Explicativas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 23 de março de 2012, aprovou conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2012, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2012.

O Banco Santander, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 33.c).

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Remuneração Fixa	46.827	46.501
Remuneração Variável ⁽¹⁾	114.866	162.154
Outras	12.469	11.709
Total Benefícios de Curto Prazo	174.162	220.364
Remuneração Baseada em Ações ⁽²⁾	34.431	18.067
Total Benefícios de Longo Prazo	34.431	18.067
Total ⁽³⁾	208.593	238.431

(1) Em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.
(2) Em 25 de outubro de 2011, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos (Nota 33.c) em consonância com a Resolução CMN 3.921/2010.
(3) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Em 2012, foi pago aos Administradores da Santander Asset o montante de R\$6.292 e em 2011, foi pago aos Administradores da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e da Santander Asset R\$8.312.

Adicionalmente, em 2012, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$46.001 (2011 - R\$22.205).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Notas Explicativas

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					(%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	61.606.700	29,0%	51.386.053	27,7%	112.992.753	28,4%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,9%	86.492.330	46,6%	186.019.413	46,7%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	173.703	0,1%	159.213	0,1%	332.916	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.758.700	23,9%	47.647.623	25,6%	98.406.323	24,7%
Total	212.272.850	100,0%	185.685.219	100,0%	397.958.069	100,0%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2011	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					(%)
GES ⁽¹⁾	72.876.994	34,3%	61.631.776	33,2%	134.508.770	33,8%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,7%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
SIH ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,0%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.538.079	17,7%	35.628.926	19,2%	73.167.005	18,4%
Total	212.450.478	100,0%	185.846.700	100,0%	398.297.178	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social. Em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Vendas de ADRs do Banco Santander Espanha e Aumento do "Free Float"

Em 22 de março de 2012, o Santander Espanha informou ao Banco Santander que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/2002, e conforme o compromisso firmado de atingir o "free-float" de 25% do capital social do Banco Santander, reduziu a sua participação no capital social do Banco Santander em 5,76%, o que resultou no aumento do "free-float" do Banco Santander para 24,12%, na ocasião. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) foi resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Banco Santander efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos.

Notas Explicativas

Prorrogação do Prazo para Atingir o Percentual Mínimo de Ações em Circulação (Free Float) de 25%

Em 9 de outubro de 2012, o Banco Santander comunicou ao mercado, que a BM&FBovespa, deferiu o pleito do Banco Santander e de seus acionistas controladores para prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação (free float) de 25% para 7 de outubro de 2013, que poderá ser prorrogável por mais um ano, sob determinadas condições.

Conforme informado pelo acionista controlador, pretende-se atingir a diferença existente entre o atual percentual e o percentual mínimo de ações em circulação, por meio da realização de venda ou entrega de ações de sua emissão através de negociações privadas junto a determinados investidores qualificados no mercado brasileiro ou no mercado exterior (inclusive sob a forma de American Depositary Receipts - “ADRs”) e/ou emissão de novas ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Disponibilidades	81.342	228.821	-	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	80.152	227.724	-	-
Banco Santander México ⁽⁵⁾	51	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁵⁾	1.139	1.097	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.262.832	36.202.547	3.902.525	2.813.443
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	29.258.507	35.385.466	3.832.490	2.757.626
Banco Santander Espanha ^{(1) (3)}	7.939.110	-	9.871	5.046
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	1.065.215	817.081	59.546	50.771
Diversos	-	-	618	-
Títulos e Valores Mobiliários	35.767.196	32.995.982	2.816.547	3.432.176
Santander Leasing ⁽⁴⁾	35.767.196	32.995.982	2.816.547	3.432.176
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(755.678)	(402.010)	(470.024)	(454.070)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁵⁾	(399.110)	(308.821)	81.575	(38.238)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(275.310)	(94.573)	(472.744)	(342.975)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁵⁾	(68.552)	(39.102)	(40.701)	(91.726)
Diversos	(12.706)	40.486	(38.154)	18.869
Dividendos e Bonificações a Receber	50.814	82.881	517.754	895.434
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	-	-	-	89.590
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	25.630	-	56.900
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	-	-	10.640	7.960
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	-	-	130.000	224.290
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	-	347.533	479.302
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	21.407	5.443	13.962	6.403
Sancap ⁽⁴⁾	27.757	34.734	-	-
Diversos	1.650	17.074	15.619	30.989
Negociação e Intermediação de Valores	489.795	359.726	2.563	5.088
Santander Benelux ⁽⁵⁾	317.233	262.818	452	253
Abbey National Treasury ⁽⁵⁾	34.024	1.369	-	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	138.538	95.539	2.111	4.835
Carteira de Câmbio - Liquida	(132.647)	(61.915)	78.299	(97.549)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(132.647)	(61.915)	78.299	(97.549)

Notas Explicativas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	224.166	435.710	614.602	520.450
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	134.046	299.422	50	129
Santander Capitalização ⁽⁴⁾	14.675	14.155	190.064	189.623
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	75.445	56.561	-	-
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	271.829	210.163
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	-	-	33	4.381
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	59.338	60.837	65.892
Diversos	-	6.234	91.789	50.262
Outros Créditos - Diversos	183.244	88.770	24.457	701.369
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign) ⁽⁴⁾	164.698	77.692	-	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	17.032	5.402	17.509	18.632
ZS Insurance América, S.L.	-	-	-	661.122
Diversos	1.514	5.676	6.948	21.615
Depósitos	(32.629.080)	(49.693.706)	(4.025.757)	(4.348.868)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(28.326.282)	(35.775.475)	(2.835.439)	(3.262.494)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(4.887)	-	(33.562)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁵⁾	-	-	-	(5.013)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	(2.932.218)	(11.636.854)	(1.071.022)	(846.380)
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	(721.166)	(2.063.340)	(62.272)	(208.966)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	(29.190)	(31.062)	-	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(239.067)	(116)	(5.005)	-
Diversos	(376.270)	(186.859)	(18.457)	(26.015)
Operações Compromissadas	(7.125.118)	(3.244.688)	(480.302)	(316.709)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	-	(223.252)	(1.922)	(21.777)
Santander Brasil Advisory ⁽⁴⁾	(11.810)	(48.401)	(1.992)	(5.946)
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	(44.730)	(45.798)	(3.927)	(4.920)
Santander Brasil Consórcio ⁽⁴⁾	(97.676)	(169.135)	(14.474)	(15.972)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	(110.240)	(3.411)	(6.369)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	-	(47.898)	(2.034)	(3.407)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa ⁽⁴⁾	(6.342.285)	(1.158.102)	(332.170)	(120.483)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	(1.000.136)	(68.163)	(109.369)
Bandepe ⁽⁴⁾	(133.309)	(85.811)	(5.413)	(8.114)
Santander CCVM ⁽⁴⁾	(185.653)	(144.798)	(13.112)	(13.112)
Santander Participações ⁽⁴⁾	(293.404)	(110.599)	(27.225)	(4.605)
Diversos	(16.251)	(100.518)	(6.459)	(2.635)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(161.698)	(1.367.964)	(6.727)	(173.015)
Banco Santander Espanha ^{(2) (3)}	(156.063)	(1.200.207)	(6.727)	(172.984)
Diversos	(5.635)	(167.757)	-	(31)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(766.086)	(911.619)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽³⁾	(529.278)	(520.615)	-	-
GES ⁽⁵⁾	(236.246)	(379.617)	-	-
Diversos	(562)	(11.387)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(8.772)	(6.615)	(275.805)	(230.819)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁷⁾	-	-	(4.631)	(103.991)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	-	(90.907)	(54.101)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	-	-	(140.217)	-
Microcrédito ⁽⁴⁾	(3.006)	(3.088)	(33.195)	(28.004)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(2.137)	(2.813)	-	(152)
Diversos	(3.629)	(714)	(6.855)	(44.571)
Despesas com Doações	-	-	(14.227)	(17.469)
Fundação Sudameris	-	-	(10.000)	(8.000)
Fundação Santander	-	-	(3.000)	(8.117)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.227)	(1.352)

Notas Explicativas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Outras Obrigações - Diversas	(2.246.737)	(2.161.292)	(281.504)	(225.768)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.321)	(1.054)	(55.690)	(36.906)
Brazil Foreign ⁽⁴⁾	(2.236.089)	(2.152.543)	(62.399)	(53.013)
Tecban - Tecnologia Bancaria Brasil ⁽⁵⁾	-	-	(99.739)	(89.629)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁵⁾	-	-	(37.280)	(12.959)
Diversos	(9.327)	(7.695)	(26.396)	(33.261)

- (1) Em 28 de dezembro de 2012, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros de 0,17% a.a. mantidas, pela Agência Grand Cayman do Banco, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).
- (2) Em 28 de dezembro de 2012, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2013 e juros de 0,17% a.a. e 0,10% a.a. mantidas, pela Agência Grand Cayman do Banco e subsidiária Santander Brasil EFC, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).
- (3) Controlador.
- (4) Controlada.
- (5) Controlada pelo Banco Santander Espanha.
- (6) Controlada em Conjunto - Banco Santander.
- (7) Controlada em Conjunto - Banco Santander Espanha.

25. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Administração de Recursos	1.057.605	1.083.323
Serviços de Conta Corrente	1.618.893	1.511.591
Operações de Crédito	589.159	568.676
Comissões de Seguros	1.476.823	1.491.274
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.800.599	2.078.430
Cobrança e Arrecadações	720.550	633.040
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	276.911	359.745
Outras	325.727	277.469
Total	8.866.267	8.003.548

26. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Remuneração	3.474.559	2.985.762
Encargos	1.323.591	1.221.007
Benefícios	1.004.790	895.788
Treinamento	140.238	115.089
Outras	16.887	15.755
Total	5.960.065	5.233.401

27. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	5.308.091	4.423.590
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.924.444	1.773.851
Comunicações	597.218	595.562
Processamento de Dados	1.210.872	1.149.164
Propaganda, Promoções e Publicidade	402.452	366.966
Aluguéis	614.561	539.100
Transportes e Viagens	176.264	170.667
Serviços do Sistema Financeiro	255.408	220.100
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	559.956	520.747
Manutenção e Conservação de Bens	192.433	180.420
Água, Energia e Gás	172.938	161.121
Material	105.423	120.435
Outras	259.381	234.981
Total	11.779.441	10.456.704

- (1) Inclui amortização de ágio no valor de R\$3.636.985 (2011 - R\$3.103.501), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

28. Despesas Tributárias

Notas Explicativas

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Despesa com Cofins	1.444.277	1.236.767
Despesa com ISS	320.153	329.327
Despesa com PIS/Pasep	234.695	199.625
Outras	605.241	610.547
Total	2.604.366	2.376.266

29. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Atualização de Depósitos Judiciais	272.695	350.574
Recuperação de Encargos e Despesas	659.424	639.543
Reversão de Provisões Operacionais	345.180	68.991
Variação Monetária Ativa	199.669	2.025
Dividendos e Bonificações	8.428	5.377
Avaliação do Valor Recuperável	592	-
Outras	221.279	285.267
Total	1.707.267	1.351.777

30. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Provisões Operacionais		
Fiscais	125.092	99.894
Trabalhistas	956.607	1.961.656
Cíveis	476.833	65.915
Outras	471.723	757.515
Despesas com Cartão de Crédito	1.496.967	1.005.249
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 33.a)	247.903	168.845
Variação Monetária Passiva	37.314	36.031
Despesas Judiciais e Custas	103.562	105.470
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	64.975	61.078
Avaliação do Valor Recuperável	-	4.744
Corretagens e Emolumentos	52.211	45.279
Comissões	84.211	67.783
Outras	951.370	1.041.384
Total	5.068.768	5.420.843

31. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	13.744	711.015
Resultado na Alienação de Valores e Bens ⁽²⁾	354.772	5.435
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens ⁽³⁾	(59.507)	11.538
Despesas com Bens não de Uso	(12.500)	(15.696)
Ganhos (Perdas) de Capital ⁽⁴⁾	161.197	15.472
Outras Receitas (Despesas) ⁽⁵⁾	(256.217)	124.967
Total	201.489	852.731

(1) Em 2011, inclui R\$648.783 referente ao ganho na venda da Santander Seguros (Nota 35.c).

(2) Em 2012, inclui R\$334.593 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

(3) Em 2012, refere-se a provisão com desvalorização de bens imóveis.

(4) Em 2012, inclui R\$148.492, referentes ao ganho da variação no percentual de participação do Banco pela segregação dos investimentos em participações de natureza temporária (private equity) dos investimentos em negócios relacionados aos serviços complementares aos serviços bancários (Nota 35.a).

(5) Em 2012, inclui R\$241.933, referente as despesas com indenizações trabalhistas - reestruturação/sinergia.

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

Notas Explicativas

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.927.944	3.007.349
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(907.977)	(1.168.350)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.020.000)	(1.550.000)
Resultado antes dos Impostos	999.967	288.999
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(399.987)	(115.600)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	421.115	593.403
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	129.751	(38.469)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	804.414	767.921
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	283.816	485.293
Demais Ajustes, incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(71.698)	39.200
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.167.411	1.731.748

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

33. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em Abril/2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a PREVIC, em razão de Déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 01 de Setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Notas Explicativas

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): Entidade Fechada de Previdência Complementar que administrava três planos de benefícios previdenciais, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, atual PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar, foram concretizados em julho de 2009.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2012			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.978.236)	(340.074)	(415.087)	(1.273.782)
Valor Justo dos Ativos do Plano	15.768.430	551.391	3.221	1.560.096
	(3.209.806)	211.317	(411.866)	286.314
Sendo :				
Superávit	296.462	211.317	-	286.314
Deficit	(3.506.268)	-	(411.866)	-
Perdas Atuariais não Reconhecidas	(2.771.275)	-	(191.081)	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	112.817	55.174	-	113.327
Valor não Reconhecido como Ativo	183.645	145.093	-	171.172
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	11.050	-	1.815
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro				
(734.993)	-	(220.785)	-	
Contribuições Efetuadas	135.949	-	42.584	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(189.591)	-	(58.312)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	3.460.188	64.500	287	349.393

Notas Explicativas	31/12/2011			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(14.925.995)	(78.403)	(360.679)	(1.025.142)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.234.324	154.104	2.853	1.289.427
	(1.691.671)	75.701	(357.826)	264.285
Sendo :				
Superávit	295.155	75.701	-	264.285
Deficit	(1.986.826)	-	(357.826)	-
Perdas Atuariais não Reconhecidas	(1.305.475)	-	(152.770)	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	124.782	19.411	-	113.115
Valor não Reconhecido como Ativo	170.373	44.159	-	150.167
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	12.131	-	1.003
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(681.351)	-	(205.056)	-
Contribuições Efetuadas	99.096	-	39.596	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(127.240)	12.131	(54.739)	1.003
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.331.215	15.271	-	115.500

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelo Banco em 2012, foram de R\$62.975 (2011 - R\$54.748).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: Para o plano de assistência médica "Aposentadoria SantanderPrevi", tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso era oferecido a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, como status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos Básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano Básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27/11/1998. Os que se aposentaram posterior a esta data, o subsidio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): Fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): Para os Aposentados Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica "clinica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas

	31/12/2012		31/12/2011	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.543.871)	(489.799)	(4.751.376)	(419.544)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.341.239	131.793	4.416.650	119.246
	(1.202.632)	(358.006)	(334.726)	(300.298)
Sendo :				
Superávit	-	120.758	-	116.254
Deficit	(1.202.632)	(478.764)	(334.726)	(416.552)
Perdas Atuariais não Reconhecidas	(1.295.051)	(126.726)	(408.343)	(56.919)
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	-	12.636	-	38.256
Valor não Reconhecido como Ativo	-	108.122	-	77.998
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	92.419	-	73.617	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	(352.037)	-	(359.633)
Contribuições Efetuadas	44.741	69.861	41.096	31.043
Receita (Despesas) Reconhecidas	(23.759)	(49.467)	7.042	
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.145.960	12.723	403.297	10.635

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Instrumentos de Patrimônio	2,80%	2,77%
Instrumentos de Dívida	93,40%	93,38%
Bens Imóveis	0,50%	0,50%
Outros	3,30%	3,36%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial ⁽¹⁾	8,7% e 9,0%	10,4%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte ⁽¹⁾	8,7% e 9,0%	10,5% a 12,4%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,4%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	4,9%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000

(1) Para 2012 taxa de desconto de 8,7% aposentadoria e 9,0% médico.

e) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

e.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Notas Explicativas

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado 50% em dinheiro e 50% em Units, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As Units não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP e PI14 - PSP ⁽¹⁾		SOP 2014 ⁽²⁾
	% de Ações Passíveis de		Exercício
1°	50%		100%
2°	35%		75%
3°	25%		50%
4°	0%		25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binominal	Binominal	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,81%	38,58%	43,11%
Taxa Livre de Risco	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 anos	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	3,72 anos
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício é de R\$14,93 (2011 - R\$14,96).

Em 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$43.564 (2011 - R\$12.721), referentes ao plano SOP e R\$12.032 (2011 - R\$15.200), referentes ao plano PSP. Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$2.691 como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

Notas Explicativas

	Quantidade de Ações	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2010	13.914.532					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(106.718)	-	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	40.479	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
Opções Concedidas (PI13 - PSP)	1.498.700	-	2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(130.493)	-	2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	14.450.000	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Saldo dos Planos em 31/dez/2011	29.666.500					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)	-	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)	-	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)	-	2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000	-	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)	-	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	25.915.376					
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
PI12 - PSP	-	-	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
PI13 - PSP	1.295.998	-	2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
PI14 - PSP	1.803.774	-	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
SOP 2014	17.911.837	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Total	25.915.376					

e.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Notas Explicativas

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248				
Opções Exercidas (PI11)	(1.783.945)	2008	Executivos	21/06/2008	31/07/2011
Opções Canceladas (PI11)	(527.286)	2008	Executivos	21/06/2008	31/07/2011
Opções Concedidas (PI14)	531.684	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	1.670.701				
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	1.070.122				
Plano I12	-	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Plano I13	597.811	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Plano I14	472.311	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total	1.070.122				

Em 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$5.110 (2011 - R\$9.705), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

e.3) Bônus Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

Notas Explicativas O plano está dividido em 3 programas:

- a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados créditos no valor de R\$64.859 (2011-R\$1.180).
- b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do “Coletivo Supervisionado”, o valor diferido será pago 100% em Units “SANB11”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados créditos no valor de R\$1.930 (em 2011, não foram registradas despesas), referente a provisão do plano e foi registrado perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$1.007 como despesas de pessoal.
- c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registrados créditos no valor de R\$1.445 (em 2011, não foram registradas despesas).

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual será objeto de deliberação da AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 2 programas:

- Diretores e Estatutários - Diretores e Estatutários que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em Units “SANB11”; e
- Coletivo Não Supervisionado (Funcionários) - Empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será 100% em dinheiro, indexado a 110% do CDI.

34. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander opera com apetites locais e de acordo com a cultura de risco do Conglomerado Santander, em linha com os objetivos de desempenho locais e globais. Segue as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Em nossas operações, estamos expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.
- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos do Banco Santander, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.
- Risco socioambiental: está em vigor a prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades. Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química e Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto nossos analistas financeiros avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A nossa experiência mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

Notas Explicativas

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Participação efetiva da Administração nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- Definição de Políticas e Procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão prudente e visão cliente, junto do Conglomerado Santander. Suas principais atribuições são:

- Aprovar propostas, operações e limites de clientes e carteiras;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho, e alinhadas com as políticas do Conglomerado Santander;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais e reporta-se ao Presidente e ao Diretor Corporativo de Riscos do Banco Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que se encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

A função de Riscos de Crédito e Mercado é desenvolver políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito de acordo com o apetite de riscos e a estratégia definida pela Comissão Executiva. Além disso, a área é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

Nossa gestão de riscos é feita de acordo com as características dos clientes:

- Gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão é feita por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente; e
- Gestão Estandarizada: pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Para que as operações de crédito sejam realizadas com segurança e de acordo com as normas vigentes, coletamos documentos e informações que determinem o risco envolvido, os volumes de garantias e provisões necessários, identificando o tomador e a contraparte. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados, no mínimo, anualmente para estar sempre de acordo com as nossas necessidades e com os cenários do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado pela diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de Varejo. Aspectos macroeconômicos, condições de mercado, concentração setorial e geográfica, perfil dos clientes e perspectivas econômicas também são avaliados.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Notas Explicativas

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, RORAC e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimado pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Santander.

a) Modelos de Rating

O Banco Santander utiliza modelos próprios de rating para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado à probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência do banco. No Banco Santander, os ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas freqüentemente, além do cumprimento das obrigações financeiras nos termos acordados. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

Portanto, as classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente e incorporam a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A regularidade dessas novas avaliações é elevada para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

b) Perdas e Custo de Crédito

Estimamos mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente, as comparamos aos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente realizamos análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apóiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido pela despesa de provisão de 12 meses sobre a média de 12 meses da carteira de crédito.

Relatórios sobre o gerenciamento de risco são apresentados à administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do banco. Para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente são realizadas simulações de situações de risco.

Todas as informações sobre a estrutura e os procedimentos de gestão de risco são mantidas no Banco Santander, à disposição do Banco Central e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

Processo que identifica o interesse do banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação). Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação em função do capital econômico alocado. Para os demais grupos de empresas, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado, em valores nominais máximos de crédito, por cada prazo.

Notas Explicativas

Para os riscos de clientes estandarizados, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado. O cálculo/aprovação dos limites está baseado nos modelos de scoring e comportamentais.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada numa periodicidade preestabelecida ou cada vez que surge um novo cliente ou uma nova operação. Além disso, também é analisado o rating sempre que o sistema de alerta é acionado ou ocorre um evento que afeta a contraparte/operação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para controle da qualidade do crédito, formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

A área baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma que sejam tomadas ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi criado um sistema denominado “firmas sob vigilância especial” (FEVE), que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, afiançar, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que, nesse caso, é aconselhável um acompanhamento mais próximo, com o intuito de tomar medidas oportunas para correção e prevenção, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da ação.

Os clientes classificados no FEVE são revisados semestralmente ou a cada trimestre, no caso de categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, da decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático. O rating atribuído é revisado pelo menos uma vez ao ano.

Em relação a riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito, em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

Notas Explicativas

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

As mudanças na exposição do banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência é uma exigência do órgão regulador para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras de acordo com a Resolução CMN 3.444/2007. Esta resolução determina que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital e outros que devem estar compatíveis com o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

g) Recuperação de Crédito

A área de Negócios de Recuperação é responsável por toda a carteira inadimplente do Banco Santander.

A área tem como papel definir, executar e acompanhar as estratégias e performances relacionadas às carteiras de clientes inadimplentes, buscando garantir o máximo de eficiência na recuperação, executando este processo de forma justa e condizente com as determinações legais.

A área utiliza ferramentas estatísticas para estudar o comportamento dos clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Uma das ferramentas utilizadas é a pontuação comportamental utilizada para estudar o desempenho dos diversos grupos, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com pouca probabilidade de pagamento são classificados como alto risco tendo a sua cobrança mais intensificada.

Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias. Contatos diários via central de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, envio de cartas de cobrança, além de contatos através da rede de agências são ferramentas utilizadas para a recuperação de crédito. Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias com valores mais expressivos. Utilizamos agências externas e advogados para cobrar clientes de alto risco. Essas agências recebem uma taxa de sucesso por quaisquer valores recuperados.

Freqüentemente executamos vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Outras Informações

(i) O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

35. Reestruturação Societária

Notas Explicativas

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado.

a) Segregação dos Investimentos em Participações Societárias de Natureza Temporária e das Participações em Sociedades que Prestam Serviços Complementares àqueles Prestados por Instituições Financeiras

Com o objetivo de segregar os investimentos em participações societárias de natureza temporária (private equity) e as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços (“Cisão Parcial”), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;
- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371.000, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. (“Santusa”), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente;
- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancária S.A. - Tecban (Tecban) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da Tecban, está condicionada à autorização do Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012.

b) Incorporação da Santander Consórcios pela Santander Brasil Consórcio

Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios (“Incorporada”) pela Santander Brasil Consórcio (“Incorporadora”) (“Incorporação”) que foi aprovada em Reunião de Sócios da incorporada e incorporadora em 31 de julho de 2012.

A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da incorporada para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora.

Em 30 de novembro de 2012 este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

c) Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nova denominação da Santander Seguros S.A.)

Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a “Operação”), pelo Banco Santander da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (nova denominação social da Santander Brasil Seguros S.A.) para (i) Zurich Santander Holding (Spain), S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R\$2.741.102 (recebido em 5 de outubro de 2011). Os ativos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$24.731.463, representados principalmente por R\$21.551.422 de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, privados e cotas de fundos especialmente constituídos - garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL). Os passivos da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. totalizavam R\$22.349.428, representados principalmente por R\$21.278.718 de passivos por contratos de seguros - provisão técnica para operações de seguro e previdência privada. O ganho reconhecido nesta operação foi de R\$648.783, registrado na rubrica resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas. Em 8 de junho de 2012, a Susep aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., para a Zurich Santander Holding (Espanha), S.L., sociedade holding com sede na Espanha, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

Notas Explicativas

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial preparado pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011, apresentado no primeiro semestre de 2012 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribui exclusivamente os produtos de seguros, durante 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander recebe uma remuneração relativa, equivalente à praticada antes da operação.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

d) Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sancap

No contexto da operação de venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. no capital social da Santander Capitalização. A operação de Cisão Parcial foi homologada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

e) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, nos termos da Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil.
- Abertura de capital social da sociedade CFI RCI Brasil, na categoria “B”, nos termos da Ata de AGE realizada em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012.
- Incorporação da totalidade das ações de emissão da RCI Brasil Leasing pela CFI RCI Brasil, em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.
- Cisão Parcial da CRV DTVM com a versão do acervo cindido à Santander Participações em 31 de agosto de 2011, sendo que a parcela cindida referia-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTVM no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities). Na mesma data, a Santander Securities foi incorporada pela Santander Participações. Em 23 de janeiro de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen.

36. Evento Subsequente

Notas Explicativas

Redução do Capital da Empresa Santander Leasing

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da AGE da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013.

A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing.

37. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$28.571.861 (31/12/2011 - R\$23.258.539).

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$113.854.284 (31/12/2011 - R\$113.021.778) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$124.854.441 (31/12/2011 - R\$122.717.246) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2012, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.300.039 (31/12/2011 - R\$1.232.937) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$224.752 (31/12/2011 - R\$157.650), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01 a	01/01 a
			31/12/2012	31/12/2011
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	7.126	41.681	1.273	10.442
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(7.126)	(41.681)	(1.327)	(10.442)
Resultado Líquido			(54)	-

Inexistem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.373.881, sendo R\$606.154 em até 1 ano, R\$1.511.332 entre 1 a 5 anos e R\$256.395 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.262 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício foram no valor de R\$620.542 (2011 - R\$633.342).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme clausulas contratuais e legislação em vigor.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Apresentamos a seguir o confronto entre as projeções divulgadas em setembro de 2011 e a evolução observada em 2012:

Indicadores	Realizado	Projetado
<i>Receitas</i>	10,9%	14%-16%
<i>Custos (incluindo amortizações)</i>	6,7%	11%-13%
<i>Crédito total</i>	8,5%	15%-17%
<i>Lucro Líquido</i>	-29,6%	15%

(valores realizados com base em dados em IFRS ainda não auditados, sujeitos a alterações)

O desvio entre os resultados realizados contra os projetados deve-se especialmente ao fato de a evolução da economia brasileira em 2012 ($\text{PIB}_{2012}^{\text{exp}/\text{Jan}2013} = 1,0$) ter divergido significativamente em relação às expectativas que se tinham em setembro de 2011 ($\text{PIB}_{2012}^{\text{exp}/\text{Set}2011} = 3,6\%$), quando os indicadores foram publicados. Como resultado, observou-se no período uma desaceleração do crescimento dos bancos privados, e um ciclo de deterioração da inadimplência de intensidade e extensão muito superior ao que se esperava em 2011.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES - Data-Base - 31/12/2012**Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes**

a) Posição acionária dos detentores de mais de 3% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física (em unidades)

Banco Santander (Brasil) S.A.

CNPJ 90.400.888/0001-42

Data base: 31/12/2012

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. - CNPJ nº 06.164.067/0001-48 (*)	61.606.699.791	28,94	51.386.053.338	27,60	112.992.753.129	28,32
Sterrebeeck BV - CNPJ nº 09.473.556/0001-70 (*)	99.527.083.105	46,76	86.492.330.355	46,45	186.019.413.460	46,62
Santander Insurance Holding, S.L. - CNPJ nº 10.697.131/0001-23	206.663.606	0,10	22	-	206.663.628	0,05
Ações em Tesouraria	568.882.490	0,27	517.165.900	0,28	1.086.048.390	0,28
Outros (**)	50.932.402.762	23,93	47.806.835.536	25,67	98.739.238.298	24,73
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

(**) Inclui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Funcionários.

Grupo Empresarial Santander, S.L.

CNPJ nº 06.164.067/0001-48

Data base: 31/12/2012

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	468.793.507	99,10	-	-	468.793.507	99,10
Santander Investment, S.A.	1.787.400	0,38	-	-	1.787.400	0,38
Santander Investment I, S.A.	2.442.373	0,52	-	-	2.442.373	0,52
Total	473.023.280	100,00	-	-	473.023.280	100,00

Sterrebeeck BV

CNPJ 09.473.556/0001-70

Data base: 31/12/2012

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	2.639.306	100,00	-	-	2.639.306	100,00
Total	2.639.306	100,00	-	-	2.639.306	100,00

Santander Insurance Holding, S.L.

CNPJ 10.697.131/0001-23

Data base: 31/12/2012

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	38.973.100	99,99	-	-	38.973.100	99,99
Santander AM Holding, S.L.	2.000	0,01	-	-	2.000	0,01
Total	38.975.100	100,00	-	-	38.975.100	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

Banco Santander, S.A.

Data base: 31/12/2012

Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON %	PN %	Total%
Chase Nominees Limited ^{(1) (2)}	7,01	-	7,01
State Street Bank & Trust Company ^{(2) (3) (4)}	5,07	-	5,07
Outros ⁽⁴⁾	87,92	-	87,92
Total	100,00	-	100,00

(1) Empresa com sede no Reino Unido.

(2) Empresa com sede nos Estados Unidos

(3) Sem participação na administração ou no controle do Banco Santander, S.A.

(4) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria que individualmente não detêm mais de 1% ou mais de qualquer classe de ações.

O Banco Santander, S.A. é instituição financeira de capital aberto, com sede na Espanha, tendo suas ações negociadas em bolsas de valores. Seu capital encontra-se disperso, sendo que em 31 de dezembro de 2012 nenhum acionista possuía participações significativas. Ou seja, não há nenhum acionista detentor individualmente de mais de 3% do capital social do Banco Santander, S.A. Conforme mencionado no quadro acima, consta nos registros de participações acionárias do Banco Santander, S.A. as participações de Chase Nominees Limited, de 7,01% e State Street Bank & Trust Company de 5,07% . Entretanto tal participação não é detida individualmente por uma única pessoa, e sim, a participação total dos acionistas representados por esta instituição.

b) Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação (em unidades)

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/12/2012						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	161.340.446.502	75,80	137.878.383.715	74,05	299.218.830.217	74,98
Administradores						
- Conselho de Administração	5.202.402	-	4.729.450	-	9.931.852	-
- Diretoria	44.292.327	0,02	40.265.752	0,02	84.558.079	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	568.882.490	0,27	517.165.900	0,28	1.086.048.390	0,27
Outros Acionistas	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,73
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00
Ações em Circulação	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,73

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/12/2011						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	174.700.972.307	82,08	150.024.316.265	80,57	324.725.288.572	81,38
Administradores						
- Conselho de Administração	2.375.568	-	2.159.600	-	4.535.168	-
- Diretoria	8.620.132	-	7.829.066	-	16.449.198	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	391.253.500	0,18	355.685.000	0,19	746.938.500	0,19
Outros Acionistas	37.738.510.247	17,74	35.812.395.220	19,24	73.550.905.467	18,43
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00
Ações em Circulação	37.738.510.247	17,74	35.812.395.220	19,24	73.550.905.467	18,43

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA") mencionada na nota explicativa nº 42.j) como informações complementares, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Gilberto Bizerra de Souza
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de janeiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, BRGAAP (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras")) e IFRS – (elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC)), acompanhadas do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras em BRGAAP e IFRS.

Membros da Diretoria Executiva da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

Marcial Angel Portela Alvarez
Conrado Engel
Carlos Alberto López Galán
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Lilian Maria Ferezim Guimarães
Luís Felix Cardamone Neto
Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodriguez Herrero
Pedro Carlos Araújo Coutinho
Pedro Paulo Longuini
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho
Luciane Ribeiro
Manoel Marcos Madureira*
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya*
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto Seiji Nomoto*
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Clovis Hideaki Ikeda
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Fernando Díaz Roldán*
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gilson Finkelsztain
Jamil Habibe Hannouche
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Audi
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
Mauro Siequeroli
Miguel Angel Alberio Ocerin
Nilo Sérgio Silveira Carvalho
Nilton Sergio Silveira Carvalho*
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Wilson Luiz Matar
*Posse Pendente de Aprovação do Bacen.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, BRGAAP (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria) e IFRS – (elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC)), acompanhadas do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Membros da Diretoria Executiva da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

Marcial Angel Portela Alvarez
Conrado Engel
Carlos Alberto López Galán
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Lilian Maria Ferezim Guimarães
Luís Felix Cardamone Neto
Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodríguez Herrero
Pedro Carlos Araújo Coutinho
Pedro Paulo Longuini
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho
Luciane Ribeiro
Manoel Marcos Madureira*
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya*
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto Seiji Nomoto*
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Clovis Hideaki Ikeda
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Fernando Díaz Roldán*
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gilson Finkelsztain
Jamil Habibe Hannouche
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Audi
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
Mauro Siequeroli
Miguel Angel Alberio Ocerin
Nilo Sérgio Silveira Carvalho
Nilton Sergio Silveira Carvalho*
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Wilson Luiz Matar
*Posse Pendente de Aprovação do Bacen.